



TOTAL ENERGY COMPANY

RELATÓRIO & CONTAS 2006



A sua energia positiva.

Paula Barbeitos

1. SÍNTESE DA ACTIVIDADE	5
2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
3. FACTOS RELEVANTES	17
4. ORGÂNICA E MODELO DE GOVERNO	23
5. PERFORMANCE GALP ENERGIA EM 2006	29
5.1. Enquadramento de Mercado	30
5.2. Exploração & Produção	31
5.3. Refinação & Distribuição	34
5.4. Gas & Power	38
5.5. Investimento	42
5.6. Análise económico-financeira consolidada	43
6. GALP ENERGIA NO MERCADO DE CAPITALIS	51
7. ACTIVIDADES DE SUPORTE AOS NEGÓCIOS	55
7.1. Marca e gestão da relação com o cliente	56
7.2. Inovação, tecnologia e desenvolvimento	57
7.3. Pessoas	59
7.4. Ambiente, qualidade e segurança	60
8. MENÇÕES OBRIGATÓRIAS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	63
9. ANEXOS	69
Adopção das normas IAS/IFRS no Relatório de Gestão	70
Reconciliação entre a “óptica legal (IAS/IFRS)” e “óptica ajustada”	71
Contas Consolidadas	74
Certificação legal das Contas e Relatório de Auditoria	212
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	214



1. SÍNTESE DA ACTIVIDADE

O ANO DE 2006 MARCA A ENTRADA
DA GALP ENERGIA NO MERCADO DE CAPITALIS.

ENQUADRAMENTO

A Galp Energia é a empresa portuguesa líder no mercado de produtos petrolíferos e no mercado de gás natural em Portugal. Além da liderança no mercado português, a Galp

Energia está também presente em Espanha, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Angola e Brasil.



A actividade da Galp Energia cinge-se fundamentalmente a três segmentos de negócio:

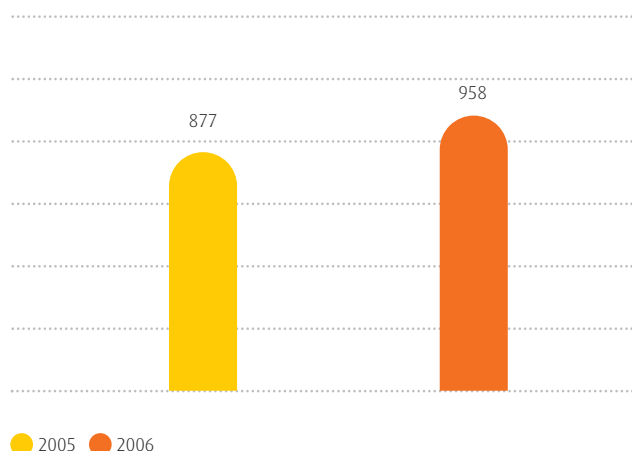
	EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO	REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO	GAS & POWER
Actividade	Prospecção, pesquisa, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.	Aprovisionamento de matérias-primas como o crude e produtos em vias de fabrico e sua transformação em produtos e respectiva colocação no mercado.	Aprovisionamento, comercialização e distribuição de gás natural e produção de energia eléctrica e térmica.
Principais activos	• 54 blocos no Brasil; • 6 blocos em Angola; • 3 blocos em Portugal; • Reservas de 50 milhões barris crude.	• Refinaria Porto (90.000 bbl/dia); • Refinaria Sines (220.000 bbl/dia); • 1.045 estações de serviço; • 204 lojas <i>non fuel</i>.	• Abastecimento gás natural em Portugal; • Cerca de 790 mil clientes; • 9.014 Km de rede de distribuição de gás natural.
Principais indicadores 2006	• Produção de 9,5 kbbl/dia.	• 14,7 milhões de toneladas de matéria-prima tratada e vendas de produtos refinados de 16,2 milhões de toneladas.	• Vendas de gás natural de 4,6 mil milhões de m³.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2006

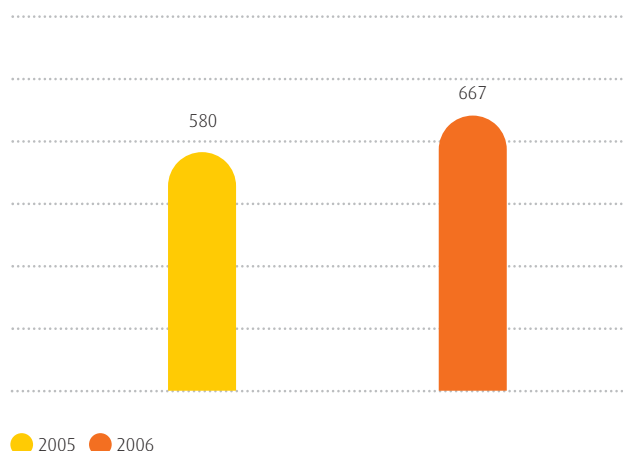
- No dia 23 de Outubro concretizou-se a Oferta Pública Inicial (“IPO”) de 23% do capital da Galp Energia que passou desde essa data a ser negociado na *Euronext Lisbon*;
- No seguimento da nova legislação para o sector do gás natural, a Empresa efectuou a venda dos activos de transporte, armazenagem e regaseificação de gás natural, à Rede Eléctrica Nacional, S.A. (“REN”);

- A consolidação accionista verificada conferiu à Empresa uma estabilidade fundamental para prosseguir com a sua estratégia de crescimento;
- A Galp Energia atingiu um resultado líquido ajustado⁽¹⁾ de 468 milhões de euros, equivalente a um resultado por acção de 0,56 euros, 10% acima de 2005.

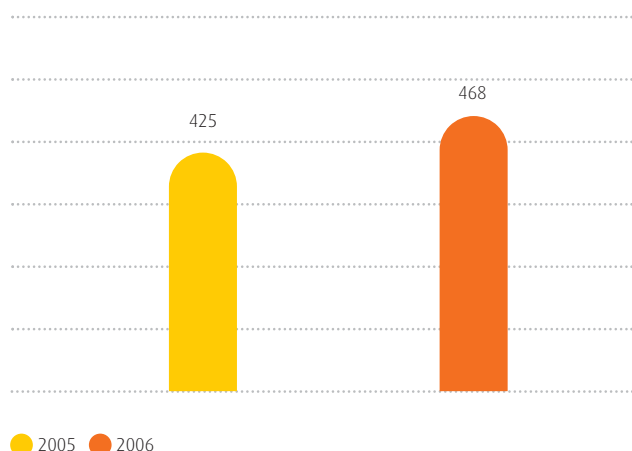
EBITDA AJUSTADO EM MILHÕES €



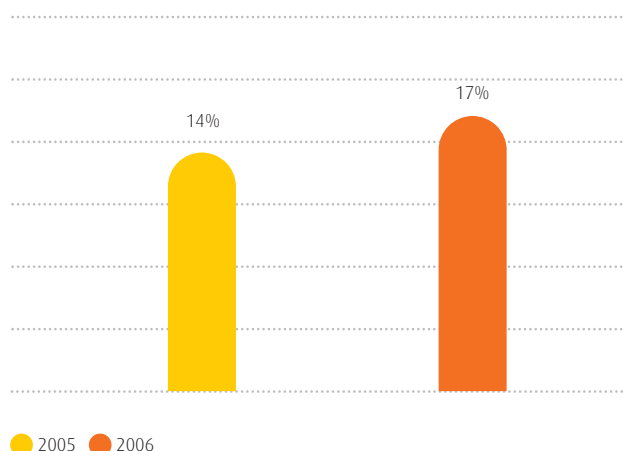
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO EM MILHÕES €



RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO EM MILHÕES €



ROACE AJUSTADO EM %



(1) Os resultados líquidos ajustados excluem ganhos ou perdas com efeito *stock* e eventos não recorrentes. Para uma explicação detalhada da reconciliação dos resultados ajustados vide Anexo 2.

PRINCIPAIS INDICADORES

INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

ÓPTICA LEGAL IAS/IFRS	UNIDADE	2005	2006
Volume de negócios	Milhões €	11.137	12.210
EBITDA ⁽¹⁾	Milhões €	1.192	1.241
Resultado operacional	Milhões €	863	949
Resultado líquido	Milhões €	701	755
Investimento	Milhões €	315	349
Cash flow ⁽²⁾	Milhões €	963	1.039
ROA ⁽³⁾	%	15%	18%
ROE ⁽⁴⁾	%	34%	34%
ROACE ⁽⁵⁾	%	21%	25%
Capital empregue médio ⁽⁶⁾	Milhões €	3.387	3.192
Dívida líquida bancária	Milhões €	1.192	887
Activo líquido	Milhões €	5.934	5.242
Gearing ⁽⁷⁾	%	33%	29%
Debt to equity ⁽⁸⁾	%	50%	44%

ÓPTICA DE GESTÃO (Resultados ajustados)	UNIDADE	2005	2006
EBITDA	Mil €	877	958
Margem EBITDA ⁽⁹⁾	%	10%	10%
Resultado operacional	Mil €	580	667
Resultado líquido	Mil €	425	468
ROACE ⁽¹⁰⁾	%	14%	17%
ROA ⁽¹¹⁾	%	10%	13%

	UNIDADE	2005	2006
Resultado líquido por acção	€/acção	0,84	0,91
Resultado líquido ajustado por acção	€/acção	0,51	0,56
Capitalização bolsista ⁽¹²⁾	Milhões €	-	5.755

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

ACTIVIDADE COMERCIAL	UNIDADE	2005	2006
Vendas de petróleo bruto	Milhões bbl	1,8	2,9
Matéria-prima processada nas refinarias	Milhões ton	14,3	14,7
Vendas de produtos refinados ⁽¹³⁾	Milhões ton	15,9	16,2
Vendas totais gás natural	Mil milhões m³	4,2	4,6
Geração de energia	GWh	1.375	1.561

INFRA-ESTRUTURAS	UNIDADE	2005	2006
Estações de serviço ibéricas	N.º	1.060	1.045
Lojas ibéricas ⁽¹⁴⁾	N.º	183	204
Extensão da rede de gás natural	Km	10.196	9.014

PESSOAS	UNIDADE	2005	2006
Efectivos Galp Energia <i>on site</i>	N.º	6.166	5.877
Efectivos Galp Energia <i>off site</i> ⁽¹⁵⁾	N.º	3.966	3.632

- (1) Resultado operacional + gastos com amortizações e depreciações + provisões e imparidade de contas a receber.
- (2) Resultado líquido + gastos com amortizações e depreciações + variação de provisões.
- (3) Resultado operacional/activo líquido.
- (4) Resultado líquido/capital próprio médio.
- (5) [Resultado líquido - resultados financeiros s/ equiv. patrimonial*(1-taxa de IRC)]/capital empregue médio.
- (6) Capital próprio + dívida a instituições financeiras c.p. e m.l.p. + suprimentos - disponibilidades.
- (7) Dívida a instituições financeiras c.p. e m.l.p. + suprimentos - disponibilidades/cap. empregue.
- (8) Dívida a instituições financeiras c.p. e m.l.p. - disponibilidades/cap. próprio.
- (9) EBITDA ajustado/volume de negócios excluindo imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP").
- (10) [Resultado líquido ajustado - (resultados financeiros s/ equiv. patrimonial* (1-taxa de IRC))]/capital empregue médio ajustado.
- (11) Resultado operacional ajustado/activo líquido ajustado.
- (12) Número de acções X cotação de último dia útil do mês de Dezembro de 2006.
- (13) Inclui Espanha, concorrentes, exportações.
- (14) Inclui total de lojas (com e sem imagem Galp).
- (15) Exclui colaboradores das estações de serviço.

Nota: Para uma descrição detalhada sobre a reconciliação dos resultados ajustados, vide Anexo 2.

SÍNTESE POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

	UNIDADE	2005	2006	%
Volume de negócios	Milhões €	67	141	111%
Resultado operacional	Milhões €	18	45	148%
Resultado operacional ajustado	Milhões €	18	45	148%
Investimento	Milhões €	82	106	29%
ROA ajustado ⁽¹⁾	%	6,6%	10,4%	3,8 p.p.
Preço médio de venda	usd/bbl	45	61	34%
Produção média <i>working</i>	kbbl/dia	5,0	9,5	88%
Produção média <i>equity</i>	kbbl/dia	4,3	7,2	67%
Volume vendas	Milhões bbl	1,8	2,9	60%

REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

	UNIDADE	2005	2006	%
Volume de negócios	Milhões €	10.030	10.838	8%
Resultado operacional	Milhões €	602	368	(39%)
Resultado operacional ajustado	Milhões €	338	358	6%
Investimento	Milhões €	142	131	(8%)
ROA ajustado ⁽¹⁾	%	9,6%	10,2%	0,6 p.p.
Activo fixo líquido	Milhões €	1.247	1.158	(7%)
Margem de refinação Galp Energia	usd/bbl	7,2	5,4	(26%)
Matéria-prima processada	Milhões ton	14,3	14,7	3%
Vendas de produtos refinados	Milhões ton	15,9	16,2	2%

GAS & POWER

	UNIDADE	2005	2006	%
Volume de negócios	Milhões €	1.125	1.396	24%
Resultado operacional	Milhões €	244	547	124%
Resultado operacional ajustado	Milhões €	225	266	18%
Investimento	Milhões €	88	112	27%
ROA ajustado ⁽¹⁾	%	11,2%	17,2%	6,0 p.p.
Volume de vendas de gás natural	Milhões m³	4.234	4.596	9%
Número de clientes de gás natural	Milhares	739	790	7%
Vendas de energia	GWh	1.375	1.561	14%

(1) Resultado operacional ajustado/activo total ajustado. Para uma explicação detalhada da reconciliação dos resultados ajustados, vide Anexo 2.



Torre Galp Energia
Lisboa

2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ANO DE 2006 CONSTITUIU O INÍCIO
DE UM NOVO CICLO NA VIDA DA GALP ENERGIA
COM A ENTRADA NO MERCADO DE CAPITALIS.

FOI TAMBÉM UM ANO MARCADO PELA CONSOLIDAÇÃO
DA BASE ACCIONISTA E A VENDA DOS ACTIVOS
REGULADOS DE GÁS NATURAL À REN.

OS RESULTADOS OBTIDOS DEIXAM-NOS SATISFEITOS
E NÃO TERIAM SIDO POSSÍVEIS SEM O EMPENHO
E DEDICAÇÃO DE TODOS QUANTOS TRABALHAM
NA GALP ENERGIA.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Francisco Murteira Nabo
Presidente do Conselho de Administração
Galp Energia

O ano de 2006 constitui um marco muito importante na vida da Galp Energia, pois com a realização da Oferta Pública de Venda Inicial (IPO - *Initial Public Offering*) de 23% do seu capital social, cujas acções eram detidas pelo Estado Português, inicia-se um novo ciclo na sua vida.

Relembro que a realização do IPO, e a correspondente colocação em bolsa, era um dos três desafios que apontamos no relatório do ano anterior; os outros dois eram a implementação da visão estratégica orientada para a criação de valor e o ajustamento da organização, do seu *governance* e da sua cultura empresarial.

O sucesso da operação em bolsa e o comportamento subsequente da Empresa em bolsa deixam-nos optimistas. A partir de agora estamos também sujeitos ao escrutínio do mercado de capitais, porventura o mais exigente de todos. É um desafio que enfrentamos com confiança.

Quanto ao desafio da estratégia de criação de valor, esta tem vindo a ser implementada com êxito, dando corpo ao processo de desenvolvimento dos negócios numa perspectiva multienergia – petróleo,

gás e electricidade - e tendo em vista a consecução de um *portfolio* mais equilibrado entre estas três formas de energia, nomeadamente através de um envolvimento maior no sector eléctrico.

Esta mensagem não poderia, naturalmente, passar sem uma referência à *performance* financeira, bem espelhada nos seus resultados líquidos, que atingiram os 755 milhões de euros, e que foram os melhores de sempre na Galp Energia, alcançados com um total de 5.877 colaboradores. Mesmo excluindo operações de natureza extraordinária e considerando apenas resultados recorrentes ajustados aos custos de substituição, os resultados líquidos foram de 468 milhões de euros, 10% acima dos do ano anterior, o que ilustra bem o vigor operacional e financeiro da Empresa, aspecto que é, aliás, abundantemente confirmado pelos diversos indicadores apresentados neste relatório.

Tal como previsto, procedeu-se ao processo de ajustamento da estrutura orgânica, em linha com a estratégia definida, tornando-a mais apta para responder aos desafios de um ambiente mais competitivo e, por isso, mais exigente. Este processo decorreu com a colaboração e empenho de toda a estrutura dirigente e encontra-se em funcionamento. No entanto, numa estrutura moderna e dinâmica, este é um processo adaptativo a que continuamos a dar uma atenção permanente, de modo a manter capacidade de resposta para resolver os problemas do dia-a-dia.

É justo referir que estes resultados são fruto da competência e empenho da gestão e dos colaboradores da Galp Energia, e estamos certos que, com a qualidade dos nossos recursos humanos, dispomos do catalizador que vai acelerar o processo de mudança para uma empresa ainda mais competitiva.

A experiência de mais um ano de sucesso dá-nos a força suficiente para partir para um novo ciclo, com a confiança redobrada e prontos para alcançar os objectivos que os nossos accionistas e colaboradores aguardam.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Francisco Murteira Nabo'.

MENSAGEM DO PRESIDENTE EXECUTIVO



Manuel Ferreira De Oliveira
Vice-presidente do Conselho de Administração
Presidente Executivo
Galp Energia

A Galp Energia concluiu o seu exercício de 2006 com um resultado líquido ajustado de 468 milhões de Euros, 10% superior ao ano anterior; o resultado líquido reportado, adoptando as IFRS, atingiu os 755 milhões de Euros, 8% superior ao alcançado em 2005. A rentabilidade média dos capitais utilizados (ROACE) foi de 17%, indicador que compara favoravelmente com empresas congéneres. O resultado operacional (EBIT) ajustado atingiu os 667 milhões de Euros e o *cash flow* operacional ajustado alcançou os 958 milhões de Euros; o volume de negócios foi de 12.210 milhões de Euros, valor que representa um acréscimo de 10% relativamente ao ano anterior.

Os resultados acima resumidos deixam-nos satisfeitos e traduzem o potencial do nosso grupo empresarial. Foram alcançados num contexto em que o preço do crude atingiu o seu máximo histórico de 78,7 USD/bbl (*Brent dated*); as margens de refinação caíram aproximadamente 25% em relação aos seus valores máximos verificados em 2005; o mercado interno de produtos petrolíferos e o consumo total de gás natural caíram, respectivamente, 6% e 4%. O aumento da produção de crude, das exportações de produtos petrolíferos, das quantidades

de crude refinado e das actividades de *trading* de gás natural mais do que anularam os efeitos negativos referidos.

Três acontecimentos extraordinários marcaram o ano de 2006 na vida da Galp Energia: a consolidação da estabilidade accionista alcançada em finais de 2005, a separação (*unbundling*) e posterior venda à REN dos activos de gás de alta pressão e a colocação em bolsa (IPO) de 23% do capital da Empresa. Os resultados do esforço realizado para que estes eventos se concluíssem com a qualidade exigida falam por si. Todos os que participámos nestes processos, e foram muitos de nós, sentimos a satisfação do dever cumprido.

Na actividade de E&P (Exploração e Produção) atingimos uma produção de 9,5 mil barris/dia, em linha com os nossos objectivos de crescimento; em Angola continuamos com excelentes resultados nos Blocos 14 e 32; no Brasil enfatizamos a descoberta verificada no Bloco BM-S-11, e, adicionalmente, demos continuidade aos esforços para iniciarmos actividades de exploração nos *offshore* de Portugal, Moçambique e Timor.

Nas operações de R&D (Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos) processamos 14,7 milhões de toneladas de matéria-prima, com uma margem de refinação próxima dos 5,4 USD/barril. As nossas importações de crude oriundas da África do Norte e Ocidental, da América Latina e do Médio Oriente representaram cerca de 80% das quantidades totais. A monobóia oceânica, localizada a 3,5 quilómetros da refinaria de Matosinhos, entrou finalmente, e com toda a normalidade, em operação, contribuindo para a melhoria de fiabilidade e de rentabilidade desta refinaria. Foram definidos os projectos de melhoria processual das duas refinarias e continuou-se o esforço de optimização operacional e logística. As vendas de produtos petrolíferos a clientes Galp atingiram os 9,0 milhões de toneladas; continuámos o processo de melhoria da qualidade de serviço oferecida pela Rede Galp, de “descomoditização” da nossa oferta a grandes clientes e de reestruturação das nossas operações em Espanha. No negócio de GPL demos continuidade ao esforço de inovação, imprescindível para consolidar e reforçar

a nossa quota de mercado e atingir novos e mais sofisticados clientes e mercados.

A actividade de G&P (Gás Natural e *Power* – Electricidade e Vapor) viveu um ano de transição complexo. A estrutura do negócio de Gás Natural foi profundamente alterada com a venda dos activos de alta pressão à REN e com a publicação de nova legislação aplicável ao sector; temos pela frente um processo de evolução de um regime caracterizado por contratos de concessão para um outro de natureza regulatória e mais competitivo. O mercado de gás natural, excluindo o sector eléctrico, continuou a crescer, tendo as vendas totais de gás natural crescido 9%, atingindo os 4,6 Bcm (biliões de metros cúbicos), em parte devido ao aumento da actividade de *trading*. Na actividade de *Power* realçamos o início da fase de construção da Unidade de Cogeração de Sines e a aprovação de um projecto similar para Matosinhos; o projecto eólico continua na fase de avaliação das propostas pelo Governo e a central de ciclo combinado de Sines em processo de aprovação ambiental.

O nível de investimento total atingiu os 349 milhões de Euros; com os resultados a *replacement cost* e excluindo resultados não recorrentes, a actividade de E&P representou 7% do EBIT (resultado antes de encargos financeiros e antes de impostos); a de R&D 53% e a de G&P 40%; verifica-se, assim, uma clara evolução para um *portfolio* de negócios cada vez mais equilibrado, contribuindo para uma menor volatilidade dos nossos resultados.

Nada do que acima se referiu teria sido possível sem o empenho e dedicação de todos quantos trabalham na Galp Energia. Temos pela frente um projecto ambicioso de crescimento sustentado por uma estratégia clara e pelo apoio dos nossos Accionistas de referência. Continuaremos a promover uma cultura de serviço e enfoque no cliente e a estimular e apoiar a inovação e o empreendedorismo dos nossos colaboradores. Sabemos bem que com quadros motivados e ambiciosos seremos capazes de ser sempre a Empresa de referência nos mercados em que actuamos.

A concretização do nosso plano de negócios exige-nos enfoque, rigor e capacidade de gestão de projectos; temos competências e recursos para o tornar uma realidade. Em 2007 continuaremos a aumentar o peso relativo de E&P no *portfolio* das nossas actividades; iniciaremos os grandes projectos de conversão

e de cogeração das nossas refinarias; continuaremos a crescer na distribuição de combustíveis na Península Ibérica; concluiremos o processo de evolução do negócio do Gás Natural para um contexto regulatório e competitivo; e continuaremos os nossos esforços para uma entrada no sector eléctrico em condições que nos permitam concorrer e crescer.

A todos os membros dos nossos órgãos sociais quero expressar a minha gratidão pela colaboração que nos ofereceram e para todos os colegas e colaboradores registo a profunda satisfação que representa o privilégio de liderar uma empresa como a Galp Energia.

Aos Accionistas agradeço a confiança e apoio que me oferecem e retribuo assegurando-lhes a minha total dedicação ao compromisso que com todos eles assumi.



ÓRGÃOS SOCIAIS

A composição dos Órgãos Sociais da Galp Energia, SGPS, S.A., para o mandato em curso, 2005-2007, era a seguinte:

Conselho de Administração

Presidente:

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Vice-presidentes:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira⁽¹⁾

Eng. Giancarlo Rossi

Vogais:

Eng. José António Marques Gonçalves⁽²⁾

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Eng. Massimo Giuseppe Rivara⁽³⁾

Eng. Manuel Domingos Vicente⁽⁴⁾

Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura

Eng. Camillo Gloria

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Dr. Angelo Taraborrelli

Dr. Manuel Carlos Costa da Silva

Dr. Marco Alverà⁽³⁾

Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto⁽⁵⁾

Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim⁽⁵⁾

Eng. Alberto Maria Alberti⁽⁵⁾

Comissão Executiva

Presidente:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Vice-presidentes:

Eng. Giancarlo Rossi

Eng. José António Marques Gonçalves

Vogais:

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Eng. Massimo Giuseppe Rivara

Conselho Fiscal⁽⁶⁾

Presidente:

Prof. Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogais:

Dr. José Gomes Honorato Ferreira

Dr. José Maria Rego Ribeiro da Cunha

Suplente:

Dr. Amável Alberto Freixo Calhau

Revisor Oficial de Contas⁽⁷⁾

Efectivo:

Deloitte & Associados, SROC, S.A., com sede no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6.º - 1050-094 Lisboa,

inscrita na OROC com o n.º 43 e inscrita na CMVM com o n.º 231, representada pelo Dr. Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC n.º 992;

Suplente:

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC n.º 572

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:

Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete⁽⁸⁾

Vice-presidente:

Dr. Victor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Dr. Carlos Manuel Baptista Lobo⁽⁸⁾

Secretário da Sociedade

Efectivo :

Dr. Rui Maria Diniz Mayer

Suplente:

Dra. Maria Helena Claro Goldschmidt

Comissão de Vencimentos⁽⁹⁾

Presidente:

Caixa Geral de Depósitos

representada pelo Dr. António Maldonado Gonelha

Vogais:

ENI, S.p.A.

representada pelo Dr. Giancarlo Cepollaro

Amorim Energia, B.V.

representada pelo Comendador Américo Amorim

Em reunião de 20 de Novembro de 2006, o Conselho de Administração aprovou a nomeação do Eng. Manuel Ferreira De Oliveira para presidir à Comissão Executiva e, por inerência, à Vice-presidência do Conselho de Administração, com eficácia a Janeiro de 2007, na sequência da renúncia aos cargos apresentada pelo Eng. José António Marques Gonçalves, tendo este sido designado Vice-presidente da Comissão Executiva. Na mesma reunião, o Eng. Giancarlo Rossi foi também nomeado Vice-presidente da Comissão Executiva.

(1) Cooptado na reunião de Conselho de Administração de 12 de Abril de 2006, em substituição do Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo.

(2) A 31 de Dezembro de 2006 o Eng. José António Marques Gonçalves ocupava o cargo de Vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva.

(3) Cooptados na reunião de Conselho de Administração de 31 de Maio de 2006, em substituição do Dr. Federico Ermoli e Eng. Giorgio Puce.

(4) Cooptado na reunião de Conselho de Administração de 19 de Setembro de 2006, em substituição do Eng. José Rodrigues Pereira dos Penedos.

(5) Eleitos em Assembleia Geral de 6 de Setembro de 2006.

(6) Os membros do Conselho Fiscal foram eleitos por deliberação unânime dos accionistas de 5 de Outubro de 2006.

(7) Eleito em Assembleia Geral de 6 de Setembro de 2006.

(8) Eleitos por deliberação unânime dos accionistas de 5 de Setembro de 2006, na sequência das renúncias apresentadas pelo Dr. Pedro Rebelo de Sousa e Dr. Luís Miguel Pires Costa.

(9) A recomposição da Comissão de Vencimentos foi aprovada em Assembleia Geral de 31 de Agosto de 2006.



3. FACTOS RELEVANTES

A GALP ENERGIA ASSISTIU À CONSOLIDAÇÃO
DA SUA ESTRUTURA ACCIONISTA E EFECTUOU A VENDA
DOS ACTIVOS REGULADOS DE GÁS NATURAL
EM LINHA COM A NOVA LEGISLAÇÃO DO SECTOR.

FACTOS RELEVANTES DA EMPRESA OCORRIDOS EM 2006

1. RESTRUTURAÇÃO ACCIONISTA

A Amorim Energia, B.V. (“Amorim Energia”) adquiriu, em Janeiro de 2006, à EDP Participações, SGPS, S.A., 23.663.875 acções representativas de 14,268% do capital social da Galp Energia, SGPS, S.A. (“Galp Energia”, “Sociedade”, “Empresa” ou “Grupo”). Posteriormente, a Amorim Energia adquiriu a participação da Portgás na Galp Energia, correspondente a 72.905 acções, passando a ser titular de 23.736.780 acções e 14,312% do capital social da Sociedade.

A 29 de Março de 2006, a Amorim Energia vendeu à Caixa Geral de Depósitos (“CGD”) 8.292.510⁽³⁾ acções correspondentes a 1% do capital social da Galp Energia.

Na reunião da Assembleia Geral realizada no mesmo dia e onde participaram pela primeira vez os representantes da Amorim Energia, foram prestadas informações aos accionistas acerca das recentes alterações accionistas verificadas na Galp Energia e sobre a celebração de um acordo parassocial, celebrado no dia 29 de Dezembro de 2005 e de que actualmente são partes a Amorim Energia, a ENI, S.p.A. (“ENI”) e a CGD (“Acordo Parassocial”), accionistas titulares de mais de dois terços do capital social da Sociedade.

Em 18 de Setembro de 2006, a REN vendeu à Amorim Energia a totalidade da participação que detinha na Galp Energia de 18,3%. Após a entrada da Galp Energia em bolsa, a Amorim Energia adquiriu 1,728% passando a deter 33,34% do capital social da Galp Energia.

2. ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS E MODELO DE GOVERNO

Durante o ano de 2006, os accionistas da Galp Energia aprovaram diversas alterações aos Estatutos da Empresa, com vista a assegurar a condição de eficácia do Acordo Parassocial acima referido, particularmente sobre aspectos formais ligados às competências de aprovação de matérias pelos órgãos sociais, visando o estabelecimento de regras de governo estáveis e compatíveis com as melhores práticas de mercado, tendo em atenção a fase de preparação para a entrada da Galp Energia em bolsa, bem como adaptando-os às novas regras do Código das Sociedades Comerciais, aprovadas pelo Decreto-lei n.º 72-A/2006 de 29 de Março.

(3) N.º de acções após *stock split*.

Tendo em vista o processo de IPO, foi ainda aprovada a alteração do valor nominal das acções representativas do capital social da Galp Energia de cinco euros para um euro, mediante a substituição de cada uma das actuais acções por cinco novas acções, mantendo-se inalterado o valor do capital social da Sociedade.

No seguimento de recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”), e no âmbito da preparação do IPO, os accionistas procederam, em Assembleia Geral de 28 de Setembro de 2006, à alteração do modelo de governo da sociedade, substituindo a Comissão de Auditoria existente por um Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (“SROC”) que, por sua vez, não poderá ser membro do conselho fiscal.

Foi também aprovada, a 1 de Junho de 2006, a nova estrutura organizacional da Galp Energia. O novo modelo de gestão assenta em seis Unidades de Negócio: (i) Exploração & Produção (“E&P”), (ii) Aprovisionamento, Refinação & Logística (“ARL”), (iii) Distribuição *Oil*, (iv) Internacional *Oil*, (v) Gás Natural e (vi) *Power*.

3. VENDA À REN DOS ACTIVOS REGULADOS DE GÁS NATURAL - PROCESSO DE UNBUNDLING

Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral reunida no dia 30 de Junho de 2006 aprovou por unanimidade o processo de *unbundling* referente à transmissão para a titularidade da REN dos activos regulados de gás natural, constituídos pela rede de transporte de gás natural em alta pressão, pelas instalações de armazenamento subterrâneo de gás natural e pelo terminal de gás de Sines (“Activos Regulados de Gás Natural”).

Por escritura pública a 26 de Setembro de 2006, foi realizada a venda à REN dos Activos Regulados de Gás Natural.

4. OPERAÇÃO DE COLOCAÇÃO INICIAL EM BOLSA DA GALP ENERGIA

Durante o ano de 2006 foram publicados os seguintes diplomas referentes à quarta fase de reprivatização da Galp Energia:

- Decreto-lei n.º 166/2006 de 14 de Agosto – Aprova a quarta fase de reprivatização da Galp Energia, SGPS, S.A.;

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2006, de 12 de Setembro - determina um conjunto de condições da quarta fase do processo de privatização da Galp Energia, designadamente no que se refere a critérios e modos de fixação dos preços de venda, tendo fixado as quantidades de acções a alienar com a distribuição pelas diversas parcelas da Oferta Pública de Venda ("OPV") e identificado as instituições financeiras a quem seriam alienadas as acções na venda directa;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2006, de 13 de Outubro - determina uma série de condições complementares da quarta fase do processo de reprivatização da Galp Energia, estabelecendo designadamente as condições especiais de aquisição das acções pelos trabalhadores da Galp Energia e das sociedades do Grupo identificadas, bem como pelos pequenos subscritores e emigrantes.

A 23 de Outubro realizou-se a sessão especial na *Euronext Lisbon* de colocação em bolsa das acções da Galp Energia que eram detidas pela Parpública e que, no âmbito da quarta fase de reprivatização da Sociedade, tinham sido alienadas nos termos previstos nos diplomas acima citados.

Um total de 190.727.646 acções foram vendidas pela Parpública, SGPS, S.A. ("Parpública"), detida a 100% pelo Estado Português, nas seguintes tranches:

- OPV de 82.925.000 acções, incluindo 58.047.000 acções destinadas a Trabalhadores da Galp Energia e Pequenos Subscritores com direito a um desconto de 5% sobre o preço final;
- Venda Directa de 107.802.646 acções a investidores institucionais.

A 24 de Outubro de 2006, a Galp Energia completou o IPO ao iniciar a negociação das suas acções na *Eurolist by Euronext Lisbon*, tendo a *Euronext* decidido admitir as acções da Galp Energia no índice PSI 20 a partir de dia 30 de Outubro.

5. PROJECTO DE RECONVERSÃO E OPTIMIZAÇÃO DAS REFINARIAS

No seguimento dos avanços ocorridos no ano de 2006, foi aprovado em Conselho de Administração de dia 23 de Janeiro

de 2007, o projecto de reconversão e optimização das refinarias de Sines e Porto, que visa aumentar a produção de gasóleo em 2,5 milhões de toneladas e diminuir a produção de fuelóleo. O aumento da produção de gasóleo irá permitir responder às tendências de consumo do mercado ibérico, no qual se tem assistido a uma procura crescente deste produto, bem como aproveitar o diferencial de preços entre o gasóleo e o fuelóleo nos mercados internacionais. O investimento a realizar vai também permitir o tratamento de crudes mais pesados.

6. PROJECTOS DE COGERAÇÃO NAS REFINARIAS DE SINES E PORTO

Iniciou-se, em Agosto de 2006, a execução do projecto de cogeração em Sines, tendo sido adjudicado o respectivo *Engineering Procurement Construction* ("EPC") à empresa CME – Construção e Manutenção Electromecânica, S.A. para a construção de uma central com duas turbinas de gás com uma potência de 41 MW cada uma e dois geradores a vapor de recuperação de calor com uma capacidade máxima de 250 ton/h de produção de vapor.

Foi aprovado, já no final do ano de 2006, o investimento numa central de cogeração com uma potência de 2x41 MW na refinaria do Porto tendo em vista a satisfação das necessidades actuais e futuras deste complexo, em termos de vapor e de energia eléctrica, estando já em preparação o licenciamento ambiental.

7. PROJECTO CCGT E ENERGIAS RENOVÁVEIS

Em 2006, foi atribuído à Galp Energia um ponto de ligação à rede de Sines para a construção de uma Central de Ciclo Combinado a Gás natural ("CCGT") com uma potência total de 800 MW, formada por dois grupos de 400 MW.

No caso das energias renováveis, depois de concluída a Fase A do concurso para atribuição de licenças para a produção de energia eólica lançado pelo Ministério da Economia e Inovação e pela Direcção Geral de Geologia e Energia ("DGGE") em 2005, e em que a proposta do consórcio Ventinveste ficou classificada em segundo lugar, foi entregue uma versão reformulada da proposta inicialmente apresentada para a Fase B, cuja apreciação está em curso.

FACTOS RELEVANTES DO SECTOR ENERGÉTICO OCORRIDOS EM 2006

1. RESTRUTURAÇÃO DO SECTOR ENERGÉTICO

As orientações decorrentes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005 de 24 de Outubro, que aprovou a estratégia nacional para a energia, foram concretizadas, no plano normativo, através da publicação em 15 de Fevereiro de 2006, dos seguintes diplomas:

- Decreto-lei n.º 29/2006, que fixa os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Eléctrico Nacional ("SEN");
- Decreto-lei n.º 30/2006, que fixa os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural ("SNGN");
- Decreto-lei n.º 31/2006, que fixa os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional ("SPN").

Estes diplomas procederam à transposição para a ordem jurídica interna dos princípios das Directivas n.º 2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, ambas de 26 de Junho, que estabelecem regras comuns para o mercado interno da electricidade e mercado interno de gás natural, respectivamente.

2. NOVO QUADRO LEGAL DO SECTOR DO GÁS NATURAL

Os princípios e as bases gerais da organização e do funcionamento do SNGN, aprovados pelo Decreto-lei nº 30/2006 de 15 de Fevereiro, foram objecto de desenvolvimento através do Decreto-lei n.º 140/2006 de 26 de Julho, que determina que o exercício de cada uma das actividades que o integram – a recepção, o armazenamento e a regaseificação de gás natural liquefeito ("GNL") e o armazenamento subterrâneo, o transporte e a distribuição de gás natural – deverá ser objecto de concessão de serviço público.

O Conselho de Ministros, através das Resoluções n.º 105, 106, 107, 108 e 109/2006, todas de 23 de Agosto, aprovou as seguintes minutas:

- Contrato de concessão do serviço público de transporte de gás natural através da rede de alta pressão, que veio a ser celebrado em 26 de Setembro de 2006 entre o Estado Português e a sociedade REN, Gasodutos, S.A.;
- Contrato de concessão do serviço público de recepção, armazenamento e regaseificação no terminal de GNL de Sines, que veio a ser celebrado em 26 de Setembro de 2006 entre o Estado Português e a sociedade REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A.;
- Contrato de concessão do serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural em três cavidades situadas em Guarda Norte, Carriço, concelho de Pombal, que veio a ser celebrado em 26 de Setembro de 2006 entre o Estado Português e a sociedade REN, Armazenagem, S.A.;
- Contrato de concessão do serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural no sítio da Guarda Norte, Carriço, no concelho de Pombal, que veio a ser celebrado em 26 de Setembro de 2006 entre o Estado Português e a Transgás Armazenagem, S.A., relativamente às cavidades que esta detém ou venha a construir;
- Contrato modificativo que veio alterar o contrato de concessão que estava em vigor desde 14 de Outubro de 1993 entre o Estado Português e a Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. Este novo contrato define as actividades que esta sociedade manteve ou passou a exercer, directa ou indirectamente, em regime de concessão e de licença, bem como as obrigações e deveres que o Estado e a sociedade acordaram para a quitação da concessão. Tal como os anteriores, este contrato foi celebrado em 26 de Setembro de 2006.

3. REGULAÇÃO DO SECTOR DO GÁS NATURAL

Por Despacho da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos ("ERSE") n.º 19 624-A/2006 de 11 de Setembro, foram aprovados os seguintes regulamentos do sector do Gás Natural:

- Regulamento Tarifário;
- Regulamento de Relações Comerciais;
- Regulamento de Acesso às Redes, às Infra-estruturas e às Interligações;

- Regulamento da Qualidade de Serviço.

Dos regulamentos do sector do Gás Natural, da competência da ERSE, ficou por aprovar o Regulamento de Operação das Infra-estruturas.



UAG de Évora

4. NOVO QUADRO LEGAL DO SECTOR DA ENERGIA ELÉCTRICA

No desenvolvimento e na concretização dos princípios contidos no Decreto-lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro, que estabeleceu as bases da organização e do funcionamento do SEN, o Decreto-lei n.º 172/2006 de 23 de Agosto veio regulamentar o regime jurídico aplicável ao exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade e à organização dos mercados de electricidade, estabelecendo os procedimentos para a atribuição das licenças para produção em regime ordinário e para a comercialização de electricidade. O mesmo diploma legal veio ainda prever um regime transitório aplicável aos pedidos de atribuição de pontos de recepção e/ou de licença anteriores à sua entrada em vigor, estabelecendo também a atribuição da concessão da Rede Nacional de Transporte de Electricidade e das concessões de distribuição de electricidade em alta, média e baixa tensão.

Excluída do seu âmbito de aplicação ficou a produção de electricidade em regime especial, cogeração e energias renováveis, e as situações de distribuição e comercialização abrangidas por legislação específica, nomeadamente em portos, aeroportos, parques de campismo, caminhos-de-ferro e instalações similares.

5. BIOCOMBUSTÍVEIS

O Decreto-lei n.º 62/2006 de 21 de Março veio proceder à transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva sobre a promoção da utilização de biocombustíveis ou de outros combustíveis renováveis nos transportes.



4. ORGÂNICA E MODELO DE GOVERNO

A GALP ENERGIA ALTEROU O SEU MODELO
DE GOVERNO, DE FORMA A ASSEGURAR OS DIREITOS
E INTERESSES DE TODOS OS ACCIONISTAS.

ORGÂNICA E MODELO DE GOVERNO

A Galp Energia tem pautado a sua actuação, em matéria de governo societário, pela transparência e coerência na sua relação com os investidores e com o mercado de capitais, adoptando um modelo de governo que permita assegurar os direitos e interesses de todos os accionistas.

Neste sentido, a Galp Energia cumpre já com a maioria das recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades.

Com a entrada no mercado de capitais, a 23 de Outubro de 2006, a Galp Energia tem reforçado o esforço e o empenho no tratamento adequado das matérias relativas ao governo da sociedade, tendo tido a preocupação de aperfeiçoar o modelo de governo e fiscalização do Grupo e melhorar o modelo organizativo, no sentido de assegurar total transparência na tomada de decisões a todos os accionistas da Galp Energia.

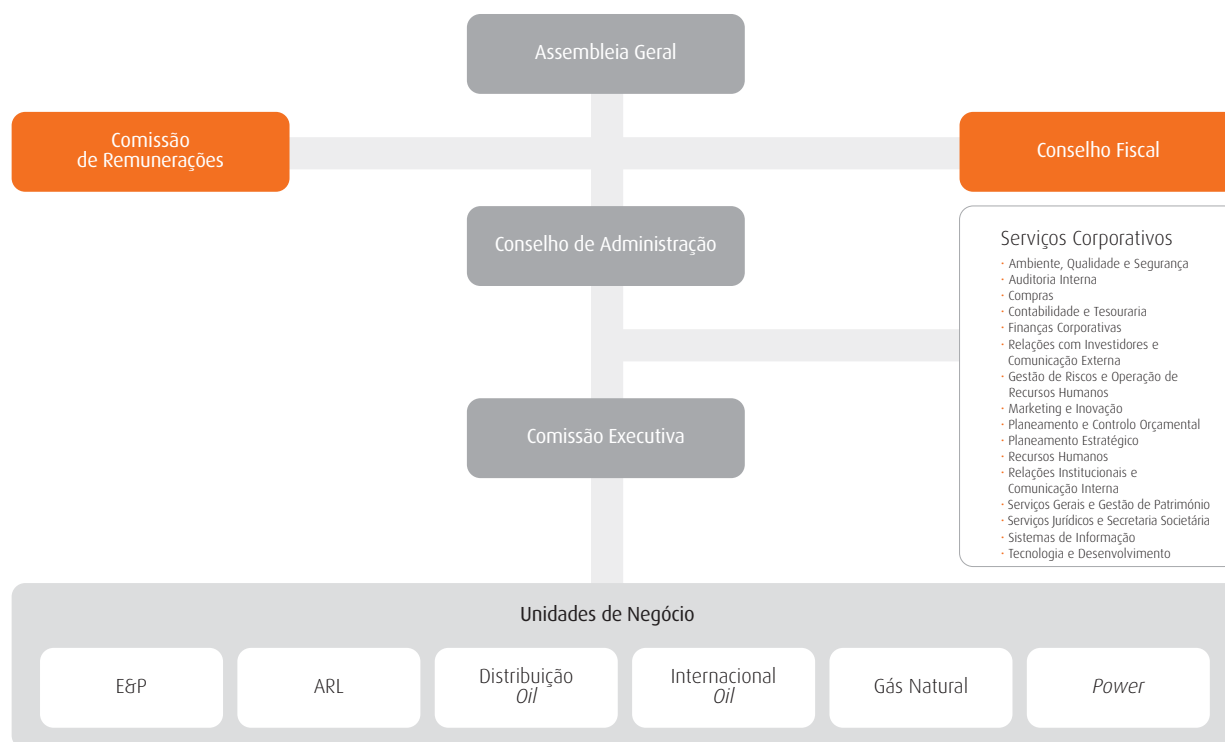
São disso exemplo as recentes alterações dos Estatutos, com o objectivo de os adaptar às revisões, recentemente aprovadas, ao Código das Sociedades Comerciais, adequando-os à actual situação de uma sociedade aberta.

O Acordo Parassocial relativo à Galp Energia, celebrado no dia 29 de Dezembro de 2005 e de que actualmente são partes a Amorim Energia, a ENI e a CGD, regula, entre outras matérias, a composição dos Órgãos Sociais e as deliberações do Conselho de Administração.

A Galp Energia tem assumido um modelo de governo, visando a transparência e eficácia, concentrado no objectivo da clara separação de poderes entre o Conselho de Administração, com poderes de supervisão, controlo e acompanhamento de questões de natureza estratégica e relacionamento entre accionistas e restantes Órgãos Sociais da Empresa, e a Comissão Executiva, com tarefas operacionais delegadas pelo Conselho de Administração relativas à gestão corrente das Unidades de Negócio e Serviços. A fiscalização do grupo Galp Energia está a cargo de um Conselho Fiscal e de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O modelo de gestão actual assenta em seis Unidades de Negócio e 17 Serviços Corporativos, sob a liderança e orientação de cada um dos Administradores Executivos, baseado nos princípios da horizontalidade, flexibilidade, simplicidade, eficiência e delegação de responsabilidade e visando a criação de valor e captação de sinergias intra e inter Unidades de Negócio.

ESTRUTURA ORGÂNICA DO GRUPO GALP ENERGIA



A Galp Energia reporta a sua informação económica e financeira em termos consolidados e também por segmentos de actividade. Em linha com as melhores práticas de mercado passou a reportar a sua actividade em três segmentos de negócio: Exploração & Produção ("E&P"), Refinação & Distribuição ("R&D") e Gas & Power ("G&P").

De acordo com o referido anteriormente, a Galp Energia está organizada internamente em seis Unidades de Negócio, ilustrando a figura abaixo a correspondência entre estas e os segmentos de negócio.

MATRIZ SEGMENTOS DE NEGÓCIO - UNIDADES DE NEGÓCIO

		UNIDADES DE NEGÓCIO					
		E&P	ARL	Distribuição <i>Oil</i>	Internacional <i>Oil</i>	Gás Natural	<i>Power</i>
Segmentos de negócio	E&P	X					
	R&D		X	X	X		
	G&P					X	X

A Galp Energia adopta uma política de comunicação que visa facultar ao mercado toda a informação relevante, que lhe permita formular um juízo fundamentado acerca da evolução da actividade e dos resultados alcançados, bem como das perspectivas de crescimento, rentabilidade e riscos existentes.

Neste sentido, a Galp Energia promove uma comunicação transparente e coerente, suportada pela manutenção dos critérios utilizados na prestação da informação e no esclarecimento dos motivos subjacentes à alteração destes, quando esta ocorra, de modo a assegurar a possibilidade de comparação da informação entre os períodos de reporte.

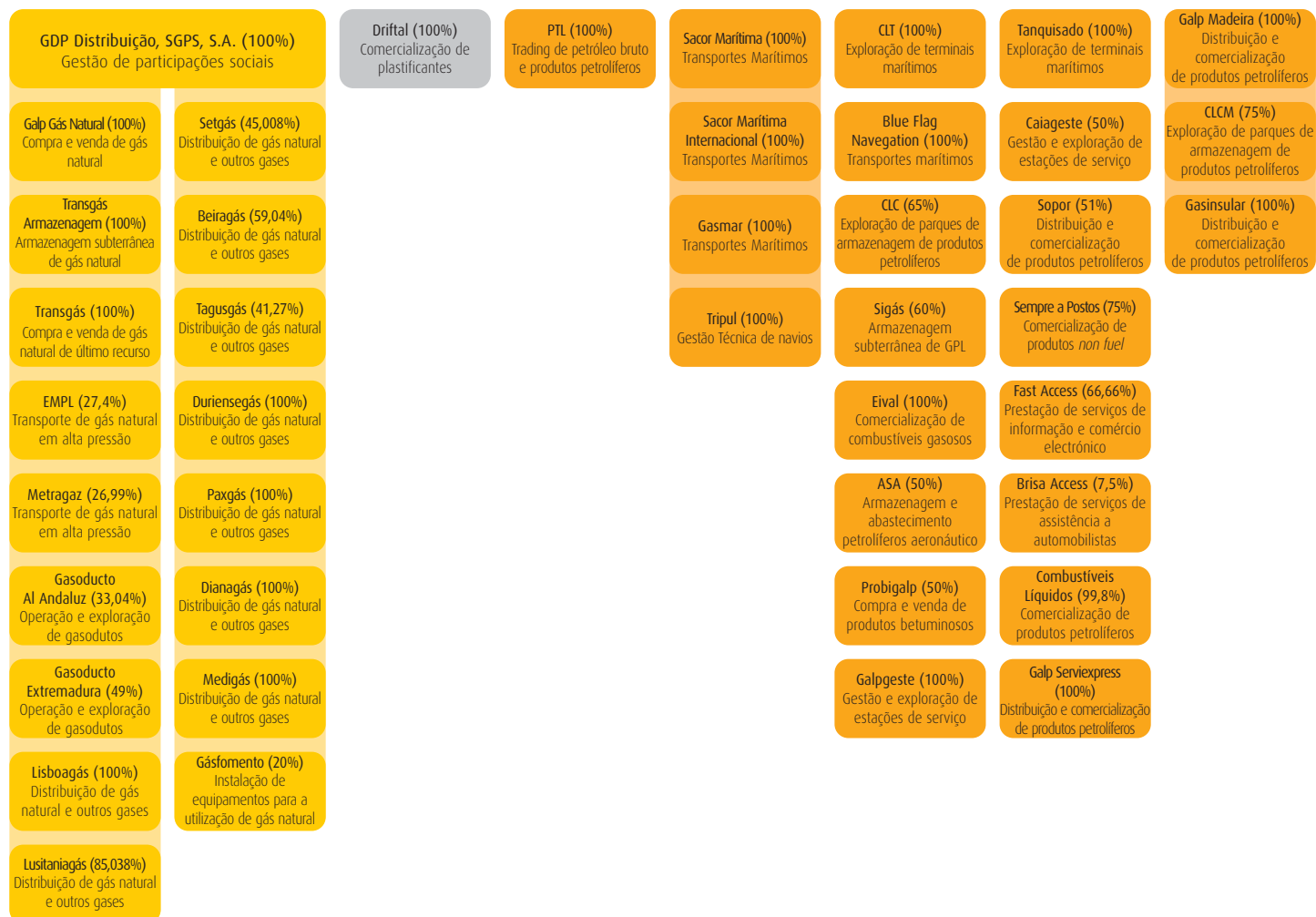
A Galp Energia, enquanto entidade emitente, continuará a promover a reflexão interna sobre as melhores práticas em matéria de governo societário e o melhoramento da política de comunicação, que promova uma melhor relação de transparência com os investidores e com o mercado de capitais.

ESTRUTURA JURÍDICA DE NEGÓCIO

Galp Energia, SGPS, S.A.

GDP, SGPS (100%)
Gestão de participações sociais

Petrol S.A. (100%)
Aprovisionamento, refinação, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos

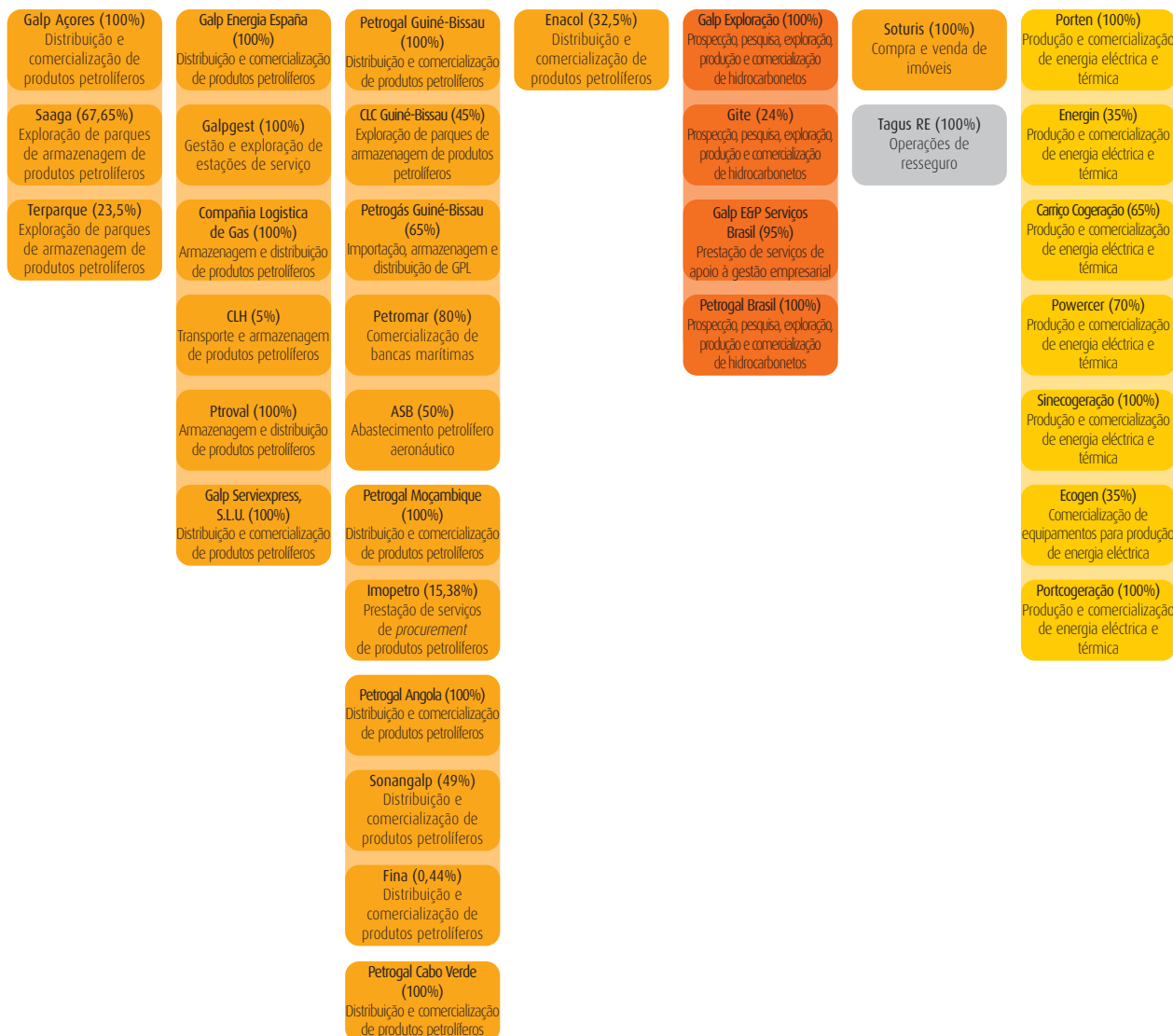


Nota: Após o encerramento do exercício de 2006, procedeu-se às seguintes alterações a nível societário: (i) a empresa Número Um, Reparação de Automóveis, Lda. foi alienada em Janeiro de 2007, (ii) a empresa Transgás, S.A. foi redenominada Galp Gás Natural, S.A. em Fevereiro de 2007, (iii) a empresa Transgás Indústria, S.A. foi redenominada Transgás, S.A. em Fevereiro de 2007 e (iv) procedeu-se à criação, em Março de 2007, da empresa Portcogeração, S.A.

Petrogal S.A. (100%)
Aprovisionamento, refinação, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos

Galp Power, SGPS (100%)
Gestão de participações sociais

Galp Energia, S.A. (100%)
Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial



- Exploração & Produção
- Refinação e Distribuição
- Gas & Power
- Corporate e outros



Ana Santos Costa, Mário Carriço e João Paulo Lopes

5.
PERFORMANCE
GALP ENERGIA
EM 2006

A EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO E O GAS & POWER
CONFIRMARAM A SUA FASE DE CRESCIMENTO.
A REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO MANTEVE-SE ESTÁVEL
APESAR DE CONDIÇÕES DE MERCADO ADVERSAS.

5.1. ENQUADRAMENTO DE MERCADO

No final de 2006, o *Brent* atingiu valores semelhantes aos verificados no final de 2005, no entanto ao longo do ano esteve em termos médios mais elevado, cerca de 20%. Neste ano, o *Brent dated* iniciou após o primeiro trimestre a sua tendência de subida até atingir o valor mais alto do ano e respectivo máximo histórico de 78,7 Usd/bbl, fomentado fundamentalmente por conflitos geopolíticos, nomeadamente o conflito Israel/Líbano e a pressão internacional sobre o Irão.

Após Agosto e em resultado do abrandamento dos factores geopolíticos acima referidos, bem como de um nível elevado de *stocks* de crude nos Estados Unidos da América (“EUA”) e Europa, o preço do *Brent* caiu para perto dos 60 Usd/bbl já no final do terceiro trimestre.

No último trimestre de 2006, uma procura menor do que o esperado face às temperaturas superiores ao normal para aquela época do ano veio provocar uma subida dos *stocks*, pressionando assim o preço do *Brent* para níveis perto dos 55 Usd/bbl. Apenas com o anúncio de novos cortes por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (“OPEC”) em meados de Novembro é que o preço do *Brent* teve uma subida até aos 65 Usd/bbl, mas a manutenção de uma procura relativamente reduzida e consequentemente a existência de *stocks* elevados, tanto de crude como de produtos, levou a que o preço do *Brent* se reduzisse novamente para valores perto dos 60 Usd/bbl no final do ano.

As margens de refinação *benchmark* em 2006 foram inferiores aos níveis alcançados em 2005, contudo acima dos valores médios verificados nos últimos anos. A margem *benchmark cracking* teve um comportamento em 2006 semelhante a anos anteriores, embora com valores inferiores aos de 2005, como por exemplo o normal aumento de procura de gasolina com a aproximação da época da *driving season* nos EUA e consequente aumento do *spread* face ao *brent*. Após Agosto, com o final desta época nos EUA e um nível de *stocks* elevados de gasolina, constituídos em preparação para a época dos furacões que não se veio a verificar, ocorreu uma quebra na margem *benchmark cracking* que se acentuou durante o quarto trimestre e especialmente em Dezembro com o impacto da subida do preço do crude.

O mercado dos destilados médios foi menos volátil que o da gasolina em 2006, no entanto o efeito de temperaturas mais elevadas nos últimos meses do ano e, consequente menor procura de gasóleo de aquecimento nos EUA face ao esperado, provocou uma redução do *crack* do gasóleo de aquecimento afectando também os outros destilados médios.

O elevado impacto dos furacões Katrina e Rita que ocorreram no ano passado, é a principal justificação para a diferença nas margens que se observaram este ano quando comparado com o período homólogo, uma vez que em 2005 a capacidade disponível de refinação internacional foi materialmente afectada.

Em Portugal, o mercado de gasolinas e de gasóleos manteve a sua tendência decrescente, tendo diminuído cerca de 3,7%, devido ao abrandamento dos níveis de consumo nacional e ao aumento do preço dos produtos petrolíferos para níveis historicamente elevados, havendo no entanto uma recuperação do consumo nos últimos meses de 2006. Em Espanha, o mercado de gasolinas e gasóleos teve um aumento de 2,1%, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

O ano de 2006 ficou ainda marcado por condições climáticas bastante diferentes das verificadas em anos anteriores, sendo de realçar que este foi o quinto ano mais quente em Portugal Continental desde 1931, sendo o Outono o terceiro mais quente, tendo registado o valor mais alto da média da temperatura mínima dos últimos 76 anos. O período entre Agosto e Novembro foi também considerado pelo Instituto de Meteorologia como extremamente chuvoso, tendo este efeito influenciado o consumo de produtos energéticos como o gás natural, fundamentalmente destinado à produção de energia eléctrica. No último trimestre de 2006 o consumo de gás natural em Portugal diminuiu cerca de 23%, face ao mesmo período do ano anterior, e 4% em termos anuais.

5.2. EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

PRODUÇÃO DIÁRIA⁽¹⁾ 9,5 MIL BBL/DIA

2,9 MILHÕES DE BARRIS VENDIDOS EM 2006

MELHORIA DO ROA EM 3,8 P.P. PARA OS 10,4%

- Melhoria da *performance* operacional devido a um duplo efeito: aumento das quantidades vendidas em 1,1 Mbbl, ou 60%, e do preço médio de venda em 16 Usd/bbl;
- O resultado operacional aumentou em 2,5 vezes passando de 18 milhões de euros para os 45 milhões de euros, e já representa 7% do total da Galp Energia;
- Novas descobertas de petróleo em Angola, no Bloco 32, e no Brasil, no Bloco BM-S-11, e constituição de parcerias para a exploração de novas áreas geográficas.

(1) Produção *Working share*

O segmento de negócio Exploração & Produção tem como grandes responsabilidades a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos e a identificação, análise e promoção de novas oportunidades e novos projectos.

No final de 2006, o *portfolio* de *upstream* da Galp Energia era constituído por participações em seis Blocos em Angola, de onde advém a actual produção, e por participações em 54 blocos no Brasil, dos quais 30 obtidos na sétima rodada, em 2005, em parceria com a empresa brasileira Petrobras.

A partir de 1 de Fevereiro de 2007, este *portfolio* aumentou para 63 blocos, com a concessão do Governo Português ao consórcio onde a Galp Energia participa com 10%, de 3 blocos *offshore* localizados ao largo da Costa Alentejana.

» ANGOLA

No ano de 2006 a produção *working* ascendeu a 9,5 mil barris por dia, o que representa um crescimento de 88% face aos 5 mil barris diários produzidos em 2005. Toda a produção teve como origem o Bloco 14 que cobre uma área de quatro mil quilómetros quadrados de águas profundas e ultra-profundas.

				VARIAÇÃO	
	UNIDADE	2005	2006	ABS.	%
Produção média <i>working</i> ⁽¹⁾	kbbl/dia	5,0	9,5	4,4	88%
Produção média <i>equity</i> ⁽²⁾	kbbl/dia	4,3	7,2	3,0	70%
Produção anual disponível para venda					
Kuito	Milhões bbl	1,6	0,8	(0,7)	(46%)
BBLT	Milhões bbl	-	1,7	1,7	-
TL	Milhões bbl	-	0,1	0,1	-
Total Bloco 14	Milhões bbl	1,6	2,6	1,1	70%

(1) Produção correspondente à participação da Galp Energia.

(2) Produção disponível para venda, depois da aplicação dos direitos de produção da concessionária.

A produção total disponível para venda, após aplicação dos direitos de produção da concessionária, ascendeu a 2,6 milhões de barris, o que representa um crescimento de 1,1 milhões de barris, ou 70%, sobre o ano anterior. Este aumento é explicado pela entrada em produção dos dois novos campos, Benguela-Belize-Lobito-Tomboco ("BBLT") e Tombua-Lândana ("TL") que permitiram mais que compensar a quebra verificada no Kuito, devido à diminuição dos direitos de produção, previstos no *Production Sharing Agreement* ("PSA"), e ao declínio natural deste campo.

A fase 1 do complexo BBLT entrou em produção em Janeiro de 2006 e foi o grande responsável pelo aumento de produção verificado no ano. O primeiro poço do campo TL entrou em produção em Junho do mesmo ano aproveitando o facto de estar relativamente próximo da plataforma de BBLT.

No que se refere a novas descobertas em Angola, foram confirmadas quatro novas descobertas comerciais no Bloco 32. Todas as descobertas situam-se a Noroeste de Luanda, a cerca de 170 a 180 quilómetros da costa, numa área que se tem revelado de elevado potencial e uma das mais promissoras do *offshore* de Angola. No final do ano estavam em curso mais dois poços de exploração.

Relativamente ao Bloco 1, decorreram os trabalhos de abandono que serão concluídos no ano de 2007 e no Bloco Cabinda Centro, apesar de continuar em situação de força maior, devido à instabilidade política e militar da zona, prevê-se que em 2007 se possam iniciar os trabalhos de campo.

De acordo com o estudo efectuado pela Gaffney, Cline & Associates, Ltd., as reservas *Net Entitlement* do Bloco 14, a 31 de Dezembro de 2006, tendo por base um cenário de preços de Usd 65,00/bbl, eram as seguintes:

Reservas provadas	35,7 milhões de barris
Reservas provadas + prováveis	50,4 milhões de barris

» BRASIL

No Brasil, a Galp Energia detém participações em 54 blocos, sendo 44 *onshore* e 10 em águas profundas, através de uma parceria com a Petrobras.

Nas participações *onshore*, adquiridas nas sexta e sétima Rodadas de Licitação, 29 blocos são operados pela Galp Energia e 15 pela Petrobras, numa parceria 50%/50%. Estes blocos distribuem-se pelas bacias de Potiguar, Sergipe-Alagoas e Espírito Santo.

Dos blocos de águas profundas, cinco situam-se na bacia de Potiguar, um na bacia de Espírito Santo e quatro na bacia de Santos. As participações da Galp Energia são de 20%, excepto nos blocos BM-S-8 e BM-S-11, em que são de respectivamente 14% e 10%. A Petrobras é a operadora em todos eles.

O facto mais marcante em 2006 foi a descoberta feita no poço TUPÍ no Bloco BM-S-11, localizado nas águas profundas da bacia de Santos. Trata-se de uma descoberta onde se estima um volume de *oil in place* entre os 1,7 e os 10 mil milhões de barris.

Nos restantes blocos, prosseguiram os trabalhos de aquisição, processamento e interpretação sísmica, tendo-se definido uma série de prospectos a serem perfurados em 2007.



Plataforma BBLT

» PORTUGAL

Em Portugal, a Galp Energia participa com 10% no consórcio formado pela Hardman Resources, Ltd., operadora e com uma participação de 80%, e a *Partex Oil and Gas Corporation*

com 10%, que celebrou com o Estado Português, já no decurso de 2007, contratos de concessão de direitos de exploração em três blocos ao largo da Costa Alentejana.

» PERFORMANCE DO SEGMENTO DE NEGÓCIO

EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO				
	UNIDADE	2005	2006	%
Volume de negócios	Milhões €	67	141	111%
Resultado operacional	Milhões €	18	45	148%
Resultado operacional ajustado	Milhões €	18	45	148%
ROA ajustado ⁽¹⁾	%	6,6%	10,4%	3,8 p.p.
Preço médio de venda	Usd/bbl	45	61	34%
Produção média <i>working</i>	kbbl/dia	5,0	9,5	88%
Produção média <i>equity</i>	kbbl/dia	4,3	7,2	67%
Volume vendas	Milhões bbl	1,8	2,9	60%

(1) Resultado operacional ajustado/ativo total consolidado ajustado. Para uma explicação detalhada sobre a reconciliação dos resultados ajustados, vide Anexo 2.

No ano de 2006 o volume de negócios do segmento de Exploração & Produção aumentou 111% para os 141 milhões de euros e o resultado operacional foi de 45 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 148% face aos 18 milhões de euros do ano anterior.

As vendas do segmento de negócio de Exploração & Produção foram efectuadas a um valor médio de 61 Usd/bbl, superando o período homólogo em 16 Usd/bbl. As quantidades vendidas foram de 2,9 milhões de bbl e aumentaram 60%, ou 1,1 milhões de bbl, face ao ano transacto.

O impacto do aumento das quantidades vendidas a um preço superior foi parcialmente absorvido por:

- Um aumento de custos relacionados com o crescimento da actividade onde se destaca o aumento do imposto que incide sobre o rendimento gerado pela venda de petróleo ("IRP") e o aumento do custo de produção, em linha com o incremento registado na produção;

- Acréscimo dos custos *non cash* com destaque para o aumento das amortizações associado à entrada em produção do campo BBLT, a constituição de provisões para fazer face à eventualidade de pagamentos adicionais de IRP em Angola relativos ao Bloco 14 e o reforço das provisões para custos de abandono dos Blocos 1 e 14.

» PERSPECTIVAS PARA 2007

Para o ano de 2007, o negócio da Exploração & Produção irá centrar as suas prioridades em Angola, com o objectivo de aumentar a produção *working* do Bloco 14, continuar a construção da plataforma do campo de TL, bem como definir o plano de desenvolvimento do Bloco 32, onde serão realizados mais poços de exploração. No Brasil, a prioridade passa pela realização de um poço de avaliação no Bloco BM-S-11 que irá permitir a avaliação da extensão da descoberta feita no TUPI. Adicionalmente, a Galp Energia irá realizar, pela primeira vez na qualidade de operador, poços de exploração nos blocos *onshore* de Potiguar, Sergipe-Alagoas e Espírito Santo.

5.3. REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

VENDA DE PRODUTOS PETROLÍFEROS:
16,2 MTON

MARGEM DE REFINAÇÃO GALP ENERGIA:
5,4 USD/BBL

RES. OPERACIONAL⁽¹⁾: 358 MILHÕES DE EUROS
(+6%)

- Aumento de 3% das matérias-primas processadas, para os 14,7 milhões de toneladas, e de 2% nas vendas de produtos petrolíferos, para os 16,2 milhões de toneladas, das quais 9 milhões de toneladas são vendas a clientes directos da Galp Energia;
- Quebra da margem de refinação face ao ano anterior de 1,8 Usd/bbl, mas com um diferencial positivo de 2,2 Usd/bbl face ao *benchmark* internacional Roterdão;
- Manutenção do ROA nos 10%, reflectindo a melhoria no resultado operacional e a redução de activos não operacionais.

(1) Resultado ajustado. Para uma explicação detalhada sobre a reconciliação dos resultados ajustados vide Anexo 2.

O segmento de negócio da Refinação & Distribuição de produtos petrolíferos é responsável por toda a actividade de refinação, aprovisionamento e logística e pela comercialização a retalho e grossista de produtos refinados no espaço ibérico. Em Portugal, a Galp Energia é a única empresa refinadora, com uma capacidade de tratamento de 310 mil barris diários assegurados pelas duas refinarias localizadas em Sines e no Porto, e é a maior empresa de comercialização de produtos petrolíferos com uma rede de 1.045 postos e 204 lojas que asseguram o negócio *non fuel*.



Refinaria de Sines

O segmento de negócio Refinação & Distribuição alcançou um resultado operacional ajustado de 358 milhões de euros, tendo superado o ano anterior em 6%. Este aumento traduz o crescimento da actividade de 2%, para as 16,2 milhões de toneladas, num ano marcado pela quebra das margens

de refinação internacionais face ao ano anterior, ano de margens muito elevadas por via do impacto dos furacões Katrina e Rita, e com as exportações a compensarem a diminuição do mercado nacional. A tendência de quebra das vendas internas esteve em linha com o verificado no mercado de produtos petrolíferos nacional.

» REFINAÇÃO

O negócio da Refinação aumentou o volume de processamento de matérias-primas em 0,5 milhões de toneladas, para os 14,7 milhões de toneladas, tendo-se alcançado o máximo histórico na refinaria de Sines que foi responsável por processar um adicional de 0,4 milhões de toneladas, como se pode verificar pelo quadro seguinte.

MILHÕES ton			
	2005	2006	%
Matéria-prima tratada	14,3	14,7	3%
Produtos refinados	13,1	13,7	4%
Compras ibéricas	2,7	2,4	(12%)
Variação de existências	0,1	0,1	27%
Produtos disponíveis	15,9	16,2	2%
Concorrentes	4,2	4,1	(3%)
Clientes	9,4	9,0	(4%)
Exportações	2,3	3,1	35%
Quantidades vendidas	15,9	16,2	2%

Ao nível da produção das refinarias, os destilados médios e gasolina continuam a representar, no seu conjunto, mais de 69% da produção total do sistema refinador, sendo o seu contributo individual 44% e 25% respectivamente.

Um dos marcos fundamentais na actividade das refinarias foi a entrada em funcionamento da infra-estrutura monobóia. Este activo entrou em funcionamento e, consequentemente, veio trazer ganhos de flexibilidade a nível de crudes e a nível do aumento do número de descargas e da sua dimensão ao permitir a movimentação de navios com 17 metros de calado e até às 135 mil toneladas.

A operacionalidade deste activo permitiu ainda reduzir o risco de falhas no abastecimento, devido ao mau tempo e, assim, reduzir os custos relacionados com as sobrestadias bem como dotar a refinaria do Porto de novas oportunidades para *mix* de crudes diferentes e ganhos de eficiência.

No que se refere às origens na importação do crude, o ano de 2006 registou uma inversão face aos anos anteriores, na medida em que foram feitas maiores aquisições de crude oriundos da América Latina e do Médio Oriente em detrimento dos países africanos.

	2005	2006	VARIAÇÃO
Norte de África	28%	21%	(7,0)
África Ocidental	25%	19%	(6,3)
América Latina	10%	18%	8,1
Médio Oriente	19%	22%	3,8
Outros Destinos	18%	20%	1,4

Em termos logísticos, o destaque do ano foi para a actividade da Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. ("CLCM") que apresentou um novo terminal que permitiu assegurar o abastecimento de fuel por navio, a clientes como a central eléctrica da Empresa de Electricidade da Madeira ("EEM"). Na empresa Companhia Logística de Combustíveis, S.A. ("CLC"), na qual a Galp Energia tem uma participação, foram efectuados investimentos de aumento de capacidade de armazenagem de produtos, de forma a garantir o cumprimento das reservas estratégicas da responsabilidade da empresa.

No que se refere à segurança das operações, foi alcançado um recorde absoluto na refinaria de Sines de 472 dias sem acidentes que originassem situação de baixa. Este máximo traduz a política de prevenção adoptada pela refinaria e a conformidade com as normas de segurança seguidas pela Empresa.

Em linha com a estratégia definida para este segmento de negócio foi aprovado, já no início de 2007, o *master plan* para o sistema refinador. Com este instrumento de gestão estratégica fica definido para os próximos anos a configuração de cada uma das refinarias da Galp Energia, bem como os respectivos vectores de evolução, tendo em vista o aprofundamento do nível de conversão dirigido à produção de gasóleo.

Dos principais investimentos contemplados por este plano destaca-se a unidade de conversão, que visa, em 2011, aumentar a produção de gasóleo em 2,5 milhões de toneladas, diminuindo a produção de fuelóleo em um milhão de toneladas, respondendo assim às tendências de consumo do mercado ibérico, nomeadamente à dieselização do parque automóvel. Este investimento permitirá ainda aproveitar o diferencial de preços entre o gasóleo e o fuelóleo nos mercados internacionais.

O *master plan* das refinarias contempla ainda a instalação de uma central de cogeração na refinaria do Porto, à semelhança do projecto iniciado em 2006 na refinaria de Sines, e que tem como finalidade a satisfação das necessidades do aparelho refinador em termos de vapor e de energia eléctrica. No projecto de Sines, foram atribuídas, no ano de 2006, as autorizações para ligação à Rede Eléctrica Nacional.

» DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS

A actividade comercial da Galp Energia ficou marcada por um aumento de actividade de 2%, para as 16,2 milhões de toneladas. Apesar do mercado nacional ter caído 6%, com as maiores quebras a verificarem-se nas gasolinas com uma perda de cerca de 7% e nos gasóleos com 3%, a Galp Energia conseguiu compensar os efeitos desta quebra através do aumento das exportações em 35%, para as 3,1 milhões de toneladas, que tiveram essencialmente como destino principal o exigente mercado dos EUA a nível de gasolinas.

Em Espanha a prioridade foi a rentabilização das operações acompanhada por um esforço de crescimento dos volumes em todas as linhas de negócio. Nesse sentido, procedeu-se à racionalização da rede de postos e à redução dos custos de operação. A implementação do SAP, como nova infra-estrutura tecnológica de suporte aos negócios em Espanha, veio trazer ganhos de eficiência de processos e aproveitamento de sinergias com Portugal.

Na área do retalho em Portugal, o ano ficou marcado por uma recessão no mercado em geral. Apesar deste contexto desfavorável, a Galp Energia alargou a oferta de combustíveis *premium Gforce* a 86% da rede nacional de postos e reforçou as suas parcerias, com destaque para a campanha “vice-versa” com a Sonae que permite obter descontos em compras. Simultaneamente, procedeu à optimização dos custos da rede permitindo alcançar níveis de eficiência superiores. Para além da diversificação da oferta de combustíveis, foram ainda alargados os meios de pagamento nos postos de abastecimento, nomeadamente a Via Verde, o *Ticket* e o *Pay & Go*.



Área de Serviço de Salvaterra de Magos na A13

A área de gás de petróleo liquefeito (“GPL”) em Portugal reforçou, no ano de 2006, a sua aposta na criação de valor através da inovação e do lançamento de novos produtos. Neste contexto, foi lançado o novo aquecedor doméstico *Hotspot*, mais seguro, mais eficiente e alinhado com os padrões estéticos actuais. De forma a compensar a retracção dos consumos de mercados tradicionais de GPL, este negócio apostou na revitalização de segmentos de mercado não-tradicionais e na revitalização

do mercado de GPL auto. O negócio de propano canalizado continuou a crescer, sendo um dos eixos principais de desenvolvimento do GPL.

A nível das empresas, no mercado de transportes a aposta centrou-se na descomoditização dos produtos e serviços. Já no negócio *Serviexpress/Parcerias* o enfoque foi na distribuição capilar a clientes empresas através do fornecimento de soluções integradas multi-produto e no conceito *co-branded*, no âmbito da partilha de imagem com postos complementares à rede Galp Energia. Foi ainda reforçada a presença da Galp Energia no negócio doméstico através do crescimento da venda de gásóleo de aquecimento.

No negócio das Especialidades, o ambiente na área da aviação manteve-se extremamente competitivo. Continuando o plano de expansão das operações a todos os aeroportos nacionais, onde existe sistema de abastecimento de combustível, iniciaram-se os abastecimentos no Aeroporto de Santa Maria e foram obtidas as licenças para operar no Aeroporto João Paulo II, em Ponta Delgada, com os primeiros contratos de fornecimento a ter início em Janeiro de 2007.

Na Marinha foi alcançado um novo recorde de volume de vendas ultrapassando pela primeira vez um milhão de toneladas vendidas. Esta *performance* ficou a dever-se à capacidade do negócio em apresentar uma proposta de valor competitiva com os principais portos do sul da Europa e acompanhar o crescimento do comércio marítimo nos principais portos nacionais. Este bom desempenho foi conseguido com o suporte das refinarias e o investimento efectuado numa logística própria ao negócio.

Nos Empreiteiros, num ano marcado por uma forte quebra dos consumos, a Galp Energia lançou novos produtos especialmente dirigidos para soluções à medida e para aspectos de natureza ambiental, em particular a nova gama de betumes modificados com borracha de pneus usados. Nos Lubrificantes, a quebra do mercado interno foi compensada com exportações para mercados que se revelaram de forte desenvolvimento e crescimento.

A área internacional do Grupo, para além de Espanha, conta com presença na distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, gás e lubrificantes no mercado Africano, nomeadamente em Angola, Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau.

» PERFORMANCE DO SEGMENTO DE NEGÓCIO

REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO				
	UNIDADE	2005	2006	%
Volume de negócios	Milhões €	10.030	10.838	8%
Resultado operacional	Milhões €	602	368	(39%)
Resultado operacional ajustado	Milhões €	338	358	6%
ROA ajustado ⁽¹⁾	%	9,6%	10,2%	0,6 p.p.
Activo fixo líquido	Milhões €	1.247	1.158	(7%)
Margem de refinação Galp Energia	Usd/bbl	7,2	5,4	(26%)
Matéria-prima processada	Milhões ton	14,3	14,7	3%
Vendas de produtos refinados	Milhões ton	15,9	16,2	2%

(1) Resultado operacional ajustado/activo líquido total ajustado. Para uma explicação detalhada sobre a reconciliação dos resultados ajustados, vide Anexo 2.

O resultado operacional de 2006 foi de 368 milhões de euros, o que representa uma quebra de 39% face aos 602 milhões de euros alcançados no ano anterior. Esta diminuição é explicada pelo forte efeito *stock* verificado em 2005, fruto da valorização do custo das mercadorias vendidas a FIFO, num cenário de subida acentuada do preço do crude e dos produtos petrolíferos no mercado internacional.

Excluindo este efeito e também os eventos não recorrentes, o resultado operacional em 2006 aumentou 6%, de 338 milhões de euros para os 358 milhões de euros, essencialmente devido às melhorias nas taxas de utilização do aparelho refinador, à melhoria nos resultados associados à actividade de *trading*, ao aumento das exportações em 35% e por reduções nos custos variáveis, relacionados com o abrandamento da actividade interna tais como armazenagem e enchimento e transporte de mercadorias.

Estes efeitos foram particularmente importantes num ano marcado por dois efeitos exógenos adversos: a redução da margem de refinação da Galp Energia em 1,8 Usd/bbl, para os 5,4 Usd/bbl, e o contexto em que a actividade comercial foi desenvolvida, quebra do mercado interno de 6% face ao ano anterior.

» PERSPECTIVAS PARA 2007

A grande prioridade do ano de 2007, no segmento de negócio da Refinação & Distribuição, está no arranque do investimento de reconversão e nas melhorias processuais nas refinarias.

Em termos operacionais, está programada uma paragem da refinaria do Porto para manutenção no terceiro trimestre de 2007.

Na área de Distribuição de produtos petrolíferos, o destaque vai para optimização da rede de postos, para a melhoria da rentabilidade das lojas e para a consolidação da liderança da quota de mercado em Portugal.

5.4. GAS & POWER

MÁXIMO HISTÓRICO DE VENDAS
DE GÁS NATURAL: 4,6 MILHÕES m³

790 MIL CLIENTES NA DISTRIBUIÇÃO
GÁS NATURAL

RESULTADO OPERACIONAL:
266 MILHÕES €⁽¹⁾ (+18%)

- Venda dos activos regulados de Gás Natural à REN gerou um impacto favorável de 220 milhões de euros em resultados líquidos;
- Máximo histórico de vendas de 1,5 milhões de metros cúbicos a clientes industriais e 0,7 milhões de metros cúbicos vendidos para *trading*;
- Aumento do volume de vendas da distribuição de Gás Natural em 4% para os 498 milhões de metros cúbicos;
- Aumento da energia gerada para os 1.561 GWh.

(1) Resultado ajustado. Para uma explicação detalhada sobre a reconciliação dos resultados ajustados, vide Anexo 2.

O segmento de negócio Gas & Power tem como responsabilidade o aprovisionamento, comercialização e distribuição de gás natural e a produção de energia térmica e eléctrica para distribuição a clientes industriais. Os principais activos deste segmento são uma rede de distribuição de gás natural com uma extensão de 9.014 quilómetros e um *portfolio* de cerca de 790 mil clientes.

No seguimento da Resolução de Conselho de Ministros n.º 169/2005 de 24 de Outubro, que aprovou a estratégia do governo português para o sector da energia, e da publicação do Decreto-lei n.º 140/2006 de 26 de Julho, a Galp Energia vendeu à REN, no dia 26 de Setembro de 2006, os Activos Regulados de Gás Natural.

A nível orgânico, e de forma a poder adaptar-se a uma nova realidade e a um novo modelo de negócio, a Galp Energia reorganizou todo o seu negócio do gás natural e *power* através da integração de duas unidades de negócio, a Galp Transgás e a Galp Gás, excluindo o negócio de GPL, e uma área de negócio, a Galp Power, que até então operavam de forma distinta.

O Decreto-lei n.º 140/2006 estabeleceu também as condições em que a Galp Gás Natural poderá exercer a sua actividade, mantendo-se na sua esfera os contratos de aprovisionamento de longo prazo e sendo-lhe atribuída uma licença de comercialização, através da qual serão geridos os contratos existentes para o mercado eléctrico.

Paralelamente foram estabelecidas as condições de prossecução da actividade de comercialização de último recurso a realizar segundo tarifas aprovadas pela ERSE, a exercer sob licenças concedidas à Transgás Indústria, S.A., agora redenominada

Transgás, S.A., e a sociedades a estabelecer pelas várias concessionárias de distribuição local.

Foi concedida à Galp Energia, através da Transgás Armazenagem, S.A. ("Transgás Armazenagem"), uma concessão de armazenamento subterrâneo de gás natural, a exercer no local do Carriço, Pombal, de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2006, de 3 de Agosto de 2006. Assim, em 26 de Setembro, foi assinado o contrato de concessão da actividade de armazenamento subterrâneo de gás natural entre o Estado Português e Transgás Armazenagem, cuja concessão tem uma duração de 40 anos.

» APROVISIONAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL

A política de aprovisionamento de gás natural continuou a ter duas fontes diferenciadas de abastecimento: (i) a Argélia com contratos de gás natural que asseguraram 45% dos fornecimentos, uma diminuição de 17 p.p. face a 2005, e (ii) a Nigéria com contratos de GNL que garantiram 55% do abastecimento, face aos 37% do ano anterior.

O volume de vendas de gás natural ascendeu a 4.596 milhões de metros cúbicos, o que representa um crescimento de 9% face ao ano anterior, reflectindo o aproveitamento das oportunidades no mercado internacional ao nível da actividade de *trading*, que permitiu compensar a redução dos consumos no sector eléctrico, num ano marcado por níveis de pluviosidade consideravelmente superiores aos de 2005.

No sub-segmento industrial verificou-se um aumento de 5% face ao ano anterior, dado o contributo de um maior volume de vendas às empresas de cogeração. As vendas de distribuição

de gás natural aumentaram 6%, devido ao aumento dos consumos no segmento das indústrias abastecidas pelas empresas concessionárias de gás natural e ao aumento dos clientes de distribuição de gás natural.

	UNIDADE	2005	2006	%
Volume de vendas	Milhões m³	4.234	4.596	9%
Eléctrico	Milhões m ³	2.013	1.737	(14%)
Industrial	Milhões m ³	1.446	1.512	5%
Distribuidoras de gás natural	Milhões m ³	656	694	6%
<i>Trading</i>	Milhões m ³	119	654	s.s.

No segmento industrial ultrapassou-se os 1,5 milhões de metros cúbicos, um recorde histórico que foi ainda mais importante num ano de crescimento económico moderado.

Relativamente a um dos activos estratégicos para garantir a segurança do abastecimento do Sistema Nacional de Gás Natural, procedeu-se ao enchimento da cavidade da armazenagem subterrânea que se manterá como activo regulado na Transgás Armazenagem, a qual já se encontra em operação.

» DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

Em 30 de Novembro de 2006, foi lançado o projecto *Unbundling* da Distribuição, tendo em vista a separação das actividades de distribuição e comercialização por forma a cumprir os requisitos legais, assim como a regulação publicada pela ERSE.

Este projecto tem como principais objectivos preparar a apresentação de contas reguladas, aproveitando para uniformizar o plano de contas e os procedimentos contabilísticos e proceder às alterações organizativas impostas pela nova regulamentação do sector.

No ano de 2006 foi também importante o início do processo de implementação de um novo sistema de informação comercial que deverá abranger, a médio prazo, todas as distribuidoras regionais e titulares de licenças de distribuição local.

Os objectivos deste projecto passam pela uniformização dos processos do ciclo comercial, através de uma plataforma baseada no modelo de negócio actual preparada para os desafios da liberalização do mercado de gás natural que se avizinham.

Os volumes de vendas agregados do segmento da Distribuição de Gás Natural atingiram os 498 milhões de metros cúbicos, superando o ano anterior em 4%. Os principais aumentos registaram-se nos segmentos de grandes clientes com 6% e não doméstico com 8%, tendo o *portfolio* de clientes atingido os 790 mil clientes, o que representa um aumento de 51 mil clientes face ao ano anterior. No segmento doméstico o número de clientes aumentou 7% para os 770 mil.

A infra-estrutura de distribuição de gás natural, no ano de 2006, totalizou 9.014 quilómetros através da construção de rede secundária e ramais de ligação a clientes.

» POWER

A Galp Energia detém actualmente participações em três centrais de cogeração onde, através da queima de gás natural, é gerada energia eléctrica e térmica para fornecimento a grandes clientes industriais. Para além da potência já instalada na cogeração, com cerca de 80 MW, a Galp Energia iniciou, no ano de 2006, o investimento na construção de uma central de cogeração em Sines, com uma potência de 2x41 MW.

No negócio da cogeração, é ainda de salientar o projecto da refinaria do Porto, cujo investimento foi aprovado já no decorrer do ano de 2007, e que apresenta uma potência de 2x41 MW.



Central de Cogeração do Carriço

» PERFORMANCE DO SEGMENTO DE NEGÓCIO

GAS & POWER				
	UNIDADE	2005	2006	%
Volume de negócios	Milhões €	1.125	1.396	24%
Resultado operacional	Milhões €	244	547	124%
Resultado operacional ajustado	Milhões €	225	266	18%
ROA ajustado ⁽¹⁾	%	11,2%	17,2%	6,0 p.p.
Volume de vendas de gás natural	Milhões m ³	4.234	4.596	9%
Eléctrico	Milhões m ³	2.013	1.737	(14%)
Industrial	Milhões m ³	1.446	1.512	5%
Distribuidoras de gás natural	Milhões m ³	656	694	6%
Trading	Milhões m ³	119	654	S.S.
Número de clientes de gás natural	Milhares	739	790	7%
Vendas de energia	GWh	1.375	1.561	14%

(1) Resultado ajustado. Para uma explicação detalhada sobre a reconciliação dos resultados ajustados, vide Anexo 2.

As três centrais de cogeração actualmente em produção são a Powercer, Carriço Cogeração e Energin onde a Galp Energia detém, respectivamente, 70%, 65% e 35% de participação social. No conjunto das três centrais foram gerados 1.561 GWh de energia, o que representa um crescimento de 14% face ao ano anterior.

Relativamente ao projecto Eólico e depois de ter sido atribuída ao consórcio concorrente a Fase A, para 1.000 a 1.200 MW, a Galp Energia continua na Fase B do concurso, para 500 a 600 MW, através da sua participada Ventinvest onde detém uma participação de 33,3%.

O volume de negócios do segmento de negócio Gas & Power atingiu os 1.396 milhões de euros, no ano de 2006. O resultado operacional foi de 547 milhões e inclui o impacto positivo relacionado com eventos não recorrentes, entre os quais se destacam a mais valia da venda dos Activos Regulados de Gás Natural à REN e os proveitos relacionados com a decisão favorável do processo arbitral em curso referente ao contrato de cedência de fibra óptica, assinado em 1999 entre a Transgás, S.A. e a ONI.

O resultado operacional, ajustado de eventos não recorrentes e de efeito *stock*, aumentou 18%, para os 266 milhões de euros representando 40% do total da Galp Energia. Esta melhoria nos resultados operacionais foi obtida essencialmente devido a:

» Aumento nas quantidades vendidas no segmento de negócio Gas & Power:

- Comercialização de gás natural: o aumento de 362 milhões de metros cúbicos de gás natural permitiu alcançar o máximo histórico de volume de vendas de 4.596 milhões de metros cúbicos;
- Distribuição de gás natural: apesar da temperatura em Portugal ter sido pouco favorável aos consumos de gás natural, o aumento do número de clientes ligados e o incremento dos consumos do segmento não doméstico contribuíram para um acréscimo de 4% no volume de vendas;
- *Power*: aumento de 14% na energia gerada pelas centrais de cogeração participadas pela Galp Energia para os 1.561 GWh. Para este volume de produção foram consumidos 173 milhões de metros cúbicos de gás natural, consumo que superou o ano anterior em 8%.

» Aumento do preço médio de venda do gás natural alinhado com as referências internacionais, nomeadamente com a evolução do *brent dated*.

Estes efeitos foram parcialmente absorvidos por um aumento de custos do período *pós-unbundling*, nomeadamente fornecimentos e serviços externos referentes ao pagamento do *fee* de transporte e armazenagem de gás natural à REN, no último trimestre do ano num total de 25 milhões de euros. Em contrapartida, as amortizações registaram uma redução devido à diminuição do valor dos activos.

» PERSPECTIVAS PARA 2007

O ano de 2007 marca o início da liberalização do mercado de gás natural com a abertura do segmento dos centros electroprodutores nas quantidades acima do *take or pay*.

O negócio de gás natural irá focar a sua actividade na gestão dos efeitos da liberalização e dará continuidade à preparação do Projecto *Unbundling* da Distribuição. No negócio da energia, está em curso o processo que conduzirá à construção da primeira CCGT da Galp Energia.

5.5. INVESTIMENTO

	UNIDADE	2005	2006	VARIAÇÃO	
				ABS	%
Exploração & Produção	Milhões €	82	106	24	29%
Refinação & Distribuição	Milhões €	142	131	(11)	(8%)
Gas & Power	Milhões €	88	112	23	26%
Outros	Milhões €	3	1	(2)	(65%)
Total		315	349	34	11%

» EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

O investimento no segmento de negócio da Exploração & Produção atingiu os 106 milhões de euros, representando um aumento de 29% sobre o ano anterior e foi canalizado, maioritariamente para o investimento em produção, nos campos BBLT, Kuito e TL, e em exploração noutras áreas do Bloco 14 em Angola, com a realização de um poço de pesquisa designado Lucapa-1. Foram também feitos investimentos nas actividades de exploração no Bloco 32 com a realização de quatro poços de pesquisa e nas actividades de exploração no Brasil, nomeadamente nos Blocos *onshore*, onde a Galp Energia é operadora, e no Bloco BM-S-11, no *offshore* da Bacia de Santos. Neste último Bloco, foi ainda realizado um poço de exploração, designado Tupi.

» REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

O investimento realizado no segmento de negócio de Refinação & Distribuição reduziu-se em 8% para os 131 milhões de euros e inclui a reposição do activo monobóia no Balanço da Empresa pelo valor de 38,9 milhões de euros. O investimento corrente do ano foi canalizado essencialmente para a construção da armazenagem estratégica, essencialmente para o armazenamento de gasóleo, para projectos no âmbito da actividade de refinação no qual se incluem a substituição de *pipelines* e a adequação ambiental e para as actividades de distribuição, nomeadamente o desenvolvimento do GPL canalizado e construção e remodelação de estações de serviço na Península Ibérica.

O investimento no projecto de revendedores assumiu também particular relevo e visa a implementação de um programa de distribuição com os revendedores independentes, baseado na apresentação conjunta da marca Galp Energia com a dos próprios revendedores.



Refinaria do Porto

» GAS & POWER

Os investimentos de 2006 no segmento de negócio Gas & Power ascenderam a 112 milhões de euros, tendo sido essencialmente canalizados para o desenvolvimento das redes de distribuição de gás natural, para a construção e enchimento das cavernas de gás natural e para o desenvolvimento da central de cogeração da refinaria de Sines.

5.6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA CONSOLIDADA

AUMENTO DO RESULTADO LÍQUIDO
EM 10% PARA OS 468 MILHÕES €⁽¹⁾

AUMENTO DO RESULTADO OPERACIONAL⁽¹⁾
EM 15% PARA OS 667 MILHÕES €
E MANUTENÇÃO DA MARGEM EBITDA NOS 10%

AUMENTO DO ROA⁽¹⁾ PARA OS 13%
E DO ROACE⁽¹⁾ PARA OS 17%

- Melhoria de resultados operacionais ajustados em todos os segmentos de negócio;
- Aumento do volume de negócios consolidado em 10% para, os 12.210 milhões de euros, com destaque para o aumento dos volumes vendidos em todos os segmentos de negócio;
- Redução da dívida bancária em 305 milhões de euros, para os 887 milhões de euros, e do *Debt to Equity* em 6 p.p., para os 44%.

(1) Resultados ajustados. Para uma explicação detalhada sobre a reconciliação dos resultados ajustados, vide Anexo 2.

Num ano em que a preparação e o lançamento do IPO da Empresa e o processo de venda dos Activos Regulados de Gás Natural à REN constituíram marcos fundamentais na história da Empresa, a Galp Energia empenhou-se na concretização das suas grandes prioridades de curto prazo:

- Aumento da Produção *working* em Angola para os 9,5 mil barris diários e continuação das actividades de Exploração em Angola e no Brasil, resultando novas descobertas no Bloco 32 e no BM-S-11 respectivamente;
- Consolidação da liderança no mercado nacional *oil* e aumento da presença em Espanha, através de um aumento das vendas de 2%, para os 16,2 milhões de toneladas;
- Integração crescente do negócio da Refinação e Distribuição de produtos petrolíferos;
- Forte presença no mercado de gás natural que alcançou um volume histórico de vendas de 4,6 mil milhões de metros cúbicos e reorganização orgânica para fazer face às novas exigências do sector;
- Aumento da energia produzida sob a forma térmica e vapor em 14% e posicionamento favorável para o lançamento dos negócios da electricidade e energias renováveis;
- Aumento da presença no *downstream oil* Internacional com resultados positivos.

» RESULTADOS

Os resultados líquidos alcançados pela Galp Energia foram de 755 milhões de euros e registam um aumento de 8% sobre o ano anterior em que tinham atingido os 701 milhões de euros.

No ano de 2006 este ponto reveste-se de especial importância devido ao impacto positivo obtido com a venda dos Activos Regulados de Gás Natural à REN, no montante de 220 milhões de euros. No ano de 2005, os resultados foram influenciados por ganhos relacionados com o critério de valorização do custo das mercadorias vendidas a FIFO, que levou a um impacto favorável de 239 milhões de euros.

Excluindo o efeito *stock* e os eventos não recorrentes, os resultados líquidos foram de 468 milhões de euros, superando o ano anterior em 10%.

				VARIAÇÃO	
	UNIDADE	2005	2006	ABS.	%
Resultado líquido	Milhões €	701	755	54	8%
Efeito <i>stock</i>	Milhões €	239	30	(209)	--
Eventos não recorrentes	Milhões €	37	257	220	--
Resultado líquido ajustado	Milhões €	425	468	43	10%

Para uma explicação sobre a reconciliação dos resultados ajustados, vide Anexo 2.

A melhoria registada nos resultados, face ao ano anterior, demonstra que a Empresa, apesar de actuar num mercado onde alguns *drivers* exógenos influenciam os seus resultados e a sua *performance*, conseguiu atenuar alguns efeitos adversos através de componentes endógenas onde se destaca o aumento

de produção de crude para 9,5 mil barris diários, o aumento das matérias-primas processadas em 3%, para os 14,7 milhões de toneladas, devido às elevadas taxas de utilização do aparelho refinador e o aumento das vendas de gás natural para os 4,6 mil milhões de metros cúbicos.

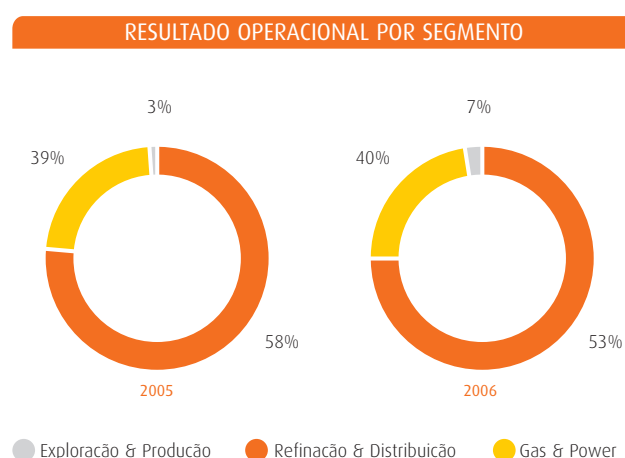
	UNIDADE	2005	2006	VARIAÇÃO
Volume de negócios	Milhões €	11.137	12.210	10%
EBITDA ajustado	Milhões €	877	958	9%
Margem EBITDA ⁽¹⁾	%	10%	10%	s.s.
Resultado operacional ajustado	Milhões €	580	667	15%
Exploração & Produção	Milhões €	18	45	148%
Refinação & Distribuição	Milhões €	338	358	6%
Gas & Power	Milhões €	225	266	18%
Outros	Milhões €	(1)	(2)	s.s.

(1) EBITDA resultado operacional ajustado/volume de negócios excluindo ISP. Para uma explicação detalhada sobre a reconciliação dos resultados ajustados, vide Anexo 2.

	UNIDADE	2005	2006	VARIAÇÃO
Investimento	Milhões €	315	349	11%
ROA ajustado	%	10%	13%	3 p.p.
ROACE ajustado	%	14%	17%	3 p.p.
Dívida bancária	Milhões €	1.192	887	(26%)
<i>Debt to equity</i>	%	50%	44%	(6 p.p.)
N.º colaboradores	N.º	6.166	5.877	(289)

Para uma explicação detalhada sobre a reconciliação dos resultados ajustados, vide Anexo 2.

No que se refere à contribuição para o resultado operacional ajustado, verifica-se que, entre os dois anos em análise, o negócio da Exploração & Produção aumenta o seu peso no total do grupo Galp Energia contribuindo com 7% do total do ano de 2006. O segmento que mais contribuiu para o resultado operacional do Grupo foi o da Refinação & Distribuição com 53%, apesar de ter diminuído a sua contribuição em termos relativos.



» ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RESULTADOS EM CONFORMIDADE COM AS IAS/IFRS			MILHÕES €	
			VARIAÇÃO	
	2005	2006	ABS.	%
Vendas e prestações de serviços	11.137	12.210	1.072	10%
Margem bruta	1.975	1.810	(166)	(8%)
Fornecimentos e serviços externos	(526)	(567)	(42)	8%
Custos com pessoal	(270)	(307)	(37)	14%
Outros proveitos/custos operacionais	12	305	293	s.s.
EBITDA	1.192	1.241	49	4%
Amortizações e provisões	(329)	(291)	38	(12%)
Resultado operacional	863	949	86	10%
Resultados financeiros	31	(11)	(41)	s.s.
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	893	939	45	5%
Resultado líquido	701	755	54	8%

RESULTADOS AJUSTADOS			MILHÕES €	
			VARIACÃO	
	2005	2006	ABS.	%
Margem bruta ajustada	1.664	1.812	148	9%
EBITDA ajustado	877	958	81	9%
Resultado operacional ajustado	580	667	87	15%
Resultado líquido ajustado	425	468	43	10%

Os fornecimentos e serviços externos aumentaram 8% para os 567 milhões de euros e incluem 25 milhões de euros relacionados com os custos de transporte e armazenagem do período após a venda dos Activos Regulados de Gás Natural. Expurgando estes custos, inexistentes no ano anterior, os fornecimentos e serviços externos aumentaram 3%, cerca de 17 milhões de euros, para os 542 milhões de euros. Os principais aumentos ocorreram:

- Nas rendas e alugueres relacionados com o aumento do número de navios fretados para o transporte costeiro de produtos petrolíferos como consequência da venda, em 2005, de um dos navios da frota da Empresa;
- Nos custos com seguros relacionados com a actualização de prémios;
- Nos custos pagos à EGREP, relacionados com a constituição obrigatória de reservas estratégicas;
- Nos custos de estrutura associados à crescente actividade de exploração desenvolvida no Brasil;
- Nos custos de produção de petróleo bruto em Angola - Bloco 14 - traduzindo o aumento da produção para os 2,6 milhões de barris.

Estes aumentos de fornecimentos e serviços externos foram parcialmente compensados por reduções de custos com destaque para o transporte de mercadorias que se reduziram devido à diminuição das vendas para o mercado interno, essencialmente nos negócios comerciais *oil*, em linha com a quebra verificada pelo mercado.

Os custos com pessoal atingiram os 307 milhões de euros superando o ano anterior em 14%. Isolando a constituição

de provisões para reestruturações efectuada em 2006, o aumento foi de 8%, ou seja 22 milhões de euros, e está relacionado com o aumento dos salários em linha com a inflação, o aumento dos custos com remunerações variáveis, que tinham sido insuficientemente provisionadas em 2005, e com a especialização de custos com reformas antecipadas e rescisões por mútuo acordo a incorrer no ano de 2007.

Os outros proveitos operacionais líquidos aumentaram 293 milhões de euros, face aos 12 milhões de euros de 2005. Esta evolução encontra-se favoravelmente influenciada pelo impacto da venda dos Activos Regulados de Gás Natural à REN em Setembro, e pela reposição do activo monobóia que tinha sido anteriormente abatido dos activos da Empresa.

Excluindo estes efeitos, a variação mais significativa entre os anos em análise refere-se ao aumento do IRP a pagar em Angola, de 16 milhões de euros, para os 23 milhões de euros em 2006, como consequência do incremento do rendimento gerado pelas vendas de petróleo do Bloco 14.

As amortizações foram de 257 milhões de euros, uma redução de 16% face ao ano anterior, e incluem, no ano de 2006, regularizações referentes ao processo de venda dos Activos Regulados de Gás Natural e em 2005 imparidades de activos de 21 milhões de euros. Isolando estes efeitos, a variação traduz uma redução dos activos dos segmentos de negócio Refinação & Distribuição, nomeadamente o abate de estações de serviço, em Portugal e Espanha, e no segmento de negócio Gas & Power resultado do processo de venda referido anteriormente. Na Exploração & Produção o aumento de amortizações resulta fundamentalmente do acréscimo de produção ocorrido no ano de 2006, fruto da entrada em produção do campo BBLT,

que consequentemente originou o início da amortização dos investimentos associados a este campo.

As provisões e perdas de imparidades de contas a receber aumentaram 55% para os 35 milhões de euros em 2006. As provisões de 2006 incluem provisões para encargos ambientais e outras e em 2005 provisões para reestruturação e para encargos ambientais. Sem estes efeitos não recorrentes, a variação foi de 17 milhões de euros e traduz o aumento de provisões nos segmentos de negócio Exploração & Produção e Refinação & Distribuição e devem-se, respectivamente, à constituição de uma provisão para a eventualidade de pagamento adicional de IRP em Angola de 5,8 milhões de euros e ao reforço de provisões para clientes de cobrança duvidosa, de 8 milhões de euros.

Os resultados de empresas associadas, os resultados de investimentos e os resultados financeiros foram negativos em 11 milhões de euros, face aos 31 milhões de euros positivos do ano anterior, que incluíam a mais valia de 54,4 milhões de euros da venda da concessionária de gás natural Portgás. As principais variações foram:

- Resultados de empresas associadas: diminuição de 11 milhões de euros para 40 milhões de euros devido a menores contribuições de algumas empresas e ajustamentos de consolidação. A contribuição mais expressiva em termos de resultados de equivalência patrimonial teve origem nas empresas detentoras de gasodutos internacionais (EMPL, Metragaz, Gasoducto Al Andalus e Gasoducto Extremadura) que contribuíram com 37 milhões de euros e na Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A. ("CLH"), empresa detentora da infra-estrutura logística do mercado petrolífero espanhol, com cerca de 6 milhões de euros;
- Resultados de investimentos: diminuição de 73 milhões de euros para um valor negativo de 19 milhões de euros. No ano de 2006 registou-se um impacto desfavorável relacionado com um ajustamento de 20 milhões de euros do processo de *Unbundling* e no ano de 2005, a venda da Portgás, empresa distribuidora de gás natural na área metropolitana do Porto, contribuiu com uma mais valia de 54,4 milhões de euros;

- Resultados financeiros: aumento de 43 milhões de euros para um valor negativo de 32 milhões de euros, que incluem um proveito não recorrente relacionado com o processo de aluguer de fibra óptica à Onitelecom – Infocomunicações, S.A. ("ONI") de 15 milhões de euros. Isolando este efeito os resultados financeiros aumentaram 28 milhões de euros e traduzem melhorias de 19 milhões de euros em diferenças de câmbio e uma diminuição dos juros pagos devido a um duplo efeito de diminuição da dívida bancária média e redução da taxa de encargos financeiros de 4,35%, em 2005, para 3,40%, em 2006.

As diferenças de câmbio líquidas foram favoráveis em 2 milhões de euros e apresentam uma inversão, face ao ano anterior, em que tinham sido negativas em 17 milhões de euros. As diferenças de câmbio de 2005 foram negativamente afectadas pela apreciação do Usd face ao Euro, no ano de 2004, que originou perdas nas responsabilidades em Usd, essencialmente dívida bancária, no montante de 10 milhões de euros.

» BALANÇO CONSOLIDADO⁽⁴⁾

MILHÕES €

	2005	2006	VARIAÇÃO	
			ABS.	%
Activo fixo ⁽¹⁾	3.086	2.413	(672)	(22%)
Stock estratégico ⁽²⁾	524	453	(72)	(14%)
Outros activos/passivos ⁽³⁾	(162)	(148)	14	(9%)
Fundo de maneo ⁽⁴⁾	129	205	76	59%
	3.577	2.924	(654)	(18%)
Dívida corrente	257	587	329	128%
Dívida não corrente	1.092	513	(579)	(53%)
Dívida total	1.349	1.099	(250)	(19%)
Caixa e equivalentes	158	212	55	35%
Dívida líquida	1.192	887	(305)	(26%)
Total do capital próprio	2.386	2.037	(349)	(15%)
Capital empregue⁽⁵⁾	3.577	2.924	(654)	(18%)

(1) Inclui activos tangíveis e intangíveis, *goodwill+part*. Financeiras em associadas e participadas (líquido de provisões para inv. financeiros) e outros investimentos financeiros.

(2) Stock estratégico físico (Galp Energia e concorrentes) valorizado ao critério valorimétrico FIFO.

(3) Inclui essencialmente responsabilidades com benefícios pós-emprego, contas a receber/pagar (não cíclicas) e impostos diferidos.

(4) Inclui *stocks* operacionais, clientes, fornecedores c/c e de imobilizado, saldo líquido com o Estado, provisões (excluindo provisões para inv. financeiros).

(5) Obtido por capital próprio + dívida líquida bancária.

O activo fixo líquido atingiu os 2.413 milhões de euros em 2006, apresentando uma redução de 672 milhões de euros face ao ano anterior que traduz a venda dos Activos Regulados de Gás Natural, que apresentavam um valor contabilístico de 731 milhões de euros.

O *stock* estratégico representa o valor dos inventários que a Galp Energia tem como obrigação de constituir e manter como reservas de segurança de produtos petrolíferos. O valor deste *stock* reduziu-se em cerca de 72 milhões de euros, ou 14%, face ao ano anterior essencialmente devido à forte quebra do preço do crude e dos produtos petrolíferos, nos mercados internacionais, que se verificou após Agosto.

Os outros Activos/Passivos registaram uma variação de 14 milhões de euros explicada pelo aumento dos outros Activos de 42,2 milhões de euros que mais do que compensou o aumento das responsabilidades com benefícios pós-emprego de 27,9 milhões de euros.

As necessidades de fundo de maneo aumentaram 76 milhões de euros essencialmente devido ao aumento do saldo de clientes, que traduz o acréscimo da actividade, apesar do prazo médio de recebimentos ter encurtado em um dia para os 24 dias.

No que se refere ao financiamento do Grupo, a Galp Energia assume o papel de veículo preferencial de financiamento e a dívida líquida no final de Dezembro de 2006 situou-se nos 887 milhões de euros, diminuindo 305 milhões de euros face ao ano anterior. O encaixe registado com o processo de separação dos activos regulados de gás natural, que inclui o pagamento de activos de 526,3 milhões de euros e a transferência de dívida para a REN de 425,2 milhões de euros, associado ao recebimento de 62 milhões de euros do processo litigioso com a ONI e ao *cash flow* gerado pela operação permitiram mais que compensar o pagamento de dividendos.

(4) O balanço consolidado apresentado foi elaborado numa óptica de gestão não sendo, por isso, directamente comparável com o balanço consolidado apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas anexas a este relatório.

» **CASH FLOW**⁽⁵⁾

MILHÕES DE EUROS			
	2005	2006	VARIAÇÃO
Resultado operacional	863	949	86
Custos <i>non cash</i>	307	257	(50)
Variação do fundo de maneo	(200)	(76)	124
Cash flow das actividades operacionais	970	1.130	160
Investimento líquido	(378)	398	775
Variação do <i>stock</i> estratégico	(185)	72	257
Cash flow de actividades de investimento	(563)	469	1.032
Investimentos financeiros	75	12	(63)
Juros pagos	(35)	(30)	5
Impostos	(118)	(177)	(59)
Subsídios	72	19	(52)
Dividendos pagos/recebidos	(177)	(1.052)	(875)
Outros	87	(67)	(154)
Cash flow das actividades de financiamento	(96)	(1.294)	(1.199)
Cash flow líquido	311	305	(7)

O *cash flow* operacional do ano de 2006 ascendeu a 1.130 milhões de euros, aumentando 160 milhões de euros face ao ano anterior. Este aumento reflecte, por um lado, o aumento de actividade que se verificou este ano, mas também uma redução das necessidades de fundo de maneo.

O *cash flow* de actividades de investimento ficou marcado, no ano de 2006, pela venda dos Activos Regulados de Gás Natural à REN, que totalizavam 731 milhões de euros, e também pela redução de 72 milhões de euros ao nível do *stock* estratégico, fruto da quebra dos preços do crude e produtos petrolíferos.

Os dividendos líquidos foram de 1.052 milhões de euros entre os quais se destacam os dividendos pagos de 1.093 milhões de euros, que correspondem a dividendos ordinários no montante de 222 milhões de euros e ao pagamento de reservas distribuíveis e resultados transitados, de 871 milhões de euros.

(5) O *cash flow* consolidado apresentado foi elaborado numa óptica de gestão não sendo, por isso, directamente comparável com o mapa de fluxos de caixa consolidado apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas anexas a este relatório.



6. GALP ENERGIA NO MERCADO DE CAPITAIS

A COTAÇÃO DA ACÇÃO GALP ENERGIA,
NO SEU ANO DE ESTREIA, VALORIZOU-SE 19%.

GALP ENERGIA NO MERCADO DE CAPITALIS

Desde o dia do IPO da Galp Energia até ao último dia útil do ano de 2006, a cotação das acções da Galp Energia valorizou-se cerca de 19%, de 5,81 Euros a 23 de Outubro para 6,94 Euros a 29 de Dezembro. A cotação máxima verificou-se no dia 21 de Dezembro, quando as acções da Galp Energia atingiram os 6,95 Euros.

EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DA GALP ENERGIA



O volume de acções transaccionado manteve-se estável desde o início da admissão das acções da Galp Energia à *Euronext Lisbon*, com uma média diária, excluindo a primeira semana de transacções, de cerca de 1,6 milhões de acções. Até ao dia 29 de Dezembro de 2006, último dia útil do ano de 2006, foram transaccionadas cerca de 141 milhões de acções, correspondendo aproximadamente a 17% do capital da Galp Energia.

A 31 de Dezembro de 2006 a capitalização bolsista da Galp Energia ascendia a 5.755 milhões de euros, um aumento de 19%, ou 937 milhões de euros, face ao valor de 23 de Outubro de 2006.



Torre Galp - Parque Expo

» ESTRUTURA ACCIONISTA

A estrutura accionista da Galp Energia a 31 de Dezembro de 2006 era a seguinte:

	N.º DE ACÇÕES	% CAPITAL	% VOTO
ENI Portugal Investment, S.p.A.	276.472.160	33,34%	33,34%
Amorim Energia	276.472.161	33,34%	33,34%
Caixa Geral de Depósitos	8.292.510	1,00%	1,00%
Estado Português	41.494.501	5,00%	5,00%
Parpública	16.585.013	2,00%	2,00%
Iberdrola	33.170.025	4,00%	4,00%
Banco BPI	17.150.010	2,07%	2,07%
Caixa Galicia	16.585.012	2,00%	2,00%
Restantes accionistas	143.029.243	17,25%	17,25%
Total	829.250.635	100,00%	-

Em 2 de Janeiro de 2007, a Parpública adquiriu à Direcção-Geral do Tesouro 40.000.000 acções do tipo A e 1.494.501 acções do tipo B, representativas de 5,0% do capital social da Galp Energia, passando a deter, após esta aquisição, 58.079.514 acções da Galp Energia, representativas de 7,0% do seu capital.

Em virtude da fusão da ENI Portugal Investment, S.p.A. na ENI, comunicada a 2 de Janeiro de 2007, o accionista da Galp Energia passou a ser a ENI.



7. ACTIVIDADES DE SUPORTE AOS NEGÓCIOS

A FORÇA DA MARCA GALP ENERGIA,
A SUA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA
E PRINCIPALMENTE OS SEUS COLABORADORES
FORAM DETERMINANTES PARA A *PERFORMANCE*
ECONÓMICO-FINANCEIRA ALCANÇADA.

7.1. MARCA E GESTÃO DA RELAÇÃO COM O CLIENTE

O ano de 2006 ficou marcado pela campanha de lançamento no mercado da garrafa de gás “Pluma”, cujo resultado permitiu por um lado, obter um nível recorde de reconhecimento e associação à marca Galp Energia, 89% dos inquiridos no estudo viram o anúncio e 87% associaram-no à marca e, por outro lado, permitiu ainda atingir o máximo histórico na dimensão de inovação no *tracking* de valores da marca, já que 57,5% dos inquiridos considera a marca dinâmica e inovadora, mais 16% do que o valor médio registado em 2005.

Dando continuidade a esta estratégia de desenvolvimento de produtos inovadores, o ano de 2006 trouxe o *Hotspot*, o novo aquecedor a gás que a Galp Energia lançou em Fevereiro, e cujo desenvolvimento foi efectuado em exclusivo para Portugal. À semelhança da Pluma, o *Hotspot* já conta com o prémio *If Product Design Award* um dos mais prestigiados galardões na área do *design* a nível mundial, atribuído pelo *International Forum Design*.

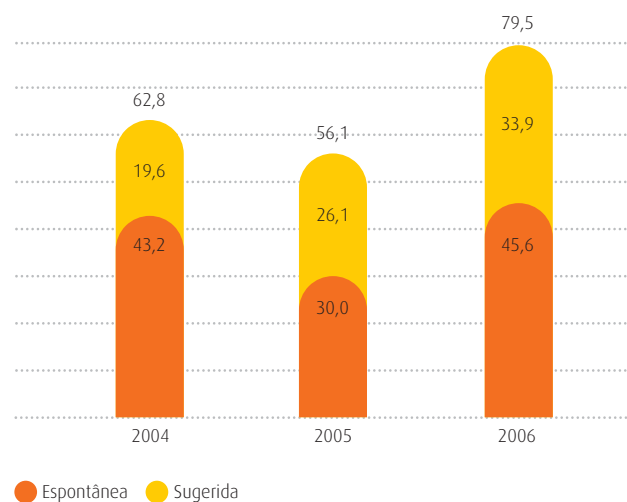
Relativamente à estratégia de gestão da marca, 2006 materializou a aproximação da marca Galp Energia aos seus clientes, marcado por um acontecimento especial: a sua entrada em bolsa em Outubro de 2006, altura em que a Galp Energia lançou o convite, “Entre no negócio da Energia Positiva”.

A colocação da Galp Energia em bolsa foi um momento importante para a marca, pela oportunidade de criação de *goodwill* adicional, pela possibilidade de muitos portugueses sentirem que podem fazer parte e partilhar a *performance* e o sucesso da empresa.

A marca Galp Energia registou, em 2006, uma notoriedade total de 97,7% e foi-lhe concedido, com 60% dos votos, o estatuto de marca de confiança através do Estudo *European Trusted Brands*.

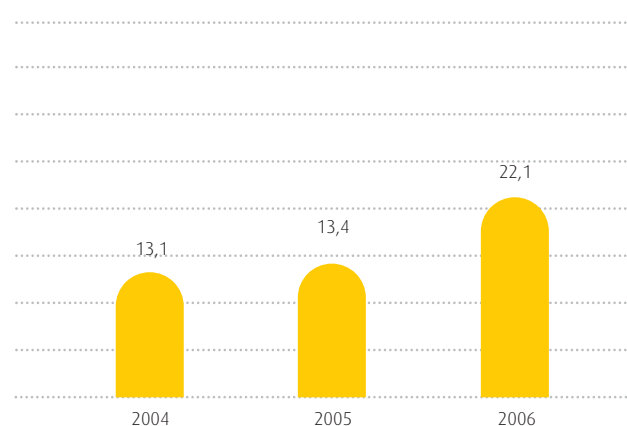
Relativamente à notoriedade publicitária a marca atingiu o seu máximo histórico, próximo dos 80%, apresentando um crescimento, face a 2005, superior a 40%.

NOTORIEDADE PUBLICITÁRIA GALP ENERGIA (%)



Fonte: Estudo *Iniciative Media*

RETORNO PATROCÍNIOS GALP ENERGIA (N.º DE VEZES)



Fonte: Retorno-Memorandum; Investimento Galp Energia

Na área dos patrocínios comerciais, o investimento centrou-se no desporto automóvel e no futebol e teve como retorno um nível de 22,1 vezes o investimento efectuado. Este indicador representa o rácio entre o valor monetário da exposição mediática da marca e o investimento no patrocínio.

A estratégia de racionalização e focalização num conjunto restrito de patrocínios, em função do alinhamento com os valores e relevância para a marca Galp Energia, da exposição mediática e do nível de retorno, garantiram o crescimento de 65% no Retorno dos Patrocínios Galp Energia em 2006.

No que diz respeito à gestão da relação com os clientes, a Galp Energia implementou um conjunto de iniciativas focadas na melhoria das capacidades de gestão da relação com os clientes do Grupo, nomeadamente iniciativas de *Customer Relationship Management* ("CRM") potenciando desta forma a fidelização da sua base de clientes e a geração de valor.

A integração do *Contact Center* nesta área permitiu uma maior articulação do atendimento com a estratégia de marketing e de fidelização de clientes. Em 2006, o *Contact Center* Galp Energia geriu mais de 876 mil contactos com clientes, tendo-se verificado, em todo o Grupo, na totalidade dos serviços de atendimento comercial, um volume acima dos 1.775 mil contactos.

No negócio de distribuição de Gás Natural, a procura de elevados níveis de excelência na qualidade de serviço e na orientação para o cliente têm sido prioridades para as quais é fundamental a monitorização da satisfação dos clientes. Desde 2003, que existem, em todas as concessionárias de distribuição de gás natural, dois sistemas complementares de avaliação da satisfação dos clientes: inquéritos diários efectuados através do *Contact Center* da Galp Energia à totalidade dos clientes que estabelecem contacto directo com as distribuidoras, cerca de 60.000 clientes por ano, e inquéritos anuais efectuados pelo ISEGI - Universidade Nova de Lisboa, entidade independente de elevada reputação, que avaliam a satisfação dos clientes através de uma metodologia de referência internacional, permitindo a comparabilidade inter-sectorial e internacional.

No programa de fidelização cartão *fast*, foi dado especial relevo à redução dos custos do programa, tendo-se obtido uma diminuição de 19% face ao valor de 2005, e à melhoria da sua eficiência operacional. Foi também iniciado um processo de qualificação dos clientes que visa reforçar a sua fidelização. Em Dezembro de 2006 os cartões *fast* totalizavam 1,3 milhões de clientes activos, 1,1 milhão em Portugal e 0,2 milhões em Espanha, um aumento de 2% em relação a 2005, mantendo a liderança em Portugal em programas de fidelização com base de dados personalizada.

7.2. INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

A Galp Energia entende a Responsabilidade Social Empresarial ("RSE") como a contribuição empresarial para o desenvolvimento sustentável, que só é possível concretizar através da aplicação de novos conceitos e métodos numa gestão empresarial integrada. A boa *performance* económica e financeira só se torna viável quando as empresas investem de forma consciente e empenhada no desenvolvimento social e ambiental.

A Galp Energia tem como principal objectivo evidenciar as boas práticas enquadradas nos princípios do desenvolvimento sustentável, com base na Pirâmide *Triple Bottom Line*: desempenho económico, ambiental e social. A interacção entre estes três pilares permite evidenciar os aspectos positivos das actividades desenvolvidas e avaliar os pontos onde é necessário investir para melhorar o desempenho.

PIRÂMIDE "TRIPLE BOTTOM LINE"



A Sustentabilidade, sendo encarada como uma mais-valia para a Galp Energia, pode sistematizar e criar sinergias, dentro do próprio Grupo, e com as entidades com as quais se relaciona.

» RESPONSABILIDADE SOCIAL

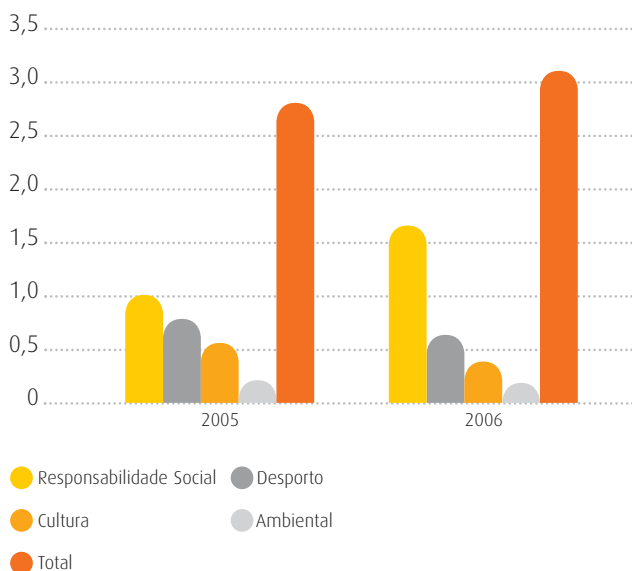
Em termos de responsabilidade social, durante 2005 e 2006, foi dado particular ênfase à interiorização e disseminação de alguns conceitos e valores básicos associados à RSE e à ética empresarial, através do envolvimento e participação nos trabalhos das Comissões Técnicas do Instituto Português de Qualidade na elaboração de normas nacionais neste âmbito.

Em resumo, as actividades desenvolvidas pelo Grupo para a promoção da RSE assentaram em quatro grandes pilares:

1. Apoio à educação e ciência;
2. Compromissos com as questões ambientais;
3. Acções de solidariedade;
4. Apoio à cultura e ao desporto.

Conforme pode ser verificado no gráfico seguinte, o apoio financeiro a actividades no domínio da Responsabilidade Social, nomeadamente acções de solidariedade, apoio à educação e ciência e valorização e bem-estar dos colaboradores, cresceu de 2005 para 2006, com um aumento na ordem dos 6%. Ou seja, não só o montante geral dos apoios subiu, como também se registou uma maior focalização nas iniciativas de pendor social.

APOIOS À RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL, DESPORTO E CULTURA NO BIÉNIO 2005-2006. MILHÕES €



» INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Em 2006, iniciou-se o desenho e implementação do Sistema de Inovação da Empresa, com enfoque na geração e enraizamento de competências de inovação. O objectivo é desenvolver no Grupo os mecanismos necessários para que a inovação aconteça de forma sistemática, gerando valor através da aceleração e aperfeiçoamento de processos de desenvolvimento de novos conceitos de negócio, produtos e serviços.

No longo prazo, o objectivo da Galp Energia é continuar o esforço de inovação em três frentes:

- Fornecer ao cliente novas soluções e produtos, em linha com os novos desafios e responsabilidades sociais e ambientais inerentes à dimensão da Empresa no sector energético;
- Utilizar a tecnologia para melhorar a eficiência e a *performance* das instalações de forma a aumentar os níveis de retorno dos activos;
- Identificar novos negócios que conduzam à criação de valor.



Enchimento de Garrafas Pluma - Parque de Perafita

7.3. PESSOAS

Em 31 de Dezembro de 2006 o quadro de pessoal do grupo Galp Energia totalizava 5.877 colaboradores, o que representa uma redução de 289 efectivos, face ao final do ano anterior, explicada

essencialmente pela saída, para a REN, de 188 colaboradores da Transgás Atlântico e da Transgás, S.A.

NÚMERO DE COLABORADORES

	2005	2006	VARIAÇÃO
Exploração & Produção	36	56	20
Refinação & Distribuição	4.867	4.790	(77)
Gas & Power	685	491	(194)
Outros	578	540	(38)
Total empregados <i>on site</i>	6.166	5.877	(289)
Empregados das estações de serviço	2.200	2.245	45
Total empregados <i>off site</i>	3.966	3.632	(334)

NOTA: Os valores de 2005 incluem alterações de forma a reflectir o perímetro de consolidação (inclusão das empresas Galp Energia que operam no Continente Africano e no Brasil).

Em termos de dispersão geográfica, 75% dos efectivos do grupo Galp Energia estão localizados em Portugal. A idade média dos colaboradores do Grupo, excluindo os trabalhadores das estações de serviço, é de 42 anos e a antiguidade média, para o mesmo

universo, é de 15 anos. No final do ano de 2006, 36%, ou 2.087, dos efectivos *On site* eram do sexo feminino, o que representa um aumento de 2 p.p. face ao final do ano anterior.

NÚMERO COLABORADORES POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

	2005	2006	VARIAÇÃO
Portugal	4.676	4.428	(248)
Espanha	1.234	1.188	(46)
Resto do mundo	256	261	5
Total	6.166	5.877	(289)

O ano de 2006 fica marcado pelo lançamento, do Projecto GPS – Gestão de Pessoas para o Sucesso, que visa a criação de um modelo integrado de gestão de recursos humanos.

O objectivo deste projecto é o de otimizar a função de Recursos Humanos, revendo e consolidando as políticas e práticas desta área da Empresa, melhorando a operacionalização dos processos e dos sistemas de informação de suporte, assegurando a sua articulação e adequação ao desenvolvimento das pessoas e ao crescimento dos negócios.

Para a Galp Energia, o conhecimento, o treino e a experiência são factores críticos para alcançar níveis superiores de desempenho que suportam a excelência da organização alicerçada no desenvolvimento das pessoas e dos negócios e no crescimento dos níveis de satisfação dos clientes.

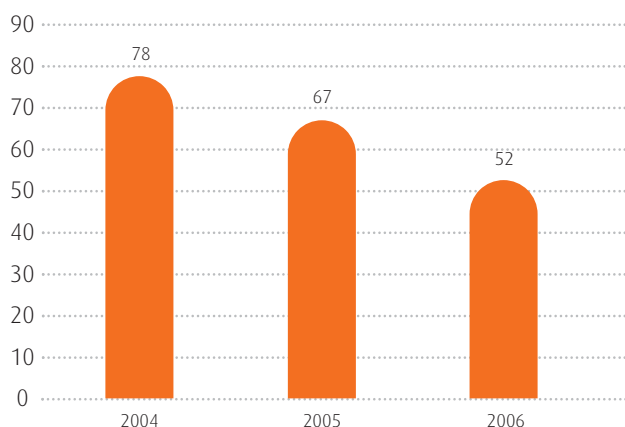
No final do ano de 2006, foi inaugurado o Centro de Formação em Lisboa que materializa o empenho da Galp Energia em criar as condições adequadas para o desenvolvimento e partilha do conhecimento.

7.4. AMBIENTE, QUALIDADE E SEGURANÇA

Em 2006, foi dada continuidade aos programas de ambiente, qualidade e segurança ("AQS") existentes, sempre na óptica da melhoria contínua e tendo como meta alcançar os objectivos de redução da sinistralidade da Empresa.

O número de acidentes com baixa, na Galp Energia, sofreu uma redução de cerca de 22%, sendo que na totalidade dos acidentes a redução foi de 15%. Mantém-se, assim, a tendência de redução registada nos últimos anos, embora em 2006 esta redução tenha sido mais significativa nas operações em Portugal.

EVOLUÇÃO DA SINISTRALIDADE



N.º de acidentes com baixa

Considerando as metas traçadas para a redução da sinistralidade rodoviária na União Europeia e em particular em Portugal, a Galp Energia, consciente da importância que a utilização de viaturas automóveis tem para os seus colaboradores, mantém requisitos mínimos de segurança, obrigatórios para a utilização de veículos automóveis ao serviço da Empresa, assim como um programa de formação em condução defensiva que abrange, anualmente, cerca de 500 colaboradores. Em 2006, verificou-se que a tendência decrescente dos últimos anos se mantém, com uma redução nos acidentes de circulação, da responsabilidade do colaborador Galp Energia, relativamente ao número de viaturas de 7,8% em 2005, para 6,2% em 2006.

Durante todo o ano de 2006 foi desenvolvido o Programa de Segurança da Galp Energia, com vista a consolidar uma cultura de prevenção e a alcançar a excelência na Gestão da Segurança.

Este Programa, calendarizado para quatro anos, abrange toda a actividade ibérica da Empresa e tem como principal finalidade tornar a Galp Energia numa empresa de referência a nível europeu no que se refere ao desempenho de segurança.

Este Programa assenta numa cultura de integração e antecipação em Segurança, baseada num sistema de Gestão Auto Sustentável que tem como grandes objectivos:

- Redução de riscos;
- Zero acidentes;
- Reputação de excelência;
- Competência e atitude dos trabalhadores;
- Diminuição da sinistralidade;
- Aumento da fiabilidade;
- Aumento da produtividade.

Terminada a primeira fase deste Programa, em que foi efectuada a avaliação de desempenho à gestão de segurança na Empresa, deu-se início, em Julho, à fase de implementação, tendo para esse efeito sido constituída uma equipa exclusivamente dedicada ao Programa de Segurança.



De acordo com o código ISPS (*International Ship and Port facility Security Code*), foram desenvolvidas as acções necessárias para manter os certificados de protecção dos seus terminais petrolíferos.

A Galp Energia dedica grande parte dos seus investimentos de Ambiente, Qualidade e Segurança ao alinhamento das suas instalações industriais com as Melhores Técnicas Disponíveis ao nível da produção e gestão operacional, prevenindo e reduzindo o impacto da sua actividade, no que respeita a recursos hídricos, solos e emissões atmosféricas.

Anualmente, para cada instalação industrial são definidos planos de acções, tendo em vista a melhoria contínua, quer ao nível processual e tecnológico, quer ao nível da gestão operacional. Estas directrizes de gestão são reflexo dos princípios subjacentes à política de Ambiente, Qualidade e Segurança da Empresa.

Ao nível da Refinação, apresentam-se como principais desafios no período de 2007-2008, o cumprimento dos objectivos de redução da emissão de gases com efeito estufa, definidos pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações, o aumento da eficiência energética e o licenciamento ambiental das suas instalações, refinarias do Porto e de Sines.

Em 2006, destaca-se a finalização processual do licenciamento ambiental das suas instalações PCIP, ou seja as refinarias, cujo principal objectivo, no âmbito da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição ("PCIP"), é garantir a protecção do ambiente no seu todo.

Em termos de desempenho ambiental, no caso das emissões atmosféricas, as alterações processuais registadas ao longo dos anos nas refinarias têm permitido uma redução substancial destas emissões, especialmente ao nível do dióxido de enxofre, as quais se encontram significativamente abaixo do Valor Limite de Emissão ("VLE") actualmente definido para o global de cada instalação. Tendo em atenção um VLE de 1.700 mg/Nm³ para as emissões globais de SO₂, o valor médio das emissões no ano 2006 foi de 1.251 mg/Nm³ na refinaria do Porto e de 1.278 mg/Nm³ na refinaria de Sines.

Realça-se igualmente a particular importância, para as refinarias e as unidades de cogeração, do cumprimento da Directiva relativa ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão ("CELE").

Em 2006, a Galp Energia introduziu no mercado português os biocombustíveis, através da inclusão de Ésteres Metílicos de Ácidos Gordos ("FAME") no gasóleo. Assim, desde Junho todo o gasóleo rodoviário distribuído a partir das refinarias do Porto e de Sines, passou a incluir entre 2 e 3% de FAME.

O biodiesel FAME, utilizado pela Galp Energia, é produzido em Portugal a partir de óleos vegetais, sendo uma energia renovável. Em 2006, a Galp Energia incorporou 80 mil toneladas de biodiesel no gasóleo, o que se estima que tenha contribuído para a redução das emissões globais de CO₂ em cerca de 190 mil toneladas.

No âmbito das Qualificações, em 2006, a Galp Energia prosseguiu e consolidou a estratégia do Grupo neste domínio. Assim:

» Foram certificados novos Sistemas de Gestão: Setgás e Saaga (Segurança); Parques de Aveiro e Porto Brandão (Ambiente, Qualidade e Segurança).

» Foram mantidas as Qualificações existentes:

- Certificações - Negócio de Lubrificantes, Combustíveis de Aviação, Óleos Base, Galp Químicos, Galp Gás, Inspeção da Refinaria de Sines, Negócio de Betumes, Probigalp e Saaga (Qualidade); Setgás (Ambiente e Qualidade); CLC, Beiragás, Lisboagás, Lusitaniagás e Tagusgás (AQS). No que se refere à certificação em termos de Ambiente, Qualidade e Segurança, todas as concessionárias de distribuição regional de gás natural já se encontram certificadas;
- Acreditações - Sistemas da Qualidade dos Laboratórios da refinaria do Porto, da refinaria de Sines e do laboratório Galp de Lubrificantes.

Como contributo para a melhoria contínua do desempenho da Galp Energia, foram desenvolvidos novos sistemas de gestão de Ambiente, Qualidade e Segurança com vista à obtenção da certificação em 2007: refinaria do Porto, refinaria de Sines e Fábrica de Lubrificantes (Ambiente e Segurança); Parque da Boa Nova (AQS).



8. MENÇÕES OBRIGATÓRIAS E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

EM 2006, A GALP ENERGIA ASSISTIU
À CONSOLIDAÇÃO DA SUA ESTRUTURA ACCIONISTA
E À ENTRADA DE NOVOS ACCIONISTAS
NO SEU CAPITAL.

DECLARAÇÕES E MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

1. ACCIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS DIRECTAS E INDIRECTAS (Artigo 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários)

ACCIONISTAS	N.º DE ACÇÕES	% CAPITAL	% VOTO
ENI Portugal Investment, S.p.A.	276.472.160	33,34%	33,34%
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	33,34%	33,34%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1,00%	1,00%
Estado Português	41.494.501	5,00%	5,00%
Parpública	16.585.013	2,00%	2,00%
Iberdrola, S.A.	33.170.025	4,00%	4,00%
Banco BPI, S.A.	17.150.010	2,07%	2,07%
CXG Corporación Caixa Galicia, S.A.U.	16.585.012	2,00%	2,00%
Restantes accionistas	143.029.243	17,25%	17,25%
Total	829.250.635	100,00%	-

Em 2 de Janeiro de 2007, a Parpública adquiriu à Direcção-Geral do Tesouro 40.000.000 acções do tipo A e 1.494.501 acções do tipo B, representativas de 5,0% do capital social da Galp Energia, passando a deter, após esta aquisição, 58.079.514 acções da Galp Energia, representativas de 7,0% do seu capital, deixando o Estado Português, a partir dessa data, de ser accionista directo da sociedade.

Em virtude da fusão da ENI Portugal Investment, S.p.A. na ENI, comunicada em 2 de Janeiro de 2007, o accionista da Galp Energia passou a ser a ENI.

2. ACÇÕES PRÓPRIAS (Artigos 66.º n.º 5 alínea d) e 325.º-A n.º1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2006, a Galp Energia não adquiriu nem alienou acções próprias.

A 31 de Dezembro de 2006, a Galp Energia não era detentora de acções próprias.

3. POSIÇÃO ACCIONISTA A 31 DE DEZEMBRO DE 2006 DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA GALP ENERGIA
(Nos termos do Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais)

MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	AQUISIÇÃO			ALIENAÇÃO			TOTAL DE ACÇÕES A 31.12.2006
	DATA	N.º ACÇÕES	VALOR	DATA	N.º ACÇÕES	VALOR	
Francisco Luís Murteira Nabo	23.10.2006	1.050	€5,81	26.10.2006	350	€6,16	
	23.10.2006	1.200	€5,52	-	-	-	1.900
Manuel Ferreira De Oliveira	23.10.2006	1.370	€5,81	-	-	-	
	23.10.2006	2.110	€5,52	-	-	-	
	24.10.2006	25.160	€6,00	-	-	-	28.640
Giancarlo Rossi	-	-	-	-	-	-	-
José António Marques Gonçalves	23.10.2006	1.200	€5,52	-	-	-	
	31.10.2006	2.000	€6,14	-	-	-	
	23.10.2006	700	€5,81	-	-	-	3.900
Fernando Manuel dos Santos Gomes	23.10.2006	1.900	€5,81	-	-	-	1.900
André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro	27.10.2006	950	€6,04	-	-	-	950
João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito	-	-	-	-	-	-	-
Massimo Giuseppe Rivara	23.10.2006	610	€5,52	-	-	-	610
Manuel Domingos Vicente	-	-	-	-	-	-	-
Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura	23.10.2006	690	€5,81	06.12.2006	6.000	€6,69	
	23.10.2006	1.200	€5,52	15.12.2006	1.700	€6,82	
	25.10.2006	5.000	€6,24	21.12.2006	340	€6,87	
	26.10.2006	1.000	€6,17	-	-	-	
	31.10.2006	1.000	€6,00	-	-	-	850
Camillo Gloria	-	-	-	-	-	-	-
Diogo Mendonça Rodrigues Tavares	23.10.2006	340	€5,81	-	-	-	
	23.10.2006	600	€5,52	-	-	-	940
Angelo Taraborelli	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Carlos Costa da Silva	23.10.2006	16.581	€5,81	15.12.2006	4.264	€6,81	-
	-	-	-	15.12.2006	12.317	€6,82	-
Marco Alverà	-	-	-	-	-	-	-
Alberto Alves de Oliveira Pinto	-	-	-	-	-	-	-
Pedro António do Vadre Castellino e Alvim	-	-	-	-	-	-	-
Alberto Maria Alberti	-	-	-	-	-	-	-
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-	-	-	-	-	-
José Gomes Honorato Ferreira	-	-	-	-	-	-	-
José Maria Rego Ribeiro da Cunha	-	-	-	-	-	-	-
Amável Alberto Freixo Calhau	-	-	-	-	-	-	-
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	-	-	-	-	-	-	-

4. NEGÓCIOS DE ADMINISTRADORES COM A SOCIEDADE (Artigos 66.º n.º 5 alínea e) e 397.º do Código das Sociedades Comerciais)

Não se registaram em 2006 autorizações a membros do Conselho de Administração da Galp Energia para a realização de negócios com a sociedade.

5. EXERCÍCIO PELOS ADMINISTRADORES DE OUTRAS ACTIVIDADES (Artigo 398.º do Código das Sociedades Comerciais)

Com excepção do Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito até à sua eleição para vogal do Conselho de Administração ocorrida em 24 de Maio de 2005, nenhum dos restantes administradores exerceram, durante o exercício de 2006, na sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

Durante o exercício de 2006 os administradores não exerceram, por conta própria ou alheia, actividade concorrente com a da sociedade.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A SOCIEDADES DO GRUPO E POSIÇÕES CREDORES SOBRE SOCIEDADES PARTICIPADAS (Artigo 5.º n.º 4 do Decreto-lei n.º 495/88 de 30 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro)

Ver a Nota 16 relativa à prestação de serviços a sociedades do Grupo do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados das Contas Individuais.

REFERÊNCIAS FINAIS

Num ano em que um dos marcos mais importantes da Empresa foi a preparação e a concretização da Oferta Pública de Venda e de admissão à negociação, o Conselho de Administração agradece a colaboração de um conjunto de entidades que apoiaram este processo e contribuíram para o seu sucesso. Entre todos os envolvidos, destacamos:

- CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- Parpública – Participações Públicas, (SGPS), S.A.;
- Ministério da Economia;
- Ministério das Finanças;
- *Euronext Lisbon*;
- Bancos de Investimento coordenadores da operação.

O Conselho de Administração agradece ainda a colaboração, empenho e confiança dos seus accionistas no acompanhamento da evolução do grupo Galp Energia durante o ano de 2006. Estes agradecimentos são extensíveis a todas as entidades que ao longo do ano colaboraram com a Galp Energia, das quais destacamos:

- A Direcção-Geral do Tesouro e a Inspecção Geral de Finanças;
- Direcção Geral de Geologia e Energia;
- Instituto do Ambiente;
- Revisor Oficial de Contas e os Auditores Externos, com uma especial referência ao Dr. Pedro Leandro, representante do Fiscal Único, que acompanhou a Empresa até Setembro de 2006;
- As Instituições Financeiras, que continuaram a apoiar os Projectos da Galp Energia.

Por último, uma palavra especial de agradecimento para os nossos clientes, Revendedores e Fornecedores pela preferência e confiança que em nós depositaram e a todos os Colaboradores do Grupo, pelo trabalho realizado e pelo empenho sempre demonstrados.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

As participações sociais do grupo Galp Energia são detidas pela empresa Galp Energia, SGPS, S.A..

A Galp Energia, SGPS, S.A. encerrou o exercício de 2006 com resultados líquidos positivos de 797.549.913,89 euros. Estes resultados são os constantes das contas individuais da Galp Energia, SGPS, S.A. apresentadas de acordo com os normativos contabilísticos nacionais, definidos no Plano Oficial de Contabilidade ("POC").

O Conselho de Administração propõe que esses resultados sejam aplicados da seguinte forma:

€	
Dotação à reserva legal (5%)	39.877.495,69
Distribuição de dividendos (€ 0,304/acção)	252.092.193,04
Resultados transitados	505.580.255,16
Total	797.549.913,89

Lisboa, 24 de Abril de 2007

Na reunião de dia 24 de Abril de 2007, o Conselho de Administração da Galp Energia deliberou que a distribuição de dividendos deverá ser efectuada duas vezes por ano, desde que sejam cumpridos todos os requisitos legais.

» O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Dr. Francisco Luis Murteira Nabo

Vice-presidentes:

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Giancarlo Rossi

Vogais:

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Eng. Massimo Giuseppe Rivara

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura

Eng. Camillo Gloria

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Dr. Angelo Taraborrelli

Dr. Manuel Carlos Costa da Silva

Dr. Marco Alverà

Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto

Dr. Pedro António do Padre Castelino e Alvim

Eng. Alberto Maria Alberti



9. ANEXOS

ANEXO 1 - ADOÇÃO DAS NORMAS IAS/IFRS PELA PRIMEIRA VEZ NO RELATÓRIO DE GESTÃO

As demonstrações financeiras consolidadas oficiais da Galp Energia para os exercícios de 2004 e 2005 foram preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contas (“POC”). Contudo, face ao pedido de admissão à negociação das Acções no *Eurolist by Euronext Lisbon*, a empresa adoptou as IAS/IFRS (*International Accounting Standards/International Financial Accounting Standards*) a partir de 1 de Janeiro de 2006, tendo elaborado o Balanço de Conversão com base na IFRS 1 - *First Time Adoption* – em 1 de Janeiro de 2004.

Assim, o presente Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2006 é elaborado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia em IAS/IFRS, com os comparáveis relativos ao exercício de 2005.

As diferenças fundamentais introduzidas pelas IAS/IFRS respeitam:

- À capitalização de custos, já que em IFRS não é permitida a capitalização de algumas despesas anteriores ao início da actividade e despesas de instalação e investigação;
- Ao diferimento de custos, nomeadamente despesas de arranque e acréscimo de custos para grandes reparações nas refinarias que, segundo as normas IAS/IFRS, não são passíveis de diferimento;
- À apresentação dos subsídios deduzidos ao respectivo valor do activo;
- Aos ganhos e perdas actuariais diferidos referentes ao Fundo de Pensões que foram ajustados no processo de transição por contrapartida de resultados transitados tendo-se iniciado, também, a abordagem do “corredor” prevista nas normas IAS/IFRS;
- Às rubricas de resultados extraordinários, que segundo a IAS 1 devem ser contabilizadas nas respectivas naturezas de proveitos ou custos, passando a afectar a comparabilidade face ao POC nas rubricas da margem, EBITDA, resultados operacionais e financeiros;

- À valorização das existências, na medida em que as IAS/IFRS não permitem a adopção do LIFO (*Last In First Out*) como critério de valorização das existências. Por esse facto, a Galp Energia passou a adoptar o FIFO (*First In First Out*) como critério valorimétrico. Este critério, que tem a vantagem de valorizar as saídas de existências no Balanço a valores muito próximos do mercado, tem a desvantagem de assumir o custo das vendas aos preços mais antigos, das primeiras compras em *stock*;
- À contabilização de todos os derivados financeiros ao Justo Valor.

ANEXO 2 - RECONCILIAÇÃO ENTRE A “ÓPTICA LEGAL” (IAS/IFRS) E “ÓPTICA AJUSTADA”

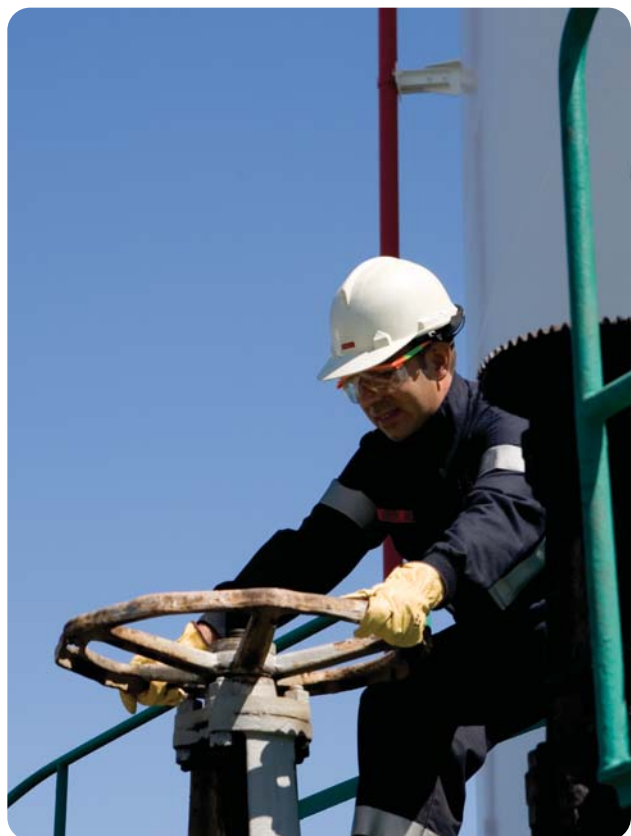
As demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, SGPS, S.A., relativas ao exercício de 2006 e 2005, foram elaboradas em conformidade com as IAS/IFRS.

Para a análise do desempenho da Empresa, a Galp Energia, seguindo uma prática comum na indústria, utiliza a óptica de gestão que tem por base os resultados ajustados, cuja diferença para os resultados da óptica legal IAS/IFRS assentam no seguinte:

- Utilização do método do *Replacement Cost* para valorização dos custos das vendas. De acordo com esta metodologia, o custo das mercadorias vendidas é valorizado ao custo de mercado das matérias-primas no momento em que as vendas se realizam e independentemente da valorização das existências detidas e do custo efectivo das mesmas;
- A adopção desta metodologia permite expurgar dos resultados as flutuações dos preços do crude e dos produtos petrolíferos nos mercados internacionais e o seu impacto na valorização dos *stocks* com a adopção do critério valorimétrico IAS/IFRS adoptado pela Empresa, o FIFO;

- O *Replacement Cost* não é um critério aceite pelas normas de contabilidade, quer POC quer IAS/IFRS, não sendo consequentemente adoptado para efeitos de valorização de inventários e não reflecte o custo de substituição de outros activos;
- Exclusão dos eventos não recorrentes e que correspondem a acontecimentos não habituais que tenham ocorrido no ciclo operacional de exploração dos negócios da Empresa e que geraram impacto materialmente relevante nos resultados. Esta classificação não significa que alguns destes itens não tenham acontecido no passado ou que não possam vir a verificar-se no futuro.

A reconciliação entre a óptica legal e a óptica ajustada e o detalhe dos eventos não recorrentes são apresentados nos quadros seguintes:



Nuno Fernandes Oliveira
Operador da Refinaria do Porto – Movimentação de Produtos

MILHÕES €

	2005					2006				
	RESULTADO OPERACIONAL	EFEITO STOCK	RESULTADO OPERACIONAL REPLACEMENT COST	EVENTOS NÃO RECORRENTES	RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO	RESULTADO OPERACIONAL	EFEITO STOCK	RESULTADO OPERACIONAL REPLACEMENT COST	EVENTOS NÃO RECORRENTES	RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO
Resultado operacional	863	(313)	549	31	580	949	4	953	(286)	667
Exploração & Produção	18	-	18	-	18	45	-	45	-	45
Refinação & Distribuição	602	(294)	308	31	338	368	9	376	(18)	358
Gas & Power	244	(19)	225	1	225	547	(5)	542	(276)	266
Outros	(1)	-	(1)	-	(1)	(10)	-	(10)	8	(2)

MILHÕES €

	2005	2006
Eventos não recorrentes		
Venda de <i>stock</i> estratégico	(0)	(3)
Prestações de serviços	0	(16)
Indemnizações	(11)	(2)
Ganhos/perdas na alienação de activos	(0)	(259)
<i>Write offs</i> activos	9	3
Reposição da monobóia no terminal marítimo de Leixões	0	(39)
Custos reestruturação	8	16
Provisão para encargos ambientais	4	7
Imparidade de activos	21	8
Eventos não recorrentes do resultado operacional	31	(286)
Mais/menos valias na alienação de participações financeiras	(58)	19
Proveitos financeiros ONI	0	(15)
Eventos não recorrentes antes de impostos	(27)	(282)
Impostos sobre eventos não recorrentes	(10)	26
Total de eventos não recorrentes	(37)	(257)

Os acontecimentos não recorrentes de maior relevância, no ano de 2006, estão relacionados com a mais valia resultante do processo de separação dos Activos Regulados do Gás Natural, com a reposição da monobóia e com os proveitos relacionados com a decisão favorável do processo arbitral referente ao contrato de cedência da fibra óptica à ONI.

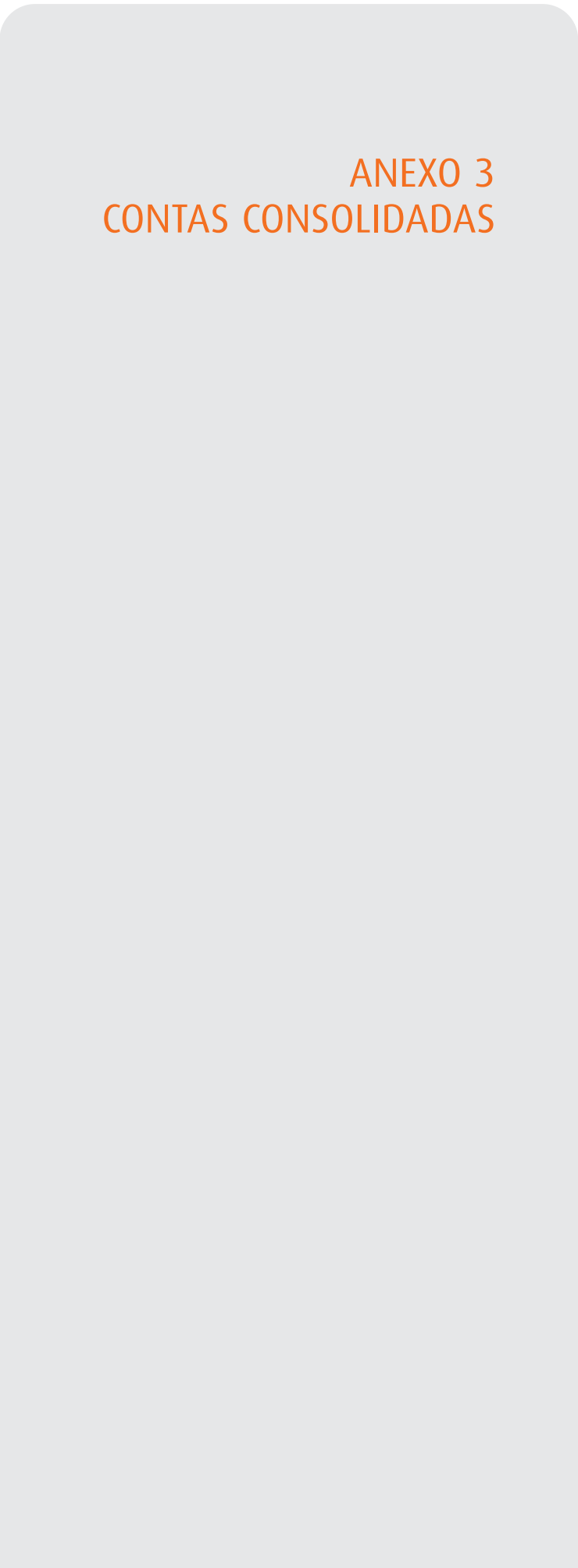
No ano de 2005, é de salientar a mais valia obtida com a venda da empresa concessionária de gás natural Portgás e o recebimento de indemnizações relativas ao acidente ocorrido, em 2004, no porto de Leixões. Em sentido contrário, registaram-se perdas com imparidades de activos de postos de abastecimentos em Portugal e Espanha.



Fábrica de Aromáticos - Refinaria do Porto



ANEXO 3 CONTAS CONSOLIDADAS



GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (IFRS/IAS)**

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

	NOTAS	2006	2005
Proveitos operacionais:			
Vendas	6	12.046.037	10.985.392
Prestação de serviços	6	163.682	151.916
Outros proveitos operacionais	6	366.909	83.366
Total de proveitos operacionais:		12.576.628	11.220.674
Gastos operacionais:			
Custos das vendas	7	10.400.178	9.162.092
Fornecimentos e serviços externos	7	567.132	525.574
Custos com o pessoal	7	306.538	269.634
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	7	256.639	306.796
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	7	34.817	22.543
Outros custos operacionais	7	62.110	71.286
Total de gastos operacionais:		11.627.414	10.357.925
Resultados operacionais:		949.214	862.749
Proveitos financeiros	9	32.334	8.956
Custos financeiros	9	(62.006)	(62.018)
Ganhos (perdas) cambiais		2.061	(16.574)
Resultados participações financeiras em empresas associadas	4	21.115	105.215
Rendimentos de instrumentos financeiros	28	(2.892)	(3.552)
Outros ganhos e perdas		(1.163)	(1.384)
Resultado antes de impostos:		938.663	893.392
Imposto sobre o rendimento	10	(180.021)	(188.836)
Resultado antes de interesses minoritários:		758.642	704.556
Resultado afecto aos interesses minoritários		(3.868)	(3.899)
Resultado líquido consolidado do exercício		754.774	700.657
Resultado por acção (valor em Euros)	11	0,91	0,84

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de resultados consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Eng. Massimo Giuseppe Rivara
Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Dr. Manuel Carlos Costa da Silva
Eng. Manuel Domingos Vicente
Dr. Angelo Mario Taraborrelli
Eng. Camilo Glória
Dr. Marco Alverà
Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura
Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto
Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim
Eng. Alberto Maria Alberti

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

ACTIVO	NOTAS	2006	2005
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	13	1.927.247	2.554.772
Goodwill	12	17.032	20.480
Outros activos fixos intangíveis	13	324.767	367.294
Participações financeiras em associadas	4	147.362	84.545
Participações financeiras em participadas	5	1.017	63.608
Outras contas a receber	15	106.757	96.248
Activos por impostos diferidos	10	145.497	158.924
Outros investimentos financeiros	28	1.395	338
Total de activos não correntes:		2.671.074	3.346.209
Activo corrente:			
Inventários	17	1.065.264	1.199.357
Clientes	16	960.279	898.363
Outras contas a receber	15	318.702	322.517
Outros investimentos financeiros	18 e 28	14.023	10.191
Caixa e seus equivalentes	19	212.468	157.635
Total de activos correntes:		2.570.736	2.588.063
Total do activo:		5.241.810	5.934.272

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Eng. Massimo Giuseppe Rivara
Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Dr. Manuel Carlos Costa da Silva
Eng. Manuel Domingos Vicente
Dr. Angelo Mario Taraborrelli
Eng. Camilo Glória
Dr. Marco Alverà
Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura
Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto
Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim
Eng. Alberto Maria Alberti

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2006	2005
Capital próprio:			
Capital social	20	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão		(10.385)	(1.879)
Outras reservas	21	107.024	84.926
Reservas de cobertura		710	(2.905)
Resultados acumulados		254.757	669.150
Resultado líquido consolidado do exercício		754.774	700.657
Total do capital próprio atribuível aos accionistas:		2.018.137	2.361.206
Interesses minoritários	22	18.537	24.645
Total do capital próprio:		2.036.674	2.385.851
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	23	287.089	781.996
Empréstimos obrigacionistas	23	225.772	309.760
Outras contas a pagar	25	70.598	96.443
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	24	242.180	214.232
Passivos por impostos diferidos	10	92.927	132.275
Outros instrumentos financeiros	28	252	5.458
Provisões	26	82.643	72.711
Total do passivo não corrente:		1.001.461	1.612.875
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	23	566.081	257.390
Empréstimos obrigacionistas	23	20.435	-
Fornecedores	27	692.379	706.376
Outras contas a pagar	25	843.454	916.382
Outros instrumentos financeiros	28	2.927	1.864
Imposto corrente sobre rendimento a pagar	10	78.399	53.534
Total do passivo corrente:		2.203.675	1.935.546
Total do passivo:		3.205.136	3.548.421
Total do capital próprio e do passivo:		5.241.810	5.934.272

As notas anexas fazem parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006.

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (IFRS/IAS)
(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

MOVIMENTOS DO PERÍODO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES	RESERVAS DE CONVERSÃO
Saldo em 1 de Janeiro de 2005		829.251	82.006	(5.063)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	21	-	-	-
Distribuição de dividendos	30	-	-	-
Outros aumentos/diminuições reservas de cobertura	28	-	-	-
Outras variações		-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos com derivados financeiros	10	-	-	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)		-	-	(2.654)
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas associadas)	4	-	-	5.838
Variações de interesses minoritários	22	-	-	-
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio		829.251	82.006	(1.879)
Resultado consolidado líquido do exercício atribuível aos accionistas e interesses minoritários		-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro 2005		829.251	82.006	(1.879)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	21	-	-	-
Distribuição de dividendos	30	-	-	-
Outros aumentos/diminuições reservas de cobertura	28	-	-	-
Outras variações		-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	10	-	-	-
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)		-	-	(3.521)
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas associadas)	4	-	-	(4.985)
Variações de interesses minoritários	22	-	-	-
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio		829.251	82.006	(10.385)
Resultado consolidado líquido do exercício atribuível aos accionistas e interesses minoritários		-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		829.251	82.006	(10.385)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Eng. Massimo Giuseppe Rivara
Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Dr. Manuel Carlos Costa da Silva
Eng. Manuel Domingos Vicente
Dr. Angelo Mario Taraborrelli
Eng. Camilo Glória
Dr. Marco Alverà
Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura
Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto
Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim
Eng. Alberto Maria Alberti

OUTRAS RESERVAS (NOTA 21.)	RESERVAS DE COBERTURA	RESULTADOS ACUMULADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	SUB-TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS (NOTA 22.)	TOTAL
68.273	(3.736)	397.897	453.438	1.822.066	24.082	1.846.145
16.653	-	436.785	(453.438)	-	-	-
-	-	(165.850)	-	(165.850)	-	(165.850)
-	1.433	-	-	1.433	-	1.433
-	-	318	-	318	-	318
-	(602)	-	-	(602)	-	(602)
-	-	-	-	(2.654)	-	(2.654)
-	-	-	-	5.838	-	5.838
-	-	-	-	-	(3.336)	(3.336)
84.926	(2.905)	669.150	-	1.660.549	20.746	1.681.295
-	-	-	700.657	700.657	3.899	704.556
84.926	(2.905)	669.150	700.657	2.361.206	24.845	2.385.851
22.098	-	678.559	(700.657)	-	-	-
-	-	(1.092.952)	-	(1.092.952)	-	(1.092.952)
-	4.805	-	-	4.805	-	4.805
-	-	-	-	-	-	-
-	(1.190)	-	-	(1.190)	-	(1.190)
-	-	-	-	(3.521)	-	(3.521)
-	-	-	-	(4.985)	-	(4.985)
-	-	-	-	-	(9.976)	(9.976)
107.024	710	254.757	-	1.263.363	14.669	1.278.032
-	-	-	754.774	754.774	3.868	758.642
107.024	710	254.757	754.774	2.018.137	18.537	2.036.674

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (IFRS/IAS)

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

	NOTAS	2006	2005
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		14.069.461	12.761.202
Pagamentos a fornecedores		(10.247.821)	(9.587.224)
Pagamentos ao pessoal		(216.735)	(207.929)
Pagamentos/recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(2.505.927)	(2.383.255)
Fluxos gerados pelas operações		1.098.978	582.794
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(176.783)	(117.942)
Contribuições para o fundo de pensões	24	(23.966)	(26.235)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(12.150)	(12.916)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(9.870)	(9.158)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(96.592)	236.502
Fluxos gerados pelas operações		(319.361)	70.251
Fluxos das actividades operacionais⁽¹⁾		779.617	653.045
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		25.113	85.806
Activos fixos tangíveis		9.572	3.788
Activos fixos intangíveis		118	3.304
Subsídios de investimento	14	19.328	71.691
Juros e proveitos similares		14.572	15.850
Dividendos	4	43.591	39.339
Venda de activos regulados de gás natural - <i>Unbundling</i>		790.161	-
Empréstimos concedidos		1.373	7.845
		903.828	227.623
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(6.315)	(3.835)
Activos fixos tangíveis		(303.960)	(275.465)
Activos fixos intangíveis		(37.093)	(55.617)
Empréstimos concedidos		(301)	(2.714)
		(347.669)	(337.631)
Fluxos das actividades de investimento⁽²⁾		556.159	(110.008)

	NOTAS	2006	2005
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		842.501	290.413
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		350	263
Juros e proveitos similares		1.122	2.351
Letras descontadas		2.327	18.771
		846.300	311.798
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(802.003)	(520.490)
Reembolso de empréstimos do BEI no âmbito da operação de <i>Unbundling</i>	31	(309.255)	-
Juros de empréstimos obtidos		(22.582)	(42.802)
Juros e custos similares		(33.026)	(26.700)
Dividendos/distribuição de resultados	30	(1.095.131)	(215.938)
Reembolso de letras descontadas		(5.247)	(18.192)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(134)	(306)
Juros de contratos de locação financeira		(4)	(4)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(3.270)	(9.246)
Cobertura de prejuízos		-	(290)
		(2.270.652)	(833.968)
Fluxos das actividades de financiamento⁽³⁾		(1.424.352)	(522.170)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(88.576)	20.867
Efeito das diferenças de câmbio		(4.236)	4.983
Caixa e seus equivalentes no início do período	19	93.634	67.784
Caixa e seus equivalentes no fim do período	19	822	93.634

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo
Eng. Manuel Ferreira De Oliveira
Eng. Giancarlo Rossi
Eng. José António Marques Gonçalves
Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro
Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito
Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes
Eng. Massimo Giuseppe Rivara
Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Dr. Manuel Carlos Costa da Silva
Eng. Manuel Domingos Vicente
Dr. Angelo Mario Taraborrelli
Eng. Camilo Glória
Dr. Marco Alverà
Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura
Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto
Dr. Pedro António do Vadre Castelino e Alvim
Eng. Alberto Maria Alberti

1. NOTA INTRODUTÓRIA	84
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	86
2.1. Bases de apresentação	86
2.2. Princípios de consolidação	86
2.3. Activos fixos tangíveis	90
2.4. Activos fixos intangíveis	91
2.5. Imparidades de activos não correntes, excepto <i>goodwill</i>	91
2.6. Locações	92
2.7. Inventários	92
2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas	94
2.9. Provisões	94
2.10. Responsabilidades com pensões	94
2.11. Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida	95
2.12. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira	96
2.13. Proveitos e especialização de exercícios	96
2.14. Encargos financeiros com empréstimos obtidos	96
2.15. Imposto sobre rendimento	97
2.16. Activos não correntes disponíveis para venda	97
2.17. Instrumentos financeiros	97
2.18. Licenças de emissão de CO ₂	100
2.19. Classificação de balanço	100
2.20. Eventos subsequentes	100
2.21. Informação por segmentos	100
2.22. Estimativas e julgamentos	100
2.23. Gestão de riscos e respectivas coberturas	101
3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	102
4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	110
5. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS PARTICIPADAS	117
6. PROVEITOS OPERACIONAIS	118
7. CUSTOS OPERACIONAIS	119
8. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	121
9. PROVEITOS E CUSTOS	124
10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	125
11. RESULTADOS POR ACÇÃO	131

12. <i>GOODWILL</i>	131
13. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	134
14. SUBSÍDIOS	144
15. OUTRAS CONTAS A RECEBER	146
16. CLIENTES	149
17. INVENTÁRIOS	150
18. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	152
19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	153
20. CAPITAL SOCIAL	154
21. OUTRAS RESERVAS	156
22. INTERESSES MINORITÁRIOS	157
23. EMPRÉSTIMOS	158
24. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS	162
24.1. Outros benefícios de reforma - cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)	173
25. OUTRAS CONTAS A PAGAR	180
26. PROVISÕES	182
27. FORNECEDORES	184
28. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVADOS FINANCEIROS	185
29. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS	188
30. DIVIDENDOS	200
31. OPERAÇÃO DE VENDA DA ACTIVIDADE DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL <i>UNBUNDLING</i>	200
32. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	206
33. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	209
34. EVENTOS SUBSEQUENTES	210
35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	211
36. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS	212
37. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	214

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IAS/IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A) EMPRESA – MÃE:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa) foi constituída sob a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei n.º 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S.A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (Transgás, S.A., actualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

Ao longo dos últimos anos, a estrutura accionista da Empresa sofreu diversas alterações cujo detalhe, bem como a respectiva posição em 31 de Dezembro de 2006, se encontra evidenciada na Nota 20.

Parte das acções da Empresa encontram-se cotadas em bolsa, na *Euronext Lisbon*.

B) O GRUPO:

Em 31 de Dezembro de 2006, o grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades de *upstream* e *downstream* na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., da qual é proprietária, e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade no sector da electricidade e energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que tem todos os serviços de suporte corporativos.

b1) Actividade de *Upstream* e *Downstream* na área do petróleo bruto

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP, da qual é proprietária. A Petrogal e as suas subsidiárias desenvolvem a sua actividade na área da exploração e produção (*upstream*), essencialmente em Angola e no Brasil, e na refinação e distribuição (*downstream*) de petróleo bruto e seus derivados.

b2) Actividade de gás natural

As empresas subsidiárias do grupo GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., que têm actividade de aprovisionamento, distribuição e comercialização de gás natural, nomeadamente a LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Transgás, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., operam com base em contratos de concessão, celebrados com o Estado Português, que terminam em 2028 (ou 2034, no caso da Beiragás). Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens.

No decurso do exercício de 2006, de forma a concretizar a separação das actividades de transporte/armazenamento subterrâneo de gás natural e de recepção, armazenagem, tratamento e regaseificação de gás natural liquefeito (GNL), prevista no Decreto-lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, foi concretizada a transmissão dos activos regulados do sector do gás natural (*Unbundling*) para a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., pelo que as Demonstrações Financeiras do Grupo estão afectadas pelo impacto da alienação dos activos e passivos acima referidos, o qual resultou num aumento do resultado líquido consolidado do exercício, findo em 31 de Dezembro de 2006, no montante de mEuros 219.987, pelo que sempre que se justificar fazer-se-á referência ao processo de *Unbundling*, cuja operação está explicada na Nota 31.

b3) Actividade de Geração de Energia

As empresas subsidiárias do grupo Galp Power desenvolvem as actividades relacionadas com a produção e comercialização de energia eléctrica e térmica.

C) ACTIVIDADE:

A actividade do grupo Galp Energia compreende os seguintes negócios:

- O segmento de negócio de exploração e produção (E&P) é responsável pela presença da Galp Energia no sector *upstream* da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos, essencialmente em Angola e no Brasil;
- O segmento de negócio de refinação e distribuição de produtos petrolíferos (Refinação & Distribuição) detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui, ainda, todas as actividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação & Distribuição controla igualmente a maior parte das infra-estruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para exportação, quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo;

- O segmento de negócio de Gas & Power abrange as áreas de negócio de aprovisionamento, comercialização e distribuição de gás natural e a geração de energia.

- » A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de metros cúbicos, a empresas produtoras de electricidade e às empresas distribuidoras de gás natural e UAG's – Unidades Autónomas de Gaseificação (distribuidoras de gás natural). A Galp Energia também mantém os contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, por forma a satisfazer a procura dos seus clientes.
- » A área de Distribuição de Gás Natural, em conjunto com as empresas distribuidoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas, tendo em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos inferiores a 2 milhões de metros cúbicos.
- » A área de *Power* produz actualmente energia eléctrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Actualmente a Galp Energia detém participações em três centrais de cogeração com uma capacidade instalada total de 80 MW.

As Demonstrações Financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa utilizada, preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos. Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações consolidadas do grupo Galp foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor (Nota 2.17.), a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 3. e 4.), mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("*IFRS*" – *International Financial Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("*IASB*"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("*IAS*"), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("*IASC*") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("*IFRIC*") e *Standing Interpretation Committee* ("*SIC*"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "*IFRS*".

Apesar das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005, apresentadas e aprovadas pela Assembleia Geral de Accionistas, terem sido preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC), o Grupo preparou igualmente, pela primeira vez em 2005, para efeitos de inclusão no prospecto de Oferta Pública de Venda e de admissão à negociação de parte das suas acções, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas

Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, as quais incluem os detalhes e descrições dos ajustamentos de transição efectuados, reportados a 1 de Janeiro de 2004 (data de transição), tendo sido observadas as disposições previstas na IFRS1 - Primeira aplicação das normas internacionais de relato financeiro ("*IFRS1*").

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assumções efectuadas pelo Conselho de Administração foram, contudo, efectuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

A) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS DO GRUPO

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo adoptada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 3.

O capital próprio e o resultado líquido, correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente na rubrica interesses minoritários. Quando os prejuízos aplicáveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenham sido recuperados.

Os activos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *goodwill* (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

Os interesses minoritários incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos activos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções (incluindo as eventuais mais e menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 3.

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo excluídas da consolidação são imateriais e são apresentados ao custo de aquisição (Nota 5.).

B) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, anexas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas

empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao Grupo. As empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional encontram-se detalhadas na Nota 3.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis de cada entidade conjuntamente controlada na data de aquisição é reconhecido como *goodwill* (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, no processo de consolidação, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

C) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

As participações financeiras em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém quer o controlo, quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, normalmente quando detém entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, bem como de dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (*goodwill*) (Nota 2.2. alínea d)) e mantida no valor do investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo,

o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, bem como uma avaliação anual do valor do *goodwill*, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objecto de reversão. Contudo, imparidades existentes em *goodwill* não serão revertidas.

Quando a proporção do Grupo, nos prejuízos acumulados da associada, excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a associada e, nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da associada.

Os ganhos e perdas, não realizados em transacções com associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

D) GOODWILL

As diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica de *goodwill* (no caso de respeitar o *goodwill* em empresas do Grupo ou em empresas controladas conjuntamente) (Nota 12.) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (no caso de respeitar a empresas associadas).

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em

entidades sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas entidades à data da sua aquisição encontram-se registadas na moeda funcional das mesmas, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de reservas de conversão, no capital próprio.

O *goodwill* gerado em aquisições posteriores a 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para as IFRS), bem como o valor líquido do *goodwill* gerado em aquisições anteriores a essa data, não é amortizado, mas sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade para verificar se existem perdas. Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente no balanço, como dedução ao valor do activo, e na demonstração de resultados na rubrica de outros ganhos e perdas, não sendo posteriormente revertida.

As diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras em empresas do Grupo, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas e o justo valor dos activos e passivos dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como ganho na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Goodwill gerado em aquisições anteriores à data de transição (1 de Janeiro de 2004)

O *goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (*“deemed cost”*), àquela data, e objecto de testes de imparidade, à luz da IFRS 1.

E) CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXPRESSAS EM MOEDA ESTRANGEIRA

São tratadas como entidades estrangeiras as que operando no estrangeiro têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço e os custos e proveitos e fluxos de caixa

dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), é registrada no capital próprio na rubrica de “Reservas de conversão” no capital próprio. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de resultados acumulados.

O *goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos

dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor na data do balanço.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é transferida da rubrica de reservas de conversão do capital próprio para a rubrica de outros ganhos ou perdas da demonstração de resultados.

As demonstrações financeiras das entidades estrangeiras, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram convertidas para Euros através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

VIGENTE NO FINAL DO ANO		TAXA DE CÂMBIO	
DIVISA		2006	2005
Dólares dos Estados Unidos da América		1,32	1,18
Reais do Brasil		2,81	2,74
Escudos de Cabo Verde		110,27	110,27
Dirhams de Marrocos		11,15	10,95
Francos CFA		655,96	655,96
Meticals de Moçambique		34,47	27,97

MÉDIA DO EXERCÍCIO		TAXA DE CÂMBIO	
DIVISA		2006	2005
Dólares dos Estados Unidos da América		1,26	1,24
Reais do Brasil		2,73	3,04
Escudos de Cabo Verde		110,27	110,27
Dirhams de Marrocos		11,05	11,03
Francos CFA		655,96	655,96
Meticals de Moçambique		32,64	28,30

2.3. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis, adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados à luz de opção prevista pela IFRS 1, pelo seu custo considerado ("*Deemed cost*"), o qual corresponde ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, de acordo com as disposições legais até aquela data, deduzido das amortizações acumuladas, das perdas por imparidade e dos subsídios ao investimento.

Os activos fixos tangíveis, adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, perdas por imparidade e dos subsídios ao investimento. O custo de aquisição inclui o preço de factura, despesas de transporte, montagem e dos encargos financeiros suportados durante o período de construção.

Os activos fixos tangíveis em curso reflectem activos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de subsídios ao investimento auferidos e eventuais perdas por imparidade, sendo amortizados a partir do momento em que os projectos de investimentos estejam concluídos ou prontos para uso.

As amortizações são calculadas, sobre o valor de custo considerado (para as aquisições até 1 de Janeiro de 2004) e custo de aquisição, pelo método das quotas constantes, aplicada anualmente a partir do exercício de entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se, de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, e limitativa ao período de concessão.

As taxas de amortização anuais médias utilizadas podem resumir-se como segue:

	TAXAS
Terrenos e recursos naturais - servidões	2,20% - 3,13%
Edifícios e outras construções	2,00% - 10,00%
Equipamento básico	2,20% - 12,50%
Equipamento de transporte	16,67% - 25,00%
Ferramentas e utensílios	12,50% - 25,00%
Equipamento administrativo	5,00% - 33,33%
Taras e vasilhame	7,14% - 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	10,00% - 33,33%

As infra-estruturas afectas ao gás natural, nomeadamente as redes de distribuição de gás, encontram-se a ser amortizadas por um período de 45 anos por se entender que representa o período de vida útil económica daqueles activos.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente e plurianual são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros activos fixos tangíveis são registadas como activos fixos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e amortizadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respectivos activos fixos principais.

» ACTIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO PETROLÍFERA

As imobilizações corpóreas relacionadas com a actividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registadas ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente, a:

- Custos incorridos com a exploração e desenvolvimento da área de exploração ("*campo*"), adicionados dos custos de estrutura e financeiros, deduzidos do efeito das taxas de câmbio, incorridos até à data do início da produção, os quais são capitalizados em imobilizado em curso. Quando o campo inicia a sua produção, estes custos são transferidos de imobilizado em curso para imobilizado fixo e são amortizados de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de amortização sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas ("*proved developed reserves*") no final desse

período, adicionadas da produção daquele período. Assim, os custos incorridos, desta natureza afectos a campos que ainda se encontram na fase de exploração e desenvolvimento, encontram-se classificados em imobilizado em curso;

- ii) Custos de aquisição da licença de exploração e produção petrolífera (bónus de assinatura), amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da licença, após o início da produção.

Todos os custos incorridos na fase de exploração de campos petrolíferos sem sucesso são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de exploração e/ou desenvolvimento.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais, respectivamente.

2.4. ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os activos fixos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, subsídios ao investimento e perdas por imparidade. Os activos fixos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com pesquisa são reconhecidas como custo do exercício.

As despesas com desenvolvimento somente são registadas como activo fixos intangíveis se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio e demonstre, igualmente, a probabilidade do activo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso não satisfaçam esses

requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os activos fixos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes, após o início de utilização.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou expectativa de uso do activo fixo intangível.

O Grupo capitaliza as despesas relacionadas com a reconversão de consumos para gás natural que se consubstanciem na adaptação de instalações. O Grupo considera que consegue controlar os benefícios futuros económicos dessas reconversões, através da venda continuada de gás aos fogos e pela inclusão destes no preço homologado pela Direcção Geral de Geologia e Energia. Estas despesas estão a ser amortizadas em quotas anuais constantes até ao final do período de concessão atribuído às empresas distribuidoras de gás.

As imobilizações incorpóreas incluem, além das reconversões de consumos para gás natural, despesas incorridas com projectos de desenvolvimento informático e prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos Galp e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados durante o período de duração dos respectivos contratos (o qual varia entre dez e vinte anos).

2.5. IMPARIDADES DE ACTIVOS NÃO CORRENTES, EXCEPTO *GOODWILL*

São efectuados testes de imparidade à data do balanço e sempre que seja identificada uma desvalorização do activo ou activos em apreço.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração de resultados na rubrica de perdas por imparidade de activos fixos tangíveis ou intangíveis.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos

directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela actualização dos fluxos de caixa futuros estimados do activo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o activo ou unidade geradora de caixa a que este possa pertencer.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica de amortizações e depreciações. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.6. LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como:

- i) Locações financeiras, se forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e
- ii) Locações operacionais, nas situações em que tal não se verifique.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é efectuada em função da substância sobre a forma e não da forma legal do contrato.

» LOCAÇÕES EM QUE O GRUPO AGE COMO LOCATÁRIO

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de activos fixos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 2.3., são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos

com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício a que respeitam, respectivamente.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica materiais e serviços consumidos, da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

2.7. INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Os inventários (mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registadas ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de inventários consumidos e vendidos.

Especificamente, o custo dos inventários é determinado de acordo com os seguintes critérios:

A) MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS

Petróleo bruto – O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas de inventário o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas), aplicado a uma família única, a qual inclui a totalidade das ramas.

Outras matérias-primas (excluindo materiais gerais) – O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o FIFO, aplicado a famílias de produtos constituídas, tendo em consideração as características das diversas matérias.

Materiais gerais - O custo de aquisição, que inclui o preço de factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

B) PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO

O custo de produção inclui materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

C) PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS

Petróleo bruto – Corresponde ao petróleo bruto produzido na actividade de exploração e produção petrolífera e que se encontra em *stock* em 31 de Dezembro de cada ano, correspondente à sua quota no total do *stock* de cada uma das áreas de desenvolvimento. Estas existências encontram-se valorizadas ao seu custo de produção, que inclui os custos directos de produção adicionados das imputações de amortizações do exercício e provisão para custos de abandono.

Produtos derivados do petróleo – As entradas de produtos acabados e intermédios são valorizadas com base no custo de produção, o qual é constituído pelos consumos de matérias-primas e outras, pelos encargos com mão-de-obra directa e pelos gastos gerais de fabrico. No caso de produtos adquiridos a terceiros, estes são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o FIFO aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das mesmas, como método de custeio das saídas.

O grupo Petrogal inclui na rubrica de produtos acabados e intermédios o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) relativo à introdução ao consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos àquele imposto, o qual se encontra valorizado ao custo de aquisição, utilizando-se o FIFO como método de custeio das saídas.

Outros produtos acabados e intermédios – O custo de produção inclui matérias-primas, custos industriais variáveis e fixos, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

D) MERCADORIAS

O custo de aquisição inclui o preço da factura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o FIFO para o gás natural e o custo médio ponderado para os derivados de petróleo e restantes mercadorias, como método de custeio das saídas.

No caso da Transgás, S.A., o custo de aquisição de gás natural também engloba, para a sua determinação, os gastos suportados até à fronteira portuguesa, nomeadamente o transporte e direitos de passagem pelo território de Marrocos.

Como anteriormente referido, o grupo Petrogal inclui igualmente o ISP na rubrica de existências relativo a mercadorias já despachadas sujeitas àquele imposto.

As matérias-primas e subsidiárias e mercadorias em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregadas das restantes existências e são valorizadas ao custo de aquisição específico.

E) UNDER/OVER LIFTING

Relativamente à actividade de exploração e produção petrolífera, caso em que a Empresa tenha efectuado levantamentos (*Underlifting*) abaixo da sua quota de produção e as respectivas quantidades tenham sido emprestadas a outros sócios da “*joint venture*”, as mesmas são valorizadas ao preço de mercado e registadas como uma conta a receber na rubrica de outras contas a receber (Nota 15.).

Por outro lado, caso em que a Empresa tenha efectuado levantamentos em excesso face à sua quota de produção (*Overlifting*), as respectivas quantidades são valorizadas ao preço de mercado e registadas como uma conta a pagar na rubrica de outras contas a pagar (Nota 25.).

Estas contas a receber e a pagar são actualizadas no final de cada período com base nas respectivas cotações de mercado de petróleo bruto.

2.8. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis (reconversões) são registados no activo, como dedução aos respectivos bens, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados.

2.9. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

2.10. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

A Petrogal, a Sacor Marítima e algumas empresas do grupo GDP (GDP Distribuição, SGPS, S.A., LisboaGás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e Driftal –

Plastificantes de Portugal, S.A.) assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, de reforma antecipada e pré-reforma. Estas prestações, com excepção das pensões de reforma antecipada e pré-reforma, consistem numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do trabalhador. As pensões de reforma antecipada e as de pré-reforma correspondem essencialmente ao valor do vencimento do empregado. Incluem-se, nestes compromissos, quando aplicáveis, o pagamento da Segurança Social dos pré-reformados, o seguro social voluntário relativo aos reformados antecipadamente e o prémio de reforma a atribuir na data de passagem à reforma.

Para cobrir estas responsabilidades a Petrogal, a Sacor Marítima e as empresas do grupo GDP constituíram fundos de pensões autónomos geridos por entidades externas (“Fundo de Pensões Petrogal”, “Fundo de Pensões Sacor Marítima” e “Fundo de Pensões GDP”), para financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, para os empregados no activo e reformados e, no caso da Petrogal, também para os reformados antecipadamente e pré-reformados. Contudo, o Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades com pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados e com o pagamento do seguro social voluntário e prémio de reforma. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 24.).

Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. (“GDL”) em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à GDL, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios.

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm estudos actuariais das responsabilidades, calculados de acordo

com o método das unidades de crédito projectadas (*“Projected Unit Credit Method”*) e comparam o montante das suas responsabilidades com o valor de mercado do fundo e com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar.

Os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedido, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos actuariais, ajustamentos de experiência ou no esquema de benefícios, apenas são contabilizados se o líquido acumulado destes ganhos e perdas actuariais não reconhecidos (Desvio Total) no final do período exceder em valor absoluto o maior de 10% do total das responsabilidades ou de 10% do valor de mercado do fundo, sendo este reconhecido em resultados a partir do exercício subsequente em que apurado, em quotas constantes, de acordo com o número médio esperado dos anos de trabalho dos empregados participantes nesse plano de benefícios.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo sub-grupo Petrogal para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Reformas antecipadas;
- Prémio de reforma;
- Seguro social voluntário;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei n.º 9/99;
- Benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo sub-grupo GDP para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Regime especial de flexibilização da idade da reforma ao abrigo do Decreto-lei n.º 9/99.

Em 31 de Dezembro de 2002, foi autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal (*“ISP”*) a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. O Grupo deu a possibilidade a algumas subsidiárias, como associadas deste Fundo, para que os seus colaboradores pudessem optar entre este novo plano de contribuição definida e o plano existente de benefícios definidos, contribuindo o Grupo no caso de opção pelo novo plano, com um valor definido anualmente para este fundo, correspondente a uma percentagem do salário de cada empregado, o qual é reconhecido como custo desse exercício.

2.11. OUTROS BENEFÍCIOS DE REFORMA - CUIDADOS DE SAÚDE, SEGURO DE VIDA E BENEFÍCIO MÍNIMO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Os encargos a suportar pelo Grupo com a prestação de cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respectivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades reflectidas no balanço na rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 24.). Os pagamentos efectuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta rubrica.

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm os estudos actuariais das responsabilidades de acordo com o método das unidades de crédito projectadas (*“Projected Unit Credit Method”*) e compara o montante das suas responsabilidades com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar.

Os ganhos e perdas actuariais apurados num exercício são registados contabilisticamente conforme descrito na alínea 2.10 acima.

2.12. SALDOS E TRANSACÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração de resultados consolidados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.17.f)).

2.13. PROVEITOS E ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

O proveito decorrente de vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O preço de venda do gás natural é convencionado pelo Governo através da fixação de preços efectuada pela Direcção Geral

de Geologia e Energia. O preço de venda do gás natural é fixado trimestralmente, de acordo com a fórmula prevista nos contratos de concessão. Com excepção da Lusitaniagás, as leituras, facturação e respectivas cobranças relacionadas com a actividade de distribuição do gás são feitas por empresas do grupo EDP – Electricidade de Portugal e pelas empresas do grupo GDP, consoante se trate de pequenos ou grandes clientes, respectivamente.

As vendas de gás não facturadas são mensalmente registadas na rubrica de outras contas a receber, com base na facturação esperada e corrigidas em resultados no período em que é efectuada a facturação.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros activos correntes e outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.14. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são geralmente registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em activos fixos, são imputados a activos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento (Nota 2.8.), até à entrada em funcionamento dos mesmos (Nota 2.3. e 2.4.), sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício (Nota 9.). Os eventuais proveitos, por juros obtidos com empréstimos obtidos directamente relacionados com

o financiamento de activos fixos em construção, são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos activos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respectivos.

2.15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do grupo Galp.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente, por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota 10.).

Os impostos diferidos são registados na demonstração de resultados do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado na mesma rubrica.

2.16. ACTIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes activos não são amortizados.

2.17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando o Grupo se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

A) INVESTIMENTOS

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor, através de resultados e os investimentos disponíveis para venda, são reavaliados pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração, no justo valor dos investimentos disponíveis para venda, são registados no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

B) DÍVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas

na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

C) CLASSIFICAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO OU PASSIVO

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

D) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação com empréstimos no âmbito de *Project Finance* ("*Origination fees*").

E) CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

As contas a pagar não vencem usualmente juros e são registadas pelo seu valor nominal.

F) INSTRUMENTOS DERIVADOS

» CONTABILIDADE DE COBERTURA

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para cobertura de riscos financeiros com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo, definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa, respeitam

fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação tendo por base princípios geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

É efectuada uma análise dos contratos existentes no grupo Galp Energia, no âmbito de detecção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detectado derivados financeiros susceptíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente, nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor, com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, o Grupo procede também, em situações específicas, à contratação de derivados de taxa de juro com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

» INSTRUMENTOS DE NEGOCIAÇÃO

O Grupo utiliza na cobertura do risco de flutuação da margem de refinação instrumentos financeiros derivados, essencialmente *swaps* sobre petróleo bruto e produtos acabados e opções sobre petróleo bruto. Estes instrumentos financeiros, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica, de acordo com as políticas de gestão do risco do Grupo, por não cumprirem todas as disposições do IAS 39, no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem. Em 31 de Dezembro de 2006, esses investimentos encontram-se registados pelo seu justo valor.

G) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, no balanço.

2.18. LICENÇAS DE EMISSÃO DE CO₂

As emissões de CO₂ realizadas pelas instalações industrializadas do Grupo e as “licenças de CO₂” que lhe foram atribuídas, no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças CO₂, não dão origem a qualquer reconhecimento patrimonial, desde que: (i) não se estime como provável a existência de custos a incorrer pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado, situação em que é reconhecida uma provisão, ou (ii) as mesmas não sejam alienadas em caso de excedentes das mesmas, situação em que é reconhecido um proveito.

2.19. CLASSIFICAÇÃO DE BALANÇO

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

2.20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos, após a data do balanço, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos, após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos.

2.21. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em cada período são identificados todos os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao proveito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 8.

2.22. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas

que afectam os montantes de activos e passivos registados, a apresentação de activos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados actuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas actualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjectividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada susceptibilidade de variação dessas situações; e (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na actuação operativa são significativas.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) reservas provadas de petróleo bruto relacionadas com a actividade de exploração petrolífera; (ii) teste de imparidade de *goodwill*; (iii) provisões para contingências e passivos ambientais; (iv) pressupostos actuariais e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma.

» RESERVAS DE PETRÓLEO BRUTO

As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos activos da actividade de exploração e desenvolvimento de petróleo bruto, suportando adicionalmente o desenvolvimento ou a implementação de técnicas de recuperação secundária. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos activos afectos à actividade de exploração e produção petrolífera servindo de suporte ao cálculo das *unity of production*, bem como para a avaliação da imparidade nos investimentos em activos associados a essa actividade. A estimativa de reservas provadas de petróleo bruto é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos com abandono.

A Galp prepara a suas estimativas relativas às reservas de petróleo bruto, tendo em conta as regras estabelecidas para a indústria de *Oil & Gas* tendo por base informação técnica fornecida pelo Operador dos consórcios em que participa.

A estimativa das reservas provadas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às actividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento.

Os volumes de petróleo bruto produzidos e o custo dos activos são conhecidos, enquanto que as reservas provadas têm uma alta probabilidade de recuperação e se baseiam em estimativas sujeitas a alguns ajustamentos. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos activos e reforçando a provisão para custos de abandono, respectivamente, em função da produção futura prevista. Em 2006 e 2005, o Grupo reconheceu amortizações de activos fixos associados à actividade de exploração e produção de petróleo bruto nos montantes de mEuros 24.010 e mEuros 18.791, respectivamente. No caso de se proceder a uma revisão em baixa das reservas provadas, o resultado líquido poderia ser negativamente afectado, no futuro, por um maior montante de custos com depreciações e provisões para custos de abandono.

» GOODWILL

O Grupo efectua testes de imparidade anuais ao *goodwill*, conforme indicado na Nota 2.2. d). Os montantes recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinadas baseando-se no valor de uso. Para o cálculo do valor de uso, o Grupo estimou os fluxos de caixa futuros que se esperam obter das unidades geradoras de caixa, bem como a taxa de desconto apropriada para calcular o valor presente destes fluxos. O valor do *goodwill* em 31 de Dezembro de 2006 ascende a mEuros 17.032 (Nota 12.).

» PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

» PASSIVOS AMBIENTAIS

A Galp efectua juízos e estimativas para cálculo das provisões para matérias ambientais (essencialmente para obrigações conhecidas com a descontaminação de solos), que são baseados na informação actual relativa a custos e planos esperados de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações em legislação e regulamentos, alterações das condições de um determinado lugar, bem como variação nas tecnologias de saneamento. Desse modo qualquer alteração nos factores circunstanciais a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estes assuntos. A provisão para matérias ambientais é anualmente revista. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o montante de provisões para fazer face a passivos ambientais ascendia a mEuros 11.034 (Nota 26.) e mEuros 11.037, respectivamente.

» PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS E FINANCEIROS UTILIZADOS PARA CÁLCULO DAS RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

Ver Nota 2.10.

2.23. GESTÃO DE RISCOS E RESPECTIVAS COBERTURAS

As actividades do Grupo levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços de petróleo e gás natural e seus derivados, taxas de câmbio e taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da actividade comercial; (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo poderia encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

O Grupo dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com directrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e actividades principais detidas em 31

de Dezembro de 2006 e 2005 são as seguintes:

PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO									
SEDE SOCIAL			31.12.2006			31.12.2005			
FIRMA	LOCALIDADE	PAÍS	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	PRINCIPAL ACTIVIDADE
A) Empresas do Grupo									
Empresa-Mãe:									
Galp Energia, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	-	-	-	-	-	-	Gestão de participações sociais de outras sociedades do sector energético, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.
Subsidiárias:									
Galp Energia, S.A. ^(a)	Lisboa	Portugal	100%	-	100%	100%	-	100%	Prestação de serviços e consultoria à gestão empresarial.
Sub-grupo Petrolgal									
Petróleos de Portugal - Petrolgal, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	-	100%	100%	-	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; Transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; Pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos com as referidas nas alíneas anteriores.
Subsidiárias:									
Galp Energia España, S.A. e subsidiárias: ^(b)	Madrid	Espanha	-	100%	100%	-	100%	100%	Obtenção, representação e comercialização de produtos petrolíferos, de produtos químicos e tudo o que lhes seja conexo.
Galpgest - Petrolgal Estaciones de Servicio, S.L.U.	Madrid	Espanha	-	100%	100%	-	100%	100%	Gestão e exploração de estações de serviço.
Estación de Servicio Alcalá, S.L.	Madrid	Espanha	-	b)	b)	-	100%	100%	Exploração de estações de serviço.
Gasolinera Gon, S.L.	Huelva	Espanha	-	b)	b)	-	100%	100%	Armazenagem, distribuição, comercialização venda de gasolinas de qualquer tipo, gasóleos, óleos industriais para uso de veículos automóveis e todos os sistemas de estação de serviço.
CLG - Compañía Logística del Gas, S.A.	Madrid	Espanha	-	100%	100%	-	100%	100%	Armazenagem e distribuição de produtos derivados do petróleo.
Petróleos de Valencia, S.A., Sociedad Unipersonal	Valencia	Espanha	-	100%	100%	-	100%	100%	Depósito, armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos e produtos químicos, seus derivados e sub-produtos, quer se encontrem em estado sólido, líquido ou gasoso.
Galp Serviexpress, S.L.U.	Madrid	Espanha	-	100%	100%	-	100%	100%	Depósito, armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos e produtos químicos, seus derivados e sub-produtos, quer se encontrem em estado sólido, líquido ou gasoso.

PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO

SEDE SOCIAL			31.12.2006			31.12.2005			PRINCIPAL ACTIVIDADE
FIRMA	LOCALIDADE	PAÍS	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	
Sacor Marítima, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
Gasmar - Transportes Marítimos, Lda.	Funchal	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
Tripul - Soc. de Gestão de Navios, Lda.	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Gestão técnica de navios, tripulações e abastecimentos.
S.M. Internacional - Transp. Marítimos, Lda.	Funchal	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A.	Amarante	Portugal	-	50%	50%	-	50%	50%	Compra, venda, fabrico, transformação, importação e exportação de produtos betuminosos de aditivos que transformam ou modificam esses produtos betuminosos.
Soturis - Sociedade Imobiliária Turística, S.A.	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Actividade imobiliária, designadamente a gestão, compra e venda e revenda de imóveis.
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	Lisboa	Portugal	-	51%	51%	-	51%	51%	Distribuição, venda e armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados de petróleo; exploração de postos de abastecimento, estações de serviço e oficinas de reparação, incluindo negócios conexos com estas actividades, nomeadamente de restauração e hotelaria.
Eival - Sociedade de Empreendimentos, Investimentos e Armazenagem de Gases, S.A.	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Comércio por grosso de combustíveis gasosos, lubrificantes, termodomésticos, material de queima e de instalação de gás.
Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda. e subsidiária:	Funchal	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Comércio e indústria de petróleo, incluindo a prospecção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos.
Gite - Galp International Trading Establishment	Vaduz	Liechtenstein	-	24%	24%	-	24%	24%	Comércio e indústria de petróleo, incluindo a prospecção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos.
Galp Serviexpress - Serv. de Distrib. e Comercialização de Produtos Petrolíferos, S.A.	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Prestação de serviços de transporte, armazenagem e comercialização de combustíveis líquidos, gasosos, óleos base e outros derivados do petróleo a particulares, pequenas empresas e agricultores, nos mercados interno e externo. A exploração directa ou indirecta de centros de distribuição de combustíveis e actividades auxiliares, nomeadamente estações de serviço, oficinas, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria, bem como quaisquer outras actividades industriais, comerciais e de prestação de serviços conexos com o objecto social.
Galpgeste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. e subsidiária:	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Exploração ou gestão, directa ou indirecta, áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis e actividades conexas ou complementares, tais como estações de serviço e oficinas, venda de lubrificantes, peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
C.I.T. - Companhia Logística de Term. Marítimos, Lda.	Matosinhos	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Exploração de terminais marítimos e actividades conexas.

PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO

SEDE SOCIAL			31.12.2006			31.12.2005			
FIRMA	LOCALIDADE	PAÍS	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	PRINCIPAL ACTIVIDADE
Petrolgal Brasil, Lda.	Recife	Brasil	-	100%	100%	-	100%	100%	Pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural, bem como quaisquer outras actividades comerciais, industriais, de investigação e prestação de serviços conexas com aquelas actividades, podendo, ainda, participar em outras sociedades, qualquer que seja a sua natureza e objecto.
Petrolgal Trading, Limited	Dublin	Irlanda	-	100%	100%	-	100%	100%	Desenvolvimento da actividade de <i>trading</i> de petróleo bruto e produtos petrolíferos.
Petrolgal Moçambique, Lda. e subsidiária:	Maputo	Moçambique	-	100%	100%	-	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e exploração de postos de abastecimento e de estações de serviço de assistência a automóveis.
Moçacor - Distribuição de Combustíveis, S.A.	Maputo	Moçambique	-	100%	100%	-	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e exploração de postos de abastecimento e de estações de serviço.
Petrolgal Angola, Lda. e subsidiária:	Luanda	Angola	-	100%	100%	-	100%	100%	Produção, distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.
Agran - Agroquímica de Angola, SARL	Luanda	Angola	c)	c)	c)	-	99%	99%	Exploração da indústria e comércio de pesticidas.
Petrolgal Guiné-Bissau, Lda. e subsidiárias:	Bissau	Guiné-Bissau	-	100%	100%	-	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração de postos de abastecimento e de estações de serviço de assistência a automóveis, bem como quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços conexos com este objecto principal.
Petromar - Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.	Bissau	Guiné-Bissau	-	80%	80%	-	80%	80%	Comércio de bancas marítimas, podendo acessoriamente exercer quaisquer outras actividades relacionadas com derivados de petróleo.
Petrogás - Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.	Bissau	Guiné-Bissau	-	65%	65%	-	65%	65%	Importação, armazenagem e distribuição de GPL podendo acessoriamente exercer quaisquer outras actividades, preferencialmente relacionadas com derivados do petróleo.
Galp Açores - Distrib. e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. e subsidiária:	P. Delgada	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados do petróleo.
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	P. Delgada	Portugal	-	68%	68%	-	68%	68%	Construção e ou exploração de estações de enchimento e respectivos parques de armazenagem de GPL e de outros combustíveis na Região Autónoma dos Açores.

PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO

SEDE SOCIAL			31.12.2006			31.12.2005			
FIRMA	LOCALIDADE	PAÍS	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	PRINCIPAL ACTIVIDADE
Galp Madeira - Distrib. e Comercializ. de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. e subsidiárias:	Funchal	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados do petróleo.
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	Funchal	Portugal	-	75%	75%	-	75%	75%	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respectivas estruturas de transporte, recepção, movimentação, enchimento e expedição; e outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços, conexas com aquelas actividades.
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.	Funchal	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	A sociedade tem por objecto principal distribuição, armazenagem, transporte, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração directa ou indirecta de postos de abastecimento e de áreas de serviço e actividades complementares, nomeadamente estações de serviço e oficinas de reparação e manutenção automóvel, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria, bem como quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços conexas com as actividades mencionadas no seu objecto.
Galpmed - Mediação de Seguros Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	Portugal	d)	d)	d)	-	100%	100%	Mediação de seguros.
Tanquisado - Terminais Marítimos, S.A.	Setúbal	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Desenvolvimento e exploração de terminais marítimos.
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	Lisboa	Portugal	-	75%	75%	-	75%	75%	Comércio retalhista de produtos alimentares, utilidades domésticas, presentes e artigos vários onde se incluem jornais, revistas, discos, vídeos, brinquedos, bebidas, tabacos, cosméticos, artigos de higiene, de viagem e acessórios para veículos.
Combustíveis Líquidos, Lda. ^(e)	Lisboa	Portugal	-	99,8%	99,8%	-	75%	75%	Comércio de combustíveis, lubrificantes e acessórios de automóveis, podendo explorar qualquer outro ramo de negócios em que os sócios acordem e que não dependa de autorização especial.

PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO

SEDE SOCIAL			31.12.2006			31.12.2005			
FIRMA	LOCALIDADE	PAÍS	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	PRINCIPAL ACTIVIDADE
Blue Flag Navigation - Transportes Marítimos, Lda.	Funchal	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	A sociedade tem por objecto o exercício da actividade de transporte marítimo, a exploração comercial de navios em nome próprio, na qualidade de proprietária ou afretadora, ou em nome alheio, enquanto operadora.
Galp Investment - Fundo	Lisboa	Portugal	(h)	(h)	(h)	(h)	(h)	(h)	Securitização de créditos.
Galp Investment - Fund, PLC	Dublin	Irlanda	(i)	(i)	(i)	(i)	(i)	(i)	Securitização de créditos.
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	Portugal	-	66,66%	66,66%	-	66,66%	66,66%	Realização de operações e a prestação de informação e comércio electrónico para utilizadores em mobilidade, bem como a prestação de serviços de gestão e operacionalização de comércio <i>on-line</i> .
Tagus Re, S.A.	Luxemburgo	Luxemburgo	-	100%	100%	-	100%	100%	Operações de resseguro em todos os ramos, com exclusão das operações de seguro directas.
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda.	Recife	Brasil	-	100%	100%	-	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Petrogal Cabo Verde, Lda.	São Vicente	Cabo Verde	-	100%	100%	-	100%	100%	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.
Sub-grupo GDP:									
GDP - Gás de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	-	100%	100%	-	100%	Gestão de participações sociais.
Subsidiárias:									
Drifal - Plásticos de Portugal, S.A.	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	100%	-	100%	Comercialização de plásticos ftálicos.
GDP Distribuição, SGPS, S.A. e subsidiárias: ^{(b)(9)}	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	100%	-	100%	Gestão de participações sociais.
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	Viseu	Portugal	-	59%	59%	-	59%	59%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural.
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A. ⁽⁹⁾	Lisboa	Portugal	-	20%	20%	-	100%	100%	Concepção de sistemas de distribuição e utilização de gás combustível, montagem e conversão de equipamentos e assistência técnica a consumidores.
Dianagás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Évora, S.A.	Bucelas	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Paxgás - Soc. Distrib. de Gás Natural de Beja, S.A.	Bucelas	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Medigás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Algarve, S.A.	Bucelas	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. ⁽⁹⁾	Bucelas	Portugal	-	100%	100%	-	75%	75%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.

PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO

SEDE SOCIAL			31.12.2006			31.12.2005			
FIRMA	LOCALIDADE	PAÍS	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	PRINCIPAL ACTIVIDADE
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	Aveiro	Portugal	-	85%	85%	-	85%	85%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Lisboagás GDL - Sociedade Distrib. de Gás Natural de Lisboa, S.A.	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Obtenção, armazenagem e distribuição de gás combustível canalizado.
Transgás, SGPS, S.A. e subsidiárias ⁴⁰⁾	Bucelas	Portugal	b)	b)	b)	100%	-	100%	Gestão de participações sociais.
Transgás, S.A. e subsidiárias ⁴⁰⁾	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Importação de gás natural, armazenagem, distribuição através de rede de alta pressão, construção e manutenção de redes.
Gasoduto de Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. ⁴⁰⁾	Bucelas	Portugal	j)	j)	j)	-	88%	88%	Transporte de gás natural em alta pressão entre Campo Maior - Leiria - Braga.
Gasoduto Braga - Tuy, S.A. ⁴⁰⁾	Bucelas	Portugal	j)	j)	j)	-	51%	51%	Transporte de gás natural em alta pressão entre Braga e Tuy.
Transgás Atlântico - Soc. Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A. ⁴⁰⁾	Sines	Portugal	j)	j)	j)	-	100%	100%	Construção, instalação e exploração das infra-estruturas e equipamentos necessários para a recepção, armazenagem, tratamento e regaseificação de gás natural liquefeito em regime de subconcessão de serviço público.
Transgás Armazenagem - Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Armazenagem de gás natural em regime de subconcessão de serviço público, incluindo a construção, manutenção, reparação e exploração de todas as infra-estruturas e equipamentos conexos.
Transgás Indústria - Soc. Portuguesa de Fornec. de Gás Natural à Indústria, S.A.	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	Fornecimento de energia a empresas.
Sub-grupo Galp Power									
Galp Power, SGPS, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	100%	-	100%	100%	-	100%	A gestão de participações sociais como forma indirecta de exercício da actividade económica.
Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	Lisboa	Portugal	-	65%	65%	-	65%	65%	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia eléctrica e térmica.
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	Lisboa	Portugal	-	70%	70%	-	70%	70%	A sociedade tem por objecto a produção sob a forma de cogeração e a venda de energia eléctrica e térmica, incluindo a concepção, construção, financiamento e exploração de instalações de cogeração, bem como o exercício de todas as actividades e a prestação de serviços conexos.
Sinecogeração - Cogeração da Refinaria de Sines, S.A.	Lisboa	Portugal	-	100%	100%	-	100%	100%	A sociedade tem por objecto a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis, incluindo concepção, construção e operação de sistemas ou instalações, bem como o exercício de todas as actividades e a prestação de serviços conexos.

PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO									
SEDE SOCIAL			31.12.2006			31.12.2005			
FIRMA	LOCALIDADE	PAÍS	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	DIRECTO	INDIRECTO	TOTAL	PRINCIPAL ACTIVIDADE
Porten - Portugal Energia, S.A. e subsidiária:	Lisboa	Portugal	100%	-	100%	100%	-	100%	Promover, executar e operar directa ou indirectamente projectos de produção de energia eléctrica, de produção combinada de energia eléctrica e térmica mediante processo de cogeração, assim como projectos associados à utilização de energias renováveis, bem como a sua comercialização por via directa ou indirecta.
B) Empresas controladas conjuntamente									
Sub-grupo Petrolgal:									
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	Aveiras de Cima	Portugal	-	65%	65%	-	65%	65%	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respectivas estruturas de transporte. Outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas actividades.
Caixageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	Elvas	Portugal	-	50%	50%	-	50%	50%	Gestão e exploração de duas áreas de serviço localizadas na zona do Caia, incluindo o exercício de quaisquer actividades e a prestação de quaisquer serviços conexados com tais estabelecimentos ou instalações, nomeadamente: o abastecimento de combustíveis e lubrificantes, a comercialização de produtos e artigos dos ramos da conveniência e dos supermercados, a gestão e a exploração de restaurantes e outras unidades de natureza hoteleira ou similar, estações de serviço e pontos de venda de lembranças e utilidades.
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	Sines	Portugal	-	60%	60%	-	60%	60%	Concepção construção de caverna subterrânea de armazenagem de GPL, das instalações de superfície complementares necessárias à movimentação de produtos. Gestão e exploração operacional de caverna incluindo instalações de superfície, tanques e esferas de GPL.
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	Lisboa	Portugal	-	50%	50%	-	50%	50%	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico.

As empresas CLC, Sigás, Caixageste e Asa são consolidadas pelo método de consolidação proporcional.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o perímetro de consolidação foi alterado face ao exercício precedente conforme segue:

(a) Com efeitos a Julho de 2006, foi alterada a denominação social da empresa Galp Serviços – Serviços e Consultoria de Apoio à Gestão Empresarial, S.A. para Galp Energia, S.A.;

(b) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram integradas através de um processo de fusão por incorporação,

com efeitos a 1 de Janeiro de 2006, (i) a subsidiária Estación de Servicio Alcalá, S.L. e a Gasolinera Gon S.L. detidas pelo Grupo a 100%, na Galp Energia España, S.A.; e (ii) a Transgás, SGPS, S.A. detida pelo Grupo a 100%, na GDP Distribuição, SGPS, S.A.;

(c) Durante o exercício de 2006, a subsidiária Petrogal Angola, Lda. alienou a participação da Agran – Agro-química de Angola, SARL, tendo gerado uma mais valia no montante de mEuros 1.290, reconhecidos na rubrica de resultados relativos a participações

financeiras em empresas associadas (Nota 4.);

(d) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foi dissolvida a empresa Galpmed – Mediação Seguros, Sociedade Unipessoal, Lda. do sub-grupo Petrogal;

(e) A subsidiária Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. adquiriu, em Dezembro de 2006, 24,83% do capital da Combustíveis Líquidos, Lda., passando a deter 99,8% do capital desta subsidiária por aumento de capital social;

(f) No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo alienou 80% da participação detida no capital da Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A. pelo valor de mEuros 359, a qual gerou uma menos valia no montante de mEuros 23 (Nota 4.), reduzindo assim a sua participação de 100% para 20%. Uma vez que a referida alteração ocorreu em 21 de Dezembro de 2006, a Empresa foi considerada no perímetro até essa data. Posteriormente, a participação financeira encontra-se a ser tratada de acordo com as políticas contabilísticas relativas a empresas associadas;

(g) A subsidiária GDP Distribuição, SGPS, S.A. adquiriu, em Dezembro de 2006, 25% do capital da Duriensegás – Soc. Distribuidora de Gás natural do Douro, S.A. passando a deter 100% do capital desta subsidiária (Nota 12.);

(h) e (i) No decurso do exercício de 2003, a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp Investment Fund, PLC (Fundo) no montante máximo de mEuros 210.000 (Nota 23.), o qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. Para fazer face a este montante o Fundo emitiu mEuros 199.500 de obrigações *Notes A* e mEuros 10.500 de obrigações *Notes B*, as quais são remuneradas à taxa Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. As transacções são efectuadas com recurso a um outro veículo com sede em Portugal – Galp Investment – Fundo – o qual procede à compra dos recebíveis e à sua colocação junto do Galp Investment Fund, PLC. Dado estes Fundos se configurarem como veículos constituídos unicamente para esta operação e atendendo às disposições contabilísticas ao nível das IAS/IFRS, relativamente a este tipo de operações, os activos e passivos dos Fundos, que são constituídos essencialmente pelas contas a receber de clientes da Petrogal e as obrigações emitidas pelo Fundo, respectivamente, são consolidados nas demonstrações financeiras do Grupo;

(j) No exercício findo a 31 de Dezembro de 2006, Grupo alienou a participação no capital da Transgás Atlântico – Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A. pelo montante de mEuros 29.974 (Nota 31.), a qual gerou uma menos valia no montante de mEuros 1.823 (Nota 4.). No âmbito da venda de parte dos activos e passivos da empresa Transgás, S.A., através do destaque das actividades de transporte e armazenagem, as participações no capital do Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. e Gasoduto Braga - Tuy, S.A. foram transferidas para a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., pelo montante de mEuros 16.648 (Nota 31.), a qual gerou uma menos-valia de mEuros 18.210 (Nota 4.).

A liquidação da empresa Galpmed – Mediação Seguros, Sociedade Unipessoal, Lda. teve o seguinte impacto na demonstração de resultados:

	2006	2005
Proveitos financeiros	-	147
Gastos operacionais	-	(167)
Resultados financeiros	67	3
Resultados antes de impostos	67	(17)

Com excepção da C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A., da Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E., da Caiageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda. e da Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda., que foram incluídas pelo método proporcional conforme indicado na Nota 2.2. alínea b), todas as restantes empresas acima referidas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global.

(k) No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a Transgás, SGPS, S.A., detida pelo Grupo em 100%, foi integrada na GDP Distribuição, SGPS, S.A., através de um processo de fusão por incorporação, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006. Consequentemente, as anteriores subsidiárias da Transgás, SGPS, S.A. (Transgás, S.A.; Gasoduto de Campo Maior - Leiria - Braga, S.A.; Gasoduto Braga - Tuy, S.A.; Transgás Atlântico - Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A.; Transgás Armazenagem – Sociedade Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A. e Transgás Indústria - Sociedade Portuguesa de Fornecimento de Gás Natural à Indústria, S.A.) são apresentadas como sendo detidas pela GDP Distribuição, SGPS, S.A..

4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

As participações financeiras em empresas associadas, suas sedes sociais, proporção de capital e suas actividades detidas em 31

de Dezembro de 2006 e 2005 são as seguintes:

PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO								
FIRMA	SEDE SOCIAL		2006			2005		
	LOCALIDADE	PAÍS	DIRECTA	INDIRECTA	TOTAL	DIRECTA	INDIRECTA	TOTAL
Compañia Logistica de Hidrocarburos CLH, S.A. ^{(b)(i)}	Madrid	Espanha	-	5,00%	5,00%	-	5,00%	5,00%
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd. ^(a)	Madrid	Espanha	-	27,40%	27,40%	-	27,40%	27,40%
Gasoducto Al Andaluz, S.A. ^(a)	Madrid	Espanha	-	33,04%	33,04%	-	33,04%	33,04%
Gasoducto Extremadura, S.A. ^(a)	Madrid	Espanha	-	49,00%	49,00%	-	49,00%	49,00%
Setgás - Soc. de Produção e Distrib. de Gás, S.A. ⁽ⁱ⁾	Setúbal	Portugal	-	45,00%	45,00%	-	45,00%	45,00%
Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A. ^(k)	Mindelo	Cabo-Verde	-	32,50%	32,50%	-	32,50%	32,50%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. ^(c)	Santarém	Portugal	-	41,27%	41,27%	-	41,27%	41,27%
Metragaz, S.A. ^(a)	Tânger	Marrocos	-	26,99%	26,99%	-	26,99%	26,99%
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda. ^(f)	Angra do Heroísmo	Portugal	-	23,50%	23,50%	-	23,50%	23,50%
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda. ^(k)	Lisboa	Portugal	-	49,00%	49,00%	-	49,00%	49,00%
Brisa Access, S.A. ^(k)	Cascais	Portugal	-	7,50%	7,50%	-	7,50%	7,50%
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. ^{(e)(n)}	Lisboa	Portugal	-	35,00%	35,00%	-	35,00%	35,00%
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A. ^{(e)(n)}	Bucelas	Portugal	-	35,00%	35,00%	-	35,00%	35,00%
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A. ^(d)	Lisboa	Portugal	-	20%	20%	-	100%	100%
Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda. ^(h)	Maputo	Moçambique	-	15,38%	15,38%	-	22,22%	22,22%
Gasfomento Sur Andalucia, S.A. ^{(b)(o)}	Sevilha	Espanha	-	4,47%	4,47%	-	30,00%	30,00%

VALOR CONTABILÍSTICO		INFORMAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA ASSOCIADA				PRINCIPAL ACTIVIDADE
2006	2005	ACTIVOS	PASSIVOS	PROVEITOS	RESULTADO EXERCÍCIO	
61.933	-	1.665.610	1.395.449	490.518	121.430	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respectivas estruturas de transporte.
33.418	37.349	517.525	395.563	211.686	115.291	Construção e operação de gasodutos para transporte de gás natural entre Marrocos e Espanha.
16.286	16.387	106.985	57.691	26.280	6.951	Construção e exploração do gasoduto Tarifa - Córdoba.
13.570	13.547	48.195	20.502	18.457	6.134	Construção e exploração do gasoduto Córdoba - Campo Maior.
8.055	5.348	106.952	89.374	35.503	6.008	Produção e distribuição de gás natural e dos seus Gases de Substituição.
7.073	6.644	98.425	76.663	58.947	2.356	Comercialização de hidrocarbonetos e actividades acessórias.
2.720	1.715	48.990	42.400	12.701	(144)	Produção distribuição de gás natural e outros gases combustíveis canalizados.
1.306	1.567	8.286	3.446	14.091	506	Construção, manutenção e exploração do gasoduto Maghreb - Europa.
1.297	880	14.823	9.277	18	(105)	Construção e/ou exploração de parques de armazenagem, tanto de combustíveis líquidos como de gases de petróleo liquefeitos e respectivas estações de enchimento.
555	526	3.004	2.250	4.971	(7)	Revisão e reparação de automóveis e venda de peças e acessórios de automóveis.
535	393	13.113	5.979	8.126	1.890	Prestação de quaisquer serviços de assistência e apoio a automobilistas, prestação de serviços de fornecimento, instalação, colocação em serviço e manutenção de equipamentos e sistemas electrónicos, para utilização em infra-estruturas rodoviárias.
303	-	48.353	47.422	45.585	2.251	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia eléctrica e térmica.
265	-	817	60	57	(218)	Prestação de serviços de importação e exportação, comercialização e fornecimento de equipamentos de produção de energia eléctrica em baixa tensão e ainda a prestação de serviços conexos.
46	-	1.754	1.523	5.919	(529)	Transporte e armazenagem de produtos petrolíferos - fundamentalmente gasolinas, fuelóleos e carburantes de aviação - por conta das companhias petrolíferas operadoras suas clientes.
-	10	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Prestação de serviços de abastecimento petrolífero.
-	95	580	243	16	(120)	Instalação e manutenção de gás, realização de projectos de gestão energética, serviços de fiscalização e inspecção periódica de instalações de gás e construção e manutenção de redes de gás.

PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO

FIRMA	SEDE SOCIAL		2006			2005		
	LOCALIDADE	PAÍS	DIRECTA	INDIRECTA	TOTAL	DIRECTA	INDIRECTA	TOTAL
Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A. ^{(k)(m)}	Porto	Portugal	-	(m)	(m)	-	25,12%	25,12%
TIGS - Engenharia e Manutenção, S.A. ^{(b)(o)}	Sintra	Portugal	-	9,74%	9,74%	-	48,70%	48,70%
Gásfomento Energia, S.A. ^{(b)(n)(o)}	Sevilha	Espanha	-	4,40%	4,40%	-	22,00%	22,00%
Central E, S.A. ⁽ⁿ⁾	Lisboa	Portugal	20,30%	-	20,30%	20,30%	-	20,30%
Sonangal - Sociedade de Distribuição e Comercialização Combustíveis, Lda. ^{(g)(n)}	Luanda	Angola	-	49,00%	49,00%	-	49,00%	49,00%

Menos: Provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 26.)

- (a) Participação detida pela Transgás, S.A.
(b) Participações detidas pela Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.
(c) Participação detida pela GDP Distribuição, SGPS, S.A.
(d) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a GDP Distribuição, SGPS, S.A. alienou 80% da participação no capital da Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A., reduzindo assim a sua participação de 100% para 20% (Nota 3.).
(e) Participação detida pela Galp Power, SGPS, S.A.
(f) Participação detida pela Saaga – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.
(g) Participação detida pela Petrogal Angola, Lda.
(h) Participação detida pela Petrogal Moçambique, Lda. Empresa considerada em Empresas Associadas, em Dezembro 2005, e incluída em Dezembro de 2006, em Empresas Participadas (Nota 5.).
(i) Participação detida pela Galp Energia España, S.A.
(j) Empresa considerada em Empresas Participadas, em Dezembro 2005 (Nota 5.), e incluída, em Dezembro de 2006, em Empresas Associadas.
(k) Participações detidas pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.
(l) Participação detida pela GDP Distribuição, SGPS, S.A. e pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.
(m) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foi dissolvida a empresa Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A. do sub-grupo Petrogal.
(n) Em 31 de Dezembro de 2006, a provisão para partes de capital das empresas associadas, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme segue (Nota 26.):

VALOR CONTABILÍSTICO		INFORMAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA ASSOCIADA				
2006	2005	ACTIVOS	PASSIVOS	PROVEITOS	RESULTADO EXERCÍCIO	PRINCIPAL ACTIVIDADE
-	51	116	-	65	56	Exercício de actividade no domínio de eficiência energética e de produtividade.
-	32	96	38	51	(7)	Prestação de serviços nas áreas de engenharia e serviços de manutenção industrial.
-	-	109	70	39	2	Trabalhos diversos no âmbito de auditorias, fiscalização, estudos de viabilidade económica e de eficiência energética, elaboração de manuais de procedimentos, assistência técnica de instalações e equipamento e ensaios de funcionamento.
-	-	860	1.374	1.125	(389)	Disponibilização e operações de informação e comércio electrónico.
-	-	35.805	39.831	n.d.	(2.440)	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, lubrificantes e outros derivados de petróleo e exploração de postos de abastecimento e estações de serviço, de assistência a automóveis e outras conexas.
147.362	84.545					
(5.332)	(5.330)					
142.030	79.215					

	2006	2005
Central E, S.A.	2.632	2.553
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	-	678
Gásfomento Energia, S.A.	-	10
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	-	276
Sonangal - Sociedade de Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	2.700	1.813
	5.332	5.330

(o) Em resultado do referido na alínea (d) acima, estas participações financeiras deixaram de ser reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. O efeito da variação dos seus capitais próprios encontra-se reflectido indirectamente nas demonstrações financeiras consolidadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial à associada Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A..

Na participação na CLH – Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A., apesar de o Grupo deter apenas 5% do capital, é exercida uma influência significativa, pelo que é valorizada tal como descrito na Nota 2.2. c) (Nota 5.). Assim, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, procedeu-se à reclassificação desta participação para a rubrica participações financeiras em empresas associadas.

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foi o seguinte:

Saldo em 1 de Janeiro de 2006 sem reservas de conversão	81.731
Reservas de conversão cambial imputadas ao saldo inicial	2.814
Reservas de cobertura imputadas ao saldo inicial	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	84.545
Saldo em 1 de Janeiro de 2006 para provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 26.)	(5.330)
	79.215
Reclassificação das participações financeiras:	
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A. e subsidiárias	54
Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda.	(8)
Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	62.596
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	141.857
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados do exercício:	
Positivos	47.904
Negativos	(1.564)
	46.340
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial relativo a outras variações nos capitais próprios das subsidiárias:	
Ajustamento de conversão cambial	
Positivos	264
Negativos	(5.249)
	(4.985)
Ajustamentos de reservas de cobertura	
Positivos	239
Negativos	-
	239
Dividendos distribuídos:	
Gasoducto Al Andaluz, S.A.	(2.398)
Gasoducto Extremadura, S.A.	(2.983)
Metragaz, S.A.	(369)
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	(30.367)
Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	(354)
Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	(7.577)
	(44.048)

Prestações acessórias realizadas na:	
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	642
Aumento de capital na:	
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	825
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	447
Acerto no preço de compra:	
Compañia Logistica de Hidrocarburos CLH, S.A.	777
Dissolução da empresa e devolução de prestações acessórias:	
Enerfin - Sociedade de Eficiência Energética, S.A.	(64)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006 sem reservas de conversão	149.294
Reservas de conversão cambial imputadas ao saldo final	(2.171)
Reservas de cobertura imputadas ao saldo final	239
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	147.362
Saldo em 31 de Dezembro de 2006 para provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 26.)	(5.332)
	142.030

A rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas registadas na demonstração dos resultados consolidados por natureza, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, tem a seguinte composição:

Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial:	46.340
Efeito da alienação de partes de capital em empresas do Grupo:	
Menos-valia na alienação da participação no Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. e Gasoduto Braga - Tuy, S.A. (Nota 3.)	(18.210)
Menos-valia na alienação da participação na Transgás Atlântico, S.A. (Nota 3.)	(1.823)
Menos-valia na alienação de 80% da participação na Gásfomento, S.A. (Nota 3.)	(23)
Mais-valia na alienação da participação na Agran, SARL (Nota 3.)	1.290
Gratificações de balanço atribuídas aos empregados da subsidiária Petrogal, S.A.	(2.800)
Outros	(3.659)
	21.115

Resultante do contrato de compra estabelecido para a aquisição da participação detida na CLH - Companhia Logística de Hidrocarburos, S.A., o custo da participação é anualmente revisto, até 10 anos a partir da data do contrato, face ao valor de vendas efectuado. O valor pago no exercício como adicional ao custo de compra ascende a mEuros 777.

O valor recebido de dividendos no exercício de 2006 foi de mEuros 43.591, no entanto, foi reflectido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas o montante de mEuros 44.048, que foi o montante aprovado em Assembleia Geral das respectivas empresas. A diferença de mEuros 457 reparte-se entre mEuros 103, referente a diferenças cambiais que ocorreram no momento do pagamento e que foram reflectidas na rubrica de ganhos (perdas) cambiais, na demonstração de resultados e mEuros 354 ao montante ainda por receber que se encontra registados em outras contas a receber.

Conforme referido na Nota 2.2. d) o *goodwill* positivo relativo a empresas associadas encontra-se incluído na rubrica de participações financeiras em empresas associadas, cujo detalhe, em 31 de Dezembro de 2006, é como se segue:

Companhia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	48.521
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	143
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda.	186
	48.850

5. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

As participações financeiras em empresas participadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido, em 31 de Dezembro

de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, são as seguintes:

FIRMA	SEDE SOCIAL		PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO		VALOR CONTABILÍSTICO	
	LOCALIDADE	PAÍS	2006	2005	2006	2005
ONI, SGPS, S.A. ^(b)	Oeiras	Portugal	-	4,10%	-	19.865
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A. ^(c)	Madrid	Espanha	-	5,00%	-	62.594
PME Capital - Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	Porto	Portugal	1,82%	1,82%	499	499
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	Lisboa	Portugal	1,82%	1,82%	499	499
ADENE - Agência para a Energia, S.A.	Amadora	Portugal	10,98%	10,98%	114	114
Omegás - Soc. D'Étude du Gazoduc Magreb Europe	Tânger	Marrocos	5,00%	5,00%	35	35
Ambelis - Agência para a modernização económica de Lisboa, S.A.	Lisboa	Portugal	2,00%	2,00%	20	20
Clube Financeiro de Vigo	Vigo	Espanha	-	-	19	19
P.I.M. - Parque Industrial da Matola, SARL	Maputo	Moçambique	1,50%	1,50%	19	24
Imopetro - Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda. ^(d)	Maputo	Moçambique	15,38%	22,22%	8	-
OEINERGE - Agência Municipal Energia e Ambiente de Oeiras	Oeiras	Portugal	1,45%	1,45%	1	1
Cooperativa de Habitação da Petrogal, CRL	Lisboa	Portugal	0,07%	0,07%	7	7
CCCC - Cooperativa de Consumo de Pessoal da Petrogal, CRL	Lisboa	Portugal	0,07%	0,07%	(a)	(a)
EDEL - Empresa Editorial Electrónica, Lda.	Lisboa	Portugal	2,22%	2,22%	(a)	(a)
					1.221	83.677

Imparidades de Empresas Participadas

ONI, SGPS, S.A. ^(b)	-	(19.865)
Ambelis - Agência para a modernização económica de Lisboa, S.A.	(7)	(7)
PME Capital - Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	(52)	(52)
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	(145)	(145)
	(204)	(20.069)
	1.017	63.608

(a) Valores das participadas inferiores a mEuros 1.

(b) Participação detida pela Galp Energia, S.A. que foi alienada à EDP Energias de Portugal, S.A., durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, por mEuros 1, valor correspondente à mais valia gerada, dado esta participação financeira se encontrar totalmente provisionada.

(c) Empresa considerada em Empresas Participadas em Dezembro 2005, e incluída em Dezembro de 2006, em Empresas Associadas (Nota 4.), tendo em conta a existência de influência significativa conforme o IAS 28.

(d) Empresa considerada em Empresas Associadas em Dezembro 2005, e incluída em Dezembro de 2006, em Empresas Participadas (Nota 4.).

As participações em participadas foram reflectidas contabilisticamente ao custo de aquisição por impossibilidade de serem

avaliadas ao justo valor (nota 2.2. alínea c)). O valor líquido contabilístico dessas participações ascende a mEuros 1.017.

6. PROVEITOS OPERACIONAIS

Seguidamente, apresenta-se detalhe dos rendimentos operacionais do Grupo, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005:

RUBRICAS	2006	2005
Vendas:		
de mercadorias	4.004.133	4.026.310
de produtos	8.041.904	6.959.082
	12.046.037	10.985.392
Prestação de serviços	163.682	151.916
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	53.088	33.915
Ganhos em imobilizações	246.084	4.780
Subsídios à exploração	5.589	5.471
Outros	62.148	39.200
	366.909	83.366
	12.576.628	11.220.674

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A repartição geográfica das vendas está expressa na Nota 8.

A rubrica de proveitos suplementares inclui essencialmente proveitos relativos a taxas de exploração, taxas de espaços publicitários, taxas de lavagens automáticas, entre outras debitadas a revendedores por utilização da marca GALP.

A rubrica de outros proveitos operacionais – outros inclui o montante de mEuros 38.919 relativo à reposição do terminal Oceânico de Leixões (“Monobóia”) no imobilizado da subsidiária Petrogal, como consequência dos seguintes eventos ocorridos:

- No decurso do exercício de 1996, a Petrogal adjudicou o contrato de construção da Monobóia;
- No decurso do exercício de 2002, a Petrogal reconheceu como custo o montante de mEuros 36.129, correspondente à desvalorização excepcional daquele equipamento, em virtude da sua inadequação ao local em que o mesmo deveria operar,

nomeadamente em virtude das condições climáticas e dos fenómenos naturais que se faziam sentir em Leixões;

- Como consequência da situação anteriormente verificada, a Petrogal e a empresa encarregada da construção da Monobóia iniciaram um processo de arbitragem, com vista ao apuramento das responsabilidades e da viabilidade da Monobóia, tendo a sentença proferida pelo tribunal sido favorável à Petrogal;
- No decurso do exercício de 2006, a construção da nova Monobóia e respectivos testes de operatividade foram concluídos com sucesso, pelo que a Petrogal procedeu ao reconhecimento deste equipamento na rubrica de activos fixos tangíveis por contrapartida da rubrica de outros proveitos operacionais, no montante de mEuros 38.919.

Adicionalmente, relativamente ao processo acima descrito, no decurso de 2006, o Grupo foi notificado do indeferimento do pedido de aceitação pela autoridades fiscais da desvalorização excepcional daquele equipamento abatido em 2002, pelo que procedeu ao pagamento da respectiva liquidação adicional em sede de IRC, no montante de mEuros 12.968, o qual se encontra registado em custos do exercício de 2006 na rubrica de imposto sobre o rendimento (Nota 10.). Contudo, encontra-se por outro lado reconhecido como um ganho, no exercício de 2006, o efeito fiscal da não tributação em sede de IRC do proveito no montante de mEuros 38.919 relativo à incorporação da Monobóia em 2006 nos activos fixos tangíveis do Grupo.

A rubrica de ganhos em imobilizações inclui essencialmente ganhos relativos ao processo denominado de *Unbundling*, nomeadamente as mais-valias no montante de mEuros 237.282 resultantes da alienação dos activos fixos associados à alienação dos activos regulados na área do gás natural (Nota 31.).

7. CUSTOS OPERACIONAIS

O resultado dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foram afectados pelas seguintes rubricas de gastos operacionais:

RUBRICAS	2006	2005
Custo das vendas:		
Mercadorias	2.180.840	2.285.841
Matérias-primas e subsidiárias	5.683.292	4.798.149
Imposto sobre petróleo (Nota 17.)	2.351.304	2.290.837
Variação da produção (Nota 17.)	184.194	(203.185)
Reduções ao inventário (Nota 17.)	548	(9.550)
	10.400.178	9.162.092
Fornecimentos e serviços externos:		
Subcontratos	51.087	13.385
Electricidade, água e comunicações	23.416	22.254
Limpeza e vigilância	8.479	9.253
Combustíveis	1.781	1.359
Material escritório	1.509	1.541
Rendas e alugueres	58.500	51.537
Conservação e reparação	56.990	57.475
Publicidade	32.257	38.091
Deslocações e estadas	5.811	8.130
Transportes de pessoal	964	971
Transporte de mercadorias	71.568	70.673
Seguros	41.966	37.343
Serviços informáticos	26.680	28.290
Estudos e projectos	10.739	11.239
Comissões	10.189	11.007
Honorários e contencioso	3.370	2.665
Serviços jurídicos	311	1.311
Serviços de consultadoria	4.746	3.968
Serviços de leitura, facturação e cobrança	7.332	6.145
Serviços de assistência técnica e inspecção	5.776	4.776
Armazenagem e enchimento	29.251	32.220
Serviços e taxas portuárias	18.790	15.948
Outros serviços especializados	28.732	26.042
Outros custos	66.888	69.951
	567.132	525.574

RUBRICAS	2006	2005
Custos com pessoal:		
Remunerações dos órgãos sociais	5.597	3.886
Remunerações do pessoal	191.744	173.903
Encargos sociais	39.248	37.695
Benefícios de reforma - pensões e seguros (Nota 24.)	51.905	39.789
Outros seguros	8.705	9.008
Outros gastos	9.339	5.353
	306.538	269.634
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis (Nota 13.)	228.923	272.068
Amortizações e imparidades de activos fixos intangíveis (Nota 13.)	27.716	34.728
	256.639	306.796
Provisões e imparidade de contas a receber:		
Provisões e reversões (Nota 26.)	18.700	14.420
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 16.)	16.570	7.618
Perdas de imparidade de outras contas a receber (Nota 15.)	(453)	505
	34.817	22.543
Outros custos operacionais:		
Outros impostos	8.294	8.662
Perdas em imobilizações	3.955	13.865
Outros custos operacionais	49.861	48.759
	62.110	71.286
	11.627.414	10.357.925

A rubrica de outros custos operacionais inclui o montante de mEuros 22.889 relativos ao Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP) associado às vendas de petróleo bruto efectuadas pela subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda., o qual foi determinado com base no regime fiscal Angolano aplicado a contratos de partilha de produção, onde o Grupo participa.

8. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

» SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Por questões estratégicas, o Grupo está actualmente organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Gas & Power;
- Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos;
- Exploração & Produção;
- Outros.

Na sequência do *Unbundling* (Nota 1.), foi descontinuado o segmento de aprovisionamento e transporte de gás natural, bem como alterada a composição da unidade de negócio outros, uma vez que a empresa *holding* GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., passou a fazer parte do segmento do Gas & Power.

Seguidamente, apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, em que se desdobram para melhor detalhe o segmento de Gas & Power nas áreas natural e electricidade:

	GÁS NATURAL		REFINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS		EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Proveitos						
Vendas e prestações de serviços	1.365.509	1.100.685	10.837.818	10.029.800	140.509	66.639
Inter-segmentais	44.416	34.017	2.452	4.046	136.738	66.582
Externas	1.321.093	1.066.668	10.835.366	10.025.754	3.771	57
EBITDA ⁽¹⁾	575.173	298.876	586.564	848.685	79.124	40.181
Gastos não desembolsáveis						
Amortizações e ajustamentos	(34.065)	(53.600)	(194.444)	(229.539)	(24.002)	(18.668)
Provisões (liq.)	2.974	(2.194)	(24.489)	(17.255)	(9.934)	(3.312)
Resultados segmentais	544.082	243.082	367.631	601.891	45.188	18.201
Resultados financeiros	13.226	63.194	(21.621)	(26.129)	(630)	2.212
Imposto sobre o rendimento	(92.433)	(55.380)	(89.263)	(133.835)	310	(53)
Interesses minoritários	(3.375)	(4.863)	263	944	-	-
Resultados líquido IFRS/IAS	461.500	246.033	257.010	442.871	44.868	20.360
	GÁS NATURAL		REFINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS		EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Outras informações						
Activos do segmento ⁽²⁾						
Investimentos financeiros ⁽³⁾	73.191	74.550	74.349	73.584	13	1.383
Outros activos	1.660.503	1.906.057	3.464.859	3.672.536	434.717	272.762
Activos totais consolidados	1.733.694	1.980.607	3.539.208	3.746.120	434.730	274.145
Passivos totais consolidados	739.102	1.228.370	2.393.637	2.334.501	129.812	33.128

(1) Total dos resultados operacionais acrescidos das amortizações, ajustamentos e provisões.

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

ELECTRICIDADE		OUTROS		ELIMINAÇÕES		CONSOLIDADO	
2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
30.287	24.780	119.470	101.038	(283.874)	(185.634)	12.209.719	11.137.308
-	-	100.268	80.989	(283.874)	(185.634)	-	-
30.287	24.780	19.202	20.049	-	-	12.209.719	11.137.308
5.503	3.680	(5.694)	666	-	-	1.240.670	1.192.088
(2.943)	(2.899)	(1.185)	(2.090)	-	-	(256.639)	(306.796)
-	(27)	(3.368)	244	-	-	(34.817)	(22.543)
2.560	755	(10.247)	(1.180)	-	-	949.214	862.749
(1.070)	(1.337)	(456)	(7.297)	-	-	(10.551)	30.643
(276)	251	1.641	180	-	-	(180.021)	(188.836)
(756)	(487)	-	507	-	-	(3.868)	(3.899)
458	(817)	(9.062)	(7.790)	-	-	754.774	700.657
ELECTRICIDADE		OUTROS		ELIMINAÇÕES		CONSOLIDADO	
2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
568	-	258	-	-	(1.362)	148.379	148.155
67.067	48.945	816.123	268.454	(1.349.838)	(382.637)	5.093.431	5.786.117
67.635	48.945	816.381	268.454	(1.349.838)	(383.999)	5.241.810	5.934.272
63.394	47.327	1.229.029	289.094	(1.349.838)	(383.999)	3.205.136	3.548.421

» SEGMENTOS GEOGRÁFICOS

O proveito das vendas e das prestações de serviços e os activos totais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 respeitam essencialmente à actividade desenvolvida em Portugal. A actividade de exploração e produção

é essencialmente desenvolvida em Angola. Adicionalmente, existe uma componente da actividade localizada em Espanha, respeitante à actividade de distribuição e comercialização de combustíveis, cujo proveito das vendas e prestações de serviços e os activos totais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são como segue:

ÁREA GEOGRÁFICA	PROVEITO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		ACTIVOS TOTAIS	
	2006	2005	2006	2005
Espanha	2.040.720	2.243.489	694.024	722.668

9. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é como segue:

	2006	2005
Proveitos financeiros:		
Juros de depósitos bancários	8.390	5.033
Outros proveitos financeiros	20.198	86
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas (Nota 29.)	3.746	3.837
	32.334	8.956
Custos financeiros:		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(35.708)	(41.477)
Juros capitalizados nos activos fixos	148	1.905
Securitização de contas a receber - encargos financeiros (Nota 23.)	(8.020)	(6.353)
Outros custos financeiros	(17.058)	(14.034)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas (Nota 29.)	(1.368)	(2.059)
	62.006	62.018

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A rubrica de outros proveitos financeiros no montante de mEuros 20.198 inclui essencialmente:

- i) mEuros 10.760 respeitantes a juros moratórios recebidos pela Transgás, S.A. relativamente ao Contrato de Cessão de Direitos de Utilização da Infra-estrutura de Telecomunicações, celebrado em 1 de Junho de 1999, por um período de 20 anos com a ONITELECOM, S.A., no âmbito da resolução favorável do processo julgado em tribunal arbitral (Nota 15.);
- ii) mEuros 3.846 relativos a juros vencidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 relativos ao Contrato de Cessão de Direitos anteriormente mencionado.

De acordo com a Nota 2.14., a política do Grupo é capitalizar nos activos fixos tangíveis e intangíveis em construção os juros suportados com a obtenção de empréstimos. A percentagem de capitalização dos juros suportados é proporcional ao montante do investimento efectuado, de acordo com o preconizado no normativo dos custos dos empréstimos obtidos.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2006, o Grupo procedeu à capitalização, na rubrica de imobilizado em curso, do montante de mEuros 148, relacionados com encargos financeiros incorridos com empréstimos para financiamento de investimentos em activos fixos tangíveis e intangíveis durante o seu período de construção.

As empresas do Grupo com sede em Portugal Continental e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é superior a 90% passaram, a partir de 31 de Dezembro de 2001, a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp Energia, SGPS, S.A., com excepção das seguintes empresas: Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.; Duriensegás - Sociedade de Distribuição de Gás Natural do Douro, S.A.; Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.; Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda.; Sacor Marítima, S.A.; S.M. Internacional - Transportes Marítimos, Lda.; Gasmar - Transportes Marítimos, Lda.; TRIPUL - Sociedade de Gestão de Navios, Lda.; CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.; CLC - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.; Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda.; Galp Açores - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda.; Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.; Combustíveis Líquidos, Lda.; Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.; Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.; Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.; Caiageste - Gestão de Áreas de Serviços, Lda.; Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A.; Blue Flag Navigation - Transportes Náuticos, Lda.; FastAccess - Operações e Serviços de Comércio Electrónico, S.A.; A.S.A. - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.; Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.; Powercer - Sociedade de Cogeração de Vialonga, S.A.

Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias é registado com base nos seus resultados fiscais que, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, representa um imposto a pagar no montante de mEuros 78.399.

As seguintes situações podem afectar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- i) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados

ou suspensos. Verificou-se, durante o exercício de 2001, a ocorrência de uma inspecção por parte das autoridades fiscais apresentadas pela Petrogal cujas propostas de correcção se encontram resumidas no ponto ii) abaixo. Adicionalmente, no decurso do exercício de 2004, as declarações fiscais da Petrogal dos exercícios de 2000 a 2002 foram objecto de uma inspecção por parte das autoridades fiscais, cujas propostas de correcção se encontram resumidas no ponto iii) abaixo. As declarações fiscais das empresas do Grupo, relativas aos exercícios de 2003 a 2006, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A administração da Galp considera que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 Dezembro de 2006;

ii) Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu, durante o exercício de 2001, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1997, 1998 e 1999 da qual resultaram propostas de correcção à matéria colectável comunicada pela Petrogal, S.A. nos montantes de mEuros 68, mEuros 429 e mEuros 3.361, respectivamente. Por não concordar com as mesmas, a Petrogal, S.A. apresentou reclamações gratuitas para os exercícios de 1998 e 1999, contestando as correcções proferidas pelas autoridades fiscais, sendo convicção da Administração da Petrogal, S.A. que os fundamentos apresentados naquelas reclamações são válidos. No decorrer do exercício de 2006, a reclamação relativa ao exercício de 1998 foi indeferida. Por não concordar com o indeferimento, a Petrogal, S.A. apresentou impugnação judicial da decisão proferida. Em consequência, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 não incluem qualquer provisão para fazer face a esta contingência;

iii) A administração do Grupo entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006;

iv) Conforme mencionado no ponto i) acima, ocorreu, durante o exercício de 2004, uma inspecção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 2000, 2001 e 2002 da

qual resultaram liquidações adicionais à matéria colectável comunicada pela Petrogal nos montantes de mEuros 740, mEuros 10.806 e mEuros 2.479, respectivamente, que se encontram parcialmente pagas no montante de mEuros 11.865. Adicionalmente, e com referência ao exercício de 2001, a Petrogal procedeu à impugnação judicial da liquidação emitida. Nessa medida, e atendendo ao princípio da prudência, a Petrogal procedeu à constituição de uma provisão para fazer face às referidas liquidações no montante de mEuros 7.394 (Nota 26.);

v) Derivado das operações de pesquisa e produção petrolífera em Angola, o Grupo encontra-se ainda sujeito ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP) determinado com base no regime fiscal Angolano, aplicado aos contratos de partilha de produção onde o Grupo participa. Em 31 de Dezembro de 2006, encontravam-se pendentes de pagamento, liquidações adicionais recebidas em sede de IRP relativas aos exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005 nos montantes de 1.668.042 Usd, 3.650.434 Usd, 4.500.922 Usd e 5.373.961 Usd, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo tem constituída uma provisão para este efeito, no equivalente a cinquenta por cento dos valores comunicados pelo Ministério das Finanças de Angola, no montante global de mEuros 5.768 (Nota 26.), dado que o Grupo entende que aquelas liquidações se encontram em discussão;

vi) Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. No que refere aos prejuízos fiscais das empresas do Grupo com sede em território espanhol, o período de reporte dos prejuízos fiscais é de 15 exercícios. Em 31 de Dezembro de 2006, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a aproximadamente mEuros 43.873. O Grupo entendeu registar impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis apenas para as subsidiárias em que existem perspectivas seguras de recuperação. Assim sendo, o Grupo apenas registou mEuros 11.823 de imposto diferido activo, cujo detalhe é como se segue:

PREJUÍZOS FISCAIS	MONTANTE	ANO LIMITE DE UTILIZAÇÃO	CONTABILIZADO ID ACTIVO
Gerados no exercício de 1997	1.121	2012	-
Gerados no exercício de 2000	12.628	2015	3.789
Gerados no exercício de 2001	3.690	2007	-
Gerados no exercício de 2002	33	2008	-
Gerados no exercício de 2003	62	2009	-
Gerados no exercício de 2003	1.443	2018	433
Gerados no exercício de 2004	30	2010	-
Gerados no exercício de 2004	2.998	2019	900
Gerados no exercício de 2005	13.714	2020	4.245
Gerados no exercício de 2006	8.154	2021	2.456
	43.873		11.823

vii) De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de empresas do Grupo e associadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados rendimentos ou gastos, respectivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos. Não foram registados impostos diferidos passivos relacionados com lucros não distribuídos pelas subsidiárias.

Os impostos sobre o rendimento, reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, são detalhados como segue:

	2006	2005
Imposto corrente	196.409	140.057
Insuficiência (excesso) estimativa imposto anos anteriores	13.613	(8.124)
Imposto diferido	(30.001)	56.903
	180.021	188.836

O montante de insuficiência de estimativa de imposto inclui o montante de mEuros 12.968 referente à não aceitação como custo para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) referente à amortização extraordinária decorrente da desvalorização excepcional do Terminal Oceânico de Leixões (Nota 6.). Como consequência, em compensação daquele custo, o Grupo não procedeu em 2006 à tributação em sede de IRC do proveito registado com a reposição daquele imobilizado que teve o efeito fiscal de mEuros 10.703.

Seguidamente, apresenta-se a reconciliação do imposto do exercício sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, e o detalhe dos impostos diferidos:

	2006	2005
Resultado Antes de Impostos de acordo com o normativo IFRS/IAS:	938.663	893.392
Ajustamento para o normativo POC	50.490	(334.046)
Resultado Antes de Impostos de acordo com o normativo POC	989.153	559.346
Ajustamento para efeitos fiscais (efeito cumulativo) ^(a)	1.398.273	872.664
Resultado agregado para efeitos fiscais antes de impostos	2.387.426	1.432.010
Acréscimos à matéria colectável	371.672	424.907
Provisões não aceites fiscalmente	131.246	93.480
Realizações de utilidade social não dedutíveis	13.585	13.498
Outros Acréscimos ^(b)	210.086	283.763
Equivalência Patrimonial	16.755	34.166
Decréscimos à matéria colectável	(2.018.284)	(1.331.723)
Redução/utilização de provisões tributadas em exercícios anteriores	(96.805)	(61.614)
Excesso de estimativa impostos	(4.530)	(8.720)
Outras deduções ^(c)	(476.182)	(345.122)
Equivalência Patrimonial	(1.432.544)	(911.542)
Resultados negativos para efeitos fiscais	(8.223)	(4.725)
Matéria colectável	740.814	525.194
IRC liquidado	179.065	128.296
Derrama	16.682	11.275
Tributações autónomas	662	486
Estimativa de imposto corrente do exercício	196.409	140.057
Imposto diferido e excesso de estimativa do exercício	(16.388)	48.779
Imposto sobre o rendimento	180.021	188.836
Taxa efectiva de imposto	19,18%	21,14%

(a) Este montante foi obtido pela soma do resultado antes de imposto, de acordo com o normativo POC, de todas as empresas incluídas no perímetro de consolidação durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

(b) Este montante corresponde essencialmente a menos valias contabilísticas no valor de mEuros 171.676.

(c) Este montante corresponde essencialmente: (i) ao resultado antes de imposto da subsidiária Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda. no valor de mEuros 44.173, o qual não é sujeito a tributação por esta se encontrar abrangida pelo Decreto-lei n.º 215/89, de 1 de Julho; (ii) ao montante de mEuros 38.918 que corresponde ao proveito reconhecido pela reposição da Monobóia o qual não foi sujeito a tributação, conforme acima mencionado e (iii) ao montante de mEuros 368.481 referente a mais-valias contabilísticas.

De acordo com o artigo 15.º do Decreto-lei n.º 35/2005 de 17 de Fevereiro, para efeitos fiscais, nomeadamente de apuramento do lucro tributável, as entidades que elaborem as contas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade

são obrigadas a manter a contabilidade organizada de acordo com a normalização contabilística em Portugal e demais disposições legais em vigor para o respectivo sector de actividade.

IMPOSTO DIFERIDO				
	IMPOSTOS DIFERIDOS 2006		IMPOSTOS DIFERIDOS 2005	
	ACTIVOS	PASSIVOS	ACTIVOS	PASSIVOS
Reavaliações contabilísticas	-	(4.338)	-	(5.898)
Provisões não aceites fiscalmente	39.129	-	49.911	-
Prejuízos fiscais reportáveis	11.823	-	9.084	-
Benefícios de pensões	60.855	(5.300)	54.284	(5.500)
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	7.637	(3.495)	11.801	-
Mais valias reinvestidas	-	(1.625)	-	(1.876)
Ajustamentos LIFO/FIFO	161	(76.204)	-	(110.263)
Instrumentos financeiros	771	(1.543)	1.138	-
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis	16.728	-	26.237	-
Dupla tributação económica	7.605	-	4.952	-
Outros	788	(422)	1.517	(8.738)
	145.497	(92.927)	158.924	(132.275)

IMPOSTO DIFERIDO

	IMPOSTOS DIFERIDOS 2006		IMPOSTOS DIFERIDOS 2005	
	ACTIVOS	PASSIVOS	ACTIVOS	PASSIVOS
Saldo inicial	158.924	(132.275)	138.062	(53.908)
Efeito em resultados:				
Reavaliações contabilísticas	-	1.560	-	1.414
Provisões não aceites fiscalmente	(10.782)	-	16.366	-
Prejuízos fiscais reportáveis	2.739	-	3.417	-
Benefícios de pensões	6.602	200	3.778	(439)
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	(4.164)	(3.495)	(679)	-
Mais valias reinvestidas	-	251	-	(763)
Ajustamentos LIFO/FIFO	161	34.059	-	(72.236)
Instrumentos financeiros	823	(1.543)	(1.737)	997
Ajustamentos em activos tangíveis e intangíveis	(6.650)	-	(2.452)	-
Dupla tributação económica	2.653	-	4.952	-
Outros	(729)	8.316	(2.181)	(7.340)
	(9.347)	39.348	21.464	(78.367)
Efeito em capital próprio:				
Derivados financeiros	(1.190)	-	(602)	-
Variações do perímetro de consolidação: ^(a)	(2.890)	-	-	-
Saldo final	145.497	(92.927)	158.924	(132.275)

(a) Esta variação de perímetro corresponde às saídas por alienação da Gásfomento – Sistemas de Instalações de Gás, S.A., da Transgás Atlântico – Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A., do Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. e do Gasoduto Braga - Tuy, S.A. no decurso do destaque das actividades de transporte e armazenagem para a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. (Nota 3. f) e g)).

11. RESULTADOS POR ACÇÃO

Foi aprovado em Assembleia Geral, de 31 de Maio de 2006, a alteração do valor nominal das acções representativas do capital social da Empresa, de Euros 5 para Euros 1, mediante a substituição de cada uma das actuais acções por cinco novas acções, mantendo-se

inalterado o valor do capital social da sociedade (Nota 20.).

Consequentemente, o resultado por acção em Dezembro 2006 e 2005 foi o seguinte:

	2006	2005 ^{a)}
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido do exercício)	754.774	700.659
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (nota 20.)	829.250.635	829.250.635
Resultado por acção básico (valores em Euros):	0,91	0,84

a) Resultado por acção reexpresso para o novo número de acções a Dezembro de 2006.

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

12. GOODWILL

A diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em empresas do Grupo e o justo valor dos capitais próprios

das empresas adquiridas era, em 31 de Dezembro de 2006, conforme segue:

SUBSIDIÁRIAS	ANO DE AQUISIÇÃO	CUSTO AQUISIÇÃO	PROPORÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ADQUIRIDOS À DATA DE AQUISIÇÃO		DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO	
			%	MONTANTE	2006	2005
Petróleos de Valencia, S.A.	2005	13.937	100,00%	6.099	7.838	7.838
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	2003	16.290	100,00%	9.494	6.723	6.795
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	a)	a)	a)	a)	-	5.063
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.	2005	50	100,00%	(353)	403	403
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	2005	858	67,65%	580	278	278
Lusitaniagás - Companhia Gás do Centro, S.A.	2002 e 2003	365	0,871%	207	99	99
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	2003 e 2006	145	0,91%	94	51	4
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A.	2006	3.094	25,00%	1.454	1.640	-
					17.032	20.480

a) O montante mEuros 5.063 resulta de ajustamentos efectuados (para efeitos de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo Galp Energia) nas demonstrações financeiras originais consolidadas da Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A. e GDP, SGPS, S.A., pelo reconhecimento da diferença de consolidação no activo correspondente à diferença entre o custo de aquisição desta participação e os respectivos capitais próprios, na data da sua aquisição.

Estas diferenças de consolidação foram reconhecidas na demonstração dos resultados, em 2006, resultado da alienação de parte dos activos da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., à REN, realizada em 26 de Setembro de 2006.

O *goodwill* gerado, em aquisições anteriores à data da Transição para IFRS, encontra-se registado tal como referido na Nota 2.2. d).

O movimento do *goodwill* durante o ano de 2006 e 2005 é apresentado como se segue:

Saldo em 1 de Janeiro de 2005	11.961
Aumento devido a aquisição de participações financeiras:	
Petróleos de Valencia, S.A.	7.838
Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A.	403
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	278
	8.519
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	20.480
Abates:	
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (Nota 31.)	(5.063)
	(5.063)
Aumento devido a aquisição de participações financeiras:	
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras S.A.	47
Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A.	1.640
	1.687
Ajuste do preço de aquisição da Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	541
Imputação de perdas por imparidade ao valor líquido das estações de serviço:	
Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A.	(613)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	17.032

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, ocorreu um aumento do *goodwill* registado no montante de mEuros 8.519, que resultou da aquisição das seguintes participações financeiras:

- A subsidiária Galp Energia España, S.A. adquiriu em Fevereiro de 2005, 100% do capital da Petróleos de Valencia, S.A. Sociedad Unipersonal cuja actividade é o depósito, armazenamento e distribuição de produtos petrolíferos e produtos químicos, seus derivados e subprodutos, pelo montante de mEuros 13.937, gerando um *goodwill* no montante de mEuros 7.838;
- A subsidiária Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. adquiriu em Maio de 2005 100% do capital da Gasinsular - Combustíveis do Atlântico, S.A., cuja actividade principal é a distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base, lubrificantes e outros derivados do petróleo, pelo montante de mEuros 50, gerando um *goodwill* no montante de mEuros 403;
- A subsidiária Galp Açores - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda. adquiriu no decurso do exercício de 2005 12,17% de participação da empresa Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A. pelo valor de mEuros 858, tendo gerado um *goodwill* de mEuros 278.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ocorreu um aumento do *goodwill* no montante de mEuros 2.228, que resultou da aquisição e ajustamentos ao valor de aquisição das seguintes participações:

- A GDP Distribuição, SGPS, S.A. adquiriu, em Julho de 2006, 25% do capital da empresa Duriensegás - Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A. pelo montante de mEuros 3.094, gerando um *goodwill* de mEuros 1.640;
- A GDP Distribuição, SGPS, S.A. adquiriu, em Fevereiro de 2006, 0,43% do capital da empresa Beiragás - Companhia de Gás das Beiras S.A. pelo montante de mEuros 90, tendo gerado um aumento de *goodwill* de mEuros 47.

Adicionalmente, o Grupo procedeu ao reconhecimento de um ajustamento final ao preço de compra da empresa Galpgest - Petrogal Estaciones de Servicio, S.A., resultante do cumprimento da cláusula estabelecida no Contrato de Compra, no montante de mEuros 541. Associado a este *goodwill* foi reconhecida uma perda por imparidade sobre o *goodwill* resultante do estudo da imparidade das estações de serviço realizado em 2006, qual ascendeu a mEuros 613.

13. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

» ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO
Custo de aquisição:						
Saldo em 01 de Janeiro	267.060	739.295	4.923.016	27.810	5.437	131.512
Adições	658	4.973	91.372	309	209	1.149
Abates/vendas	(67.986)	(52.375)	(899.271)	(4.807)	(1.246)	(4.696)
Regularizações	-	(1.121)	4.496	(91)	(4)	369
Transferências	5.024	20.266	330.946	61	108	4.540
Variação de perímetro	-	(6.799)	(251.813)	(122)	(174)	(843)
Custo aquisição bruto em 31 de Dezembro	204.756	704.239	4.195.196	23.160	4.330	132.032
Saldo de imparidades em 01 de Janeiro	(6.707)	(6.308)	(22.133)	(120)	-	(4.181)
Aumento de imparidades	(388)	(8.397)	(9.819)	-	(23)	(1)
Reversões de imparidades	1.987	-	6.942	-	-	95
Utilização de imparidades	-	-	-	-	-	-
Saldo de imparidades em 31 de Dezembro	(5.108)	(14.704)	(21.461)	(120)	(23)	(4.087)
Saldo de subsídios ao investimento em 01 de Janeiro	(20.205)	(15.834)	(633.935)	-	(21)	(811)
Aumento subsídios ao investimento	(46)	(90)	(3.967)	-	-	(39)
Diminuição subsídios ao investimento	-	-	7.038	-	-	-
Abates/vendas	18.968	7.504	258.168	-	-	-
Variação de perímetro	-	2.347	89.175	-	13	82
Saldo de subsídios ao investimento em 31 de Dezembro	(1.283)	(6.073)	(283.520)	-	(8)	(769)
Saldo em 31 de Dezembro	198.365	683.462	3.890.215	23.040	4.299	127.176

2006					2005
TARAS E VASILHAME	OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE ACTIVOS TANGÍVEIS	TOTAL DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
145.200	99.543	409.447	2.310	6.750.630	6.568.579
1.232	4.464	207.232	927	312.525	337.299
(1.595)	(3.458)	(1.221)	(219)	(1.036.874)	(178.702)
(439)	(524)	9.979	(9)	12.656	(6.909)
5.039	5.373	(342.824)	-	28.533	(7.336)
-	(81)	(7)	-	(259.839)	37.699
149.437	105.316	282.607	3.008	5.804.081	6.750.630
-	(538)	(35.517)	-	(75.504)	(50.095)
-	(431)	(117)	-	(19.176)	(25.409)
-	-	429	-	9.453	-
-	-	-	-	-	-
-	(968)	(35.205)	-	(81.676)	(75.504)
-	(2)	(38.521)	-	(709.329)	(691.145)
-	-	(5.347)	-	(9.489)	(18.184)
-	-	-	-	7.038	-
-	-	30.267	-	314.907	-
-	2	-	-	91.619	-
-	-	(13.601)	-	(305.254)	(709.329)
149.436	104.348	233.801	3.008	5.417.150	5.965.797

» **ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO
Amortizações acumuladas:						
Saldo em 01 de Janeiro	(9.374)	(396.140)	(2.840.882)	(25.077)	(4.738)	(108.683)
Amortização do exercício	(198)	(26.061)	(182.388)	(1.038)	(267)	(7.789)
Abates/venda	6.297	18.116	126.271	4.740	1.186	4.308
Regularizações	-	405	6.732	75	1	56
Transferências	-	-	(1.089)	-	-	(197)
Variação de perímetro	-	713	32.641	94	105	640
Saldo em 31 de Dezembro	(3.275)	(402.967)	(2.858.715)	(21.206)	(3.713)	(111.665)
Saldo de reconhecimento de subsídios em 01 de Janeiro	2.184	5.126	138.314	-	11	760
Aumento subsídios ao investimento	-	247	11.884	-	-	15
Diminuição subsídios ao investimento	-	-	(7.038)	-	-	-
Abates/vendas	(2.020)	(2.462)	(35.604)	-	-	-
Variação de perímetro	-	(190)	(9.671)	-	(4)	(39)
Saldo de reconhecimento de subsídios em 31 de Dezembro	164	2.721	97.885	-	7	736
Saldo acumulado	(3.111)	(400.246)	(2.760.830)	(21.206)	(3.706)	(110.929)
Valor líquido:						
em 31 de Dezembro	195.254	283.216	1.129.385	1.834	593	16.247

2006					2005
TARAS E VASILHAME	OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE ACTIVOS TANGÍVEIS	TOTAL DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
(126.616)	(54.575)	-	-	(3.566.085)	(3.343.422)
(6.596)	(7.009)	-	-	(231.346)	(283.706)
1.595	2.862	-	-	165.375	81.303
156	53	-	-	7.478	(1.150)
-	213	-	-	(1.073)	-
-	42	-	-	34.235	(19,110)
(131.461)	(58.414)	-	-	(3.591.416)	(3.566.085)
-	1	-	-	146.396	118.013
-	-	-	-	12.146	28.383
-	-	-	-	(7.038)	-
-	-	-	-	(40.086)	-
-	(1)	-	-	(9.905)	-
-	-	-	-	101.513	146.396
(131.461)	(58.414)	-	-	(3.489.903)	(3.411.025)
17.975	45.934	233.801	3.008	1.927.247	2.554.772

Os activos fixos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na nota 2.3. As taxas de amortização que estão a ser aplicadas constam na mesma nota.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de activos tangíveis e activos intangíveis (reconversões) são registados no activo, como dedução

aos respectivos bens, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como dedução às amortizações do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados, conforme explicado na nota 2.8.

» **ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS**

	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	DESPESAS INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES
Custo de aquisição:				
Saldo em 01 de Janeiro	4.550	11.778	250.584	26.314
Adições	-	5	8.860	-
Abates/vendas	(1.925)	(100)	(11.530)	(94)
Regularizações	125	(14)	(348)	1
Transferências	325	87	10.794	(15.247)
Variação de perímetro	-	-	(13.095)	-
Custo aquisição bruto em 31 de Dezembro	3.074	11.756	245.265	10.974
Saldo de imparidades em 01 de Janeiro	-	(1)	(9.074)	-
Aumento de imparidades	-	(4)	-	(713)
Reversões de imparidades	-	-	2.478	-
Utilização de imparidades	-	-	-	-
Saldo de imparidades em 31 de Dezembro	-	(4)	(6.596)	(713)
Saldo de subsídios ao investimento em 01 de Janeiro	(181)	(8.811)	(570)	-
Aumento subsídios ao investimento	-	-	-	-
Diminuição subsídios ao investimento	-	-	-	-
Abates/vendas	181	3	-	-
Variação de perímetro	-	-	-	-
Saldo de subsídios ao investimento em 31 de Dezembro	-	(8.808)	(570)	-
Saldo em 31 de Dezembro	3.074	2.943	238.099	10.261

2006				2005
RECONV. DE CONSUMOS PARA GÁS NATURAL	ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES DE ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL DE ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL DE ACTIVOS INTANGÍVEIS
254.338	42.428	-	589.992	522.455
410	27.810	-	37.085	58.448
(186)	-	-	(13.835)	(23.956)
(1.186)	130	-	(1.292)	(2.137)
30.008	(54.651)	-	(28.684)	34.365
-	-	-	(13.095)	816
283.384	15.717	-	570.170	589.991
-	-	-	(9.075)	(1.283)
-	-	-	(717)	(7.599)
-	-	-	2.478	-
-	-	-	-	-
-	-	-	(7.313)	(8.882)
(31.323)	-	-	(40.885)	(37.415)
(10.434)	45	-	(10.389)	(3.470)
6.640	-	-	6.640	-
-	-	-	184	-
-	-	-	-	-
(35.116)	45	-	(44.449)	(40.885)
248.268	15.762	-	518.407	540.224

» ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	DESPESAS INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES
Amortizações acumuladas:				
Saldo em 01 de Janeiro	(3.456)	(7.686)	(111.063)	(10.975)
Amortização do exercício	(501)	(655)	(19.888)	(527)
Abates/venda	1.630	58	8.721	94
Regularizações	(667)	16	2.784	-
Transferências	15	(22)	(24)	1.256
Variação de perímetro	-	-	4.326	-
Saldo em 31 de Dezembro	(2.979)	(8.289)	(115.144)	(10.152)
Saldo de reconhecimento de subsídios em 01 de Janeiro	181	6.591	355	-
Aumento subsídios ao investimento	-	27	57	-
Diminuição subsídios ao investimento	-	-	-	-
Abates/vendas	(180)	-	-	-
Variação de perímetro	-	-	-	-
Saldo de reconhecimento de subsídios em 31 de Dezembro	1	6.618	412	-
Saldo acumulado	(2.978)	(1.670)	(114.731)	(10.153)
Valor líquido:				
em 31 de Dezembro	97	1.273	123.368	108

Os activos fixos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na nota 2.4.. As respectivas taxas de amortização que estão a ser praticadas encontram-se definidas na mesma nota.

» PRINCIPAIS INCIDÊNCIAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2006:

Os aumentos do ano, verificados nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis, no montante de mEuros 349.610, incluem essencialmente:

Segmento de Exploração & Produção petrolífera

- Custos de exploração e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola no Bloco 14,

no montante de mEuros 61.385, e nos Blocos 32 e 33, nos montantes de mEuros 13.354 e mEuros 4, respectivamente;

- Custos de desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto no Brasil, nas Bacias de Espírito Santo, Potiguar, Sergipe/Alagoas e Santos no montante de mEuros 26.347.

Segmento de Gas & Power

- mEuros 74.979 relativos à construção de infra-estruturas (redes, ramais, lotes e outras infra-estruturas) de gás natural;
- mEuros 23.705 relativo a investimentos na comparticipação em redes partilhadas e reconversão de consumos para gás natural;

2006				2005
RECONV. DE CONSUMOS PARA GÁS NATURAL	ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES DE ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL DE ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL DE ACTIVOS INTANGÍVEIS
(54.944)	-	-	(188.124)	(164.357)
(13.249)	-	-	(34.820)	(32.311)
15	-	-	10.518	19.426
7	-	-	2.140	(10.304)
-	-	-	1.225	-
-	-	-	4.326	(578)
(68.171)	-	-	(204.735)	(188.124)
5.443	-	-	12.570	10.012
5.259	-	-	5.343	2.558
(6.640)	-	-	(6.640)	-
-	-	-	(180)	-
-	-	-	-	-
4.062	-	-	11.093	12.570
(64.108)	-	-	(193.640)	(172.930)
184.159	15.762	-	324.767	367.294

- mEuros 13.441 relativos a construção de infra-estruturas de armazenagem subterrânea.

Segmento de Refinação & Distribuição de produtos petrolíferos

- mEuros 26.054 relativos à área do retalho essencialmente em remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de actividades, desenvolvimento dos sistemas de informação;
- As refinarias de Sines e Porto efectuaram investimentos totais no montante de mEuros 15.512, dos quais mEuros 5.676 são relativos a projectos de Conformidade (visam dar cumprimento a normas legais, designadamente em matérias de ambiente, higiene e segurança ou especificação de produtos, bem como

os que antecipam o cumprimento de normas futuras), mEuros 109 relativos ao projecto de armazenagem e expedição de betumes, substituição de tubagem e *revamping* de unidades nos montantes de mEuros 3.202 e mEuros 437, respectivamente;

- A área de GPL (Gás) realizou investimentos no montante de mEuros 10.759 em modernização de enchimento de garrafas, nomeadamente para adaptação de redes, requalificação e aquisição de novas garrafas para o projecto do parque de Sines;
- mEuros 1.476 relativos a custos adicionais com a instalação da Monobóia (Nota 6.).

No decurso do exercício de 2006 foram abatidos bens de natureza tangível e intangível, os quais se encontravam, na sua maioria,

totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de activos levada a cabo neste exercício pela Petrogal.

Em 31 de Dezembro de 2006, encontram-se constituídas imparidades de activos no montante de mEuros 88.989 relativo a ajustamentos ao valor dos activos imobilizados, os quais dizem respeito nomeadamente a:

- i) mEuros 33.325 para fazer face à imparidade do Bloco 33;
- ii) mEuros 17.674 para fazer face à imparidade de postos de abastecimento na rede de Espanha;

iii) mEuros 7.253 para fazer face à imparidade de postos de abastecimento em Portugal;

iv) mEuros 3.876 para fazer face à imparidade do parque de Aveiro;

v) mEuros 7.051 para fazer face à imparidade da Monobóia;

vi) mEuros 256 para fazer face à imparidade dos terrenos da Soturis;

vii) mEuros 60 para fazer face à imparidade das redes de GPL.

Em 31 de Dezembro de 2006, os activos tangíveis afectos à actividade de exploração de petróleo bruto e respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas são como segue:

» ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	VALORES BRUTOS	AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADES ACUMULADAS	VALORES LÍQUIDOS
Custos de exploração e desenvolvimento relativos a áreas já em produção	326.905	(97.315)	229.590
Bónus de assinatura de áreas já em produção	993	-	993
Imobilizado em curso	106.388	(33.325)	73.063
	434.286	(130.640)	303.646

A repartição dos activos fixos tangíveis e intangíveis em curso (incluindo adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis

e intangíveis, deduzido de subsídios e perdas de imparidade), em 31 de Dezembro de 2006, é composto como se segue:

	ACTIVO BRUTO	SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO	ACTIVO LÍQUIDO
Pesquisa e exploração de petróleo nos blocos 32 e 33 em Angola	84.612 ^(a)	-	84.612
Pesquisa e exploração de petróleo nas bacias de Potiguar, Sergipe/Alagoas, Espírito Santo e Santos - Brasil	38.460	-	38.460
Renovação e expansão da rede	25.943	-	25.943
Pesquisa e exploração de petróleo no Bloco A - IMI & Bloco 14 - Congo e Angola	21.776	-	21.776
Armazenagem subterrânea de gás natural	25.620	(4.224)	21.396
Construção de redes e reconversões de gás natural	14.827	(155)	14.672
Central de cogeração em Sines	14.330	-	14.330
Investimentos industriais afectos às refinarias	12.138	-	12.138
Leixões - substituição de tubagens - Refinaria do Porto	7.255	-	7.255
Estudos e licenciamentos - Refinaria do Porto	2.676	-	2.676
Monobóia - instalação e peças de reserva	1.007	-	1.007
Inspecção e beneficiação de drenos - 2ª fase - Refinaria do Porto	913	-	913
Remodelação armazenagem/expedição betume - Refinaria de Sines	906	-	906
Pesquisa de petróleo na Costa Portuguesa	711	-	711
Substituição de <i>pipelines</i> - Refinaria do Porto	593	-	593
Estudos e licenciamentos - Refinaria de Sines	579	-	579
<i>Scheduling e Blend. + Perform. Manag.</i>	564	-	564
<i>Revamping</i> das unidades de Claus	382	-	382
Construção de redes e reconversões de gás natural - UAG's	1.258	(923)	335
Enchimento de produtos químicos - Refinaria do Porto	228	-	228
Outros projectos	87	-	87
	254.865	(5.302)	249.563

(a) Este valor encontra-se líquido da imparidade de mEuros 33.325 referente ao Bloco 33.

14. SUBSÍDIOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os valores recebidos e por receber de subsídios era o seguinte:

PROGRAMA	GDP	PETROGAL	OUTROS	2006	2005
Regen					
Valor recebido	-	-	-	-	79.361
	-	-	-	-	79.361
Programa Energia					
Valor recebido	116.236	-	-	116.236	163.530
Por receber	201	-	-	201	-
	116.437	-	-	116.437	163.530
Interreg II					
Valor recebido	19.275	-	-	19.275	143.069
Por receber	-	-	-	-	-
	19.275	-	-	19.275	143.069
Trans-Energy					
Valor recebido	-	-	-	-	90.490
Por receber	-	-	-	-	1.128
	-	-	-	-	91.618
Protede					
Valor recebido	19.708	-	-	19.708	19.708
	19.708	-	-	19.708	19.708
Programa operacional economia					
Valor recebido	194.641	-	300	194.941	232.189
Por receber	1.861	-	-	1.861	2.864
	196.502	-	300	196.802	235.053
Dessulfuração de Sines					
Valor recebido	-	13.203	-	13.203	13.203
Por receber	-	26.310	-	26.310	26.310
	-	39.513	-	39.513	39.513
Dessulfuração do Porto					
Valor recebido	-	11.797	-	11.797	11.797
Por receber	-	23.510	-	23.510	23.510
	-	35.307	-	35.307	35.307
Outros					
Valor recebido	-	11.891	-	11.891	9.592
Por receber	-	-	-	-	-
	-	11.891	-	11.891	9.592
Total	351.922	86.711	300	438.933	816.751

No decurso do exercício findo em 31 Dezembro de 2006, foram reconhecidos em resultados proveitos com subsídios no montante de mEuros 46.360 (Nota 13.). As reduções nos montantes de subsídios recebidos de mEuros 378.187 são relativos à operação de *unbundling* da actividade de aprovisionamento e transporte de gás natural (Nota 31.).

Adicionalmente, no exercício de 2006 foram recebidos subsídios no montante de mEuros 19.328.

Do montante de mEuros 51.882 de subsídios por receber, que se encontra registado na rubrica de outras contas a receber, o montante de mEuros 49.820 respeita a subsídios a receber do Estado Português (Nota 15.), resultante do “Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol sobre a compensação a fazer à Petrogal” datado de 21 de Dezembro de 1998, por investimentos relativos à dessulfuração de gasóleo nas refinarias de Sines e do Porto. O valor remanescente, no montante de mEuros 2.062, é relativo a programas de incentivos a expansão da rede de gás natural (Nota 15.).

15. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes apresentava o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

RUBRICAS	2006		2005	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Estado e outros entes públicos:				
IRC - Pagamentos especiais por conta	220	-	-	-
IVA - Reembolsos solicitados	15.722	-	12.999	-
Segurança social	188	-	6	-
ISP	102	-	42	-
Outros	157	-	131	-
Empréstimos a empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 29.)	-	55.927	-	60.193
Outras operações - empresas associadas, relacionadas e participadas (Nota 29.)	1.243	-	647	-
Outros devedores - empresas associadas, relacionadas e participadas (Nota 29.)	1.940	807	4.289	-
Estado Português (Nota 14.)	49.820	-	49.820	-
Operações de <i>trading</i> de gás natural	22.496	-	-	-
Grupo EDP - Electricidade de Portugal	29	-	25.002	-
Meios de pagamento	9.609	-	11.547	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	6.602	13.080	7.162	21.485
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	11.930	-	6.855	-
Empréstimo à Sonangol no âmbito do contrato de produção do Bloco 14	4.531	-	4.856	-
Subsídios a receber (Nota 14.)	2.062	-	3.992	-
Adiantamentos a fornecedores	2.892	-	3.304	-
Imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)	19.241	-	3.236	-
Pessoal	2.028	-	3.045	-
Fundo de pensões - recuperação de desembolsos	8.676	-	2.060	-
Saldos devedores de fornecedores	1.260	-	784	-
IVA - Regularizações suportado no exterior	1.731	-	-	-
Empréstimos a clientes	541	2.819	-	2.890
Depósitos bancários cativos a empréstimo do BEI	-	3.872	-	-
Outros	26.245	830	26.456	1.954
	189.265	77.335	166.233	86.522
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	58.815	-	84.883	-
Juros a receber	7.833	-	5.629	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento	3.775	-	4.010	-
<i>Swap</i> petróleo bruto Bloco 14	286	-	1.486	-
<i>Rappel</i> a receber sobre compras efectuadas em 2006	1.992	-	1.446	-
Outros acréscimos de proveitos	10.250	-	1.320	-
	82.951	-	98.774	-

RUBRICAS	2006		2005	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Custos diferidos:				
Despesas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	39.624	-	39.171	-
Benefícios de reforma (Nota 24.)	4	28.998	-	9.711
Juros e outros encargos financeiros	1.967	33	2.678	15
Custos com catalizadores	3.063	-	4.615	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	341	-	336	-
Seguros pagos antecipadamente	2	-	5.401	-
Outros custos diferidos	6.033	390	10.612	-
	51.034	29.421	62.813	9.726
Imparidade de outras contas a receber	(4.548)	-	(5.303)	
	318.702	106.757	322.517	96.248

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido, durante o ano de 2006, na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	UTILIZAÇÃO	REGULARIZAÇÃO	SALDO FINAL
Outras contas a receber	5.303	718	(1.171)	(64)	(238)	4.548
	5.303	718	(1.171)	(64)	(238)	4.548

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido negativo de mEuros 453 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 7.).

No âmbito do “Acordo de Accionistas entre o Estado e a Petrocontrol sobre a compensação a fazer à Petrogal” datado de 21 de Dezembro de 1998, a Petrogal, em 31 de Dezembro de 2006, tem ainda direito a receber mEuros 49.820 do Ministério da Economia. Este montante destina-se a subsidiar os investimentos efectuados pela Petrogal, nas refinarias do Porto e Sines, relativos à dessulfuração de gasóleo. A contrapartida desta conta a receber foi registada como dedução ao valor do imobilizado (Nota 14.). É entendimento do Grupo que virá a receber este montante no decurso de 2007, dado que este pagamento se encontra inscrito no Orçamento Geral do Estado para 2007.

A rubrica de meios de pagamento, no montante de mEuros 9.609, diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de Dezembro de 2006 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de mEuros 1.243, registado no activo relativo a empresas associadas – outras operações, refere-se a empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global, incluindo essencialmente contas a receber da Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A..

O montante de mEuros 1.940, registado no activo relativo a empresas associadas – outros devedores, refere-se a empresas que não foram consolidadas pelo método de integração global, incluindo essencialmente contas a receber da Tagusgás – Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A.

O montante de mEuros 22.496 respeita a contas a receber relativas à venda de gás natural na realização de uma operação de *trading*.

No decurso do exercício de 2006, o Grupo recebeu o montante de mEuros 17.984 por parte da EDP Energias de Portugal, S.A., correspondente ao direito protestativo da opção de venda de 217.655 acções da Oni, SGPS, S.A., exercido no ano de 2003, no montante de mEuros 14.964, acrescido de mEuros 3.020 relativo a juros. Adicionalmente, a Empresa recebeu o montante de mEuros 2.323, relativos a juros contados no período de 2 de Agosto de 2003 a 27 de Setembro de 2006.

O montante de mEuros 19.241 na rubrica de outros devedores - ISP refere-se ao montante a receber pela Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular n.º 79/2005 de 6 de Dezembro.

O montante de mEuros 6.602, no activo corrente, e o montante de mEuros 13.080, no activo não corrente, correspondem aos contratos de Cessão de Direitos de Utilização de Infra-estruturas de Telecomunicações, celebrados em 1 de Julho de 1999 por um período de 20 anos, e encontra-se a ser recebido, em prestações iguais anuais e sucessivas, no valor unitário de mEuros 5.903 até 31 de Julho de 2009, sendo cada uma das prestações acrescida de juros à taxa de mercado. Os proveitos, decorrentes deste contrato de cessão de direitos de utilização, encontram-se diferidos na rubrica de outras contas a pagar no passivo e são reconhecidos em resultados pelo método das quotas constantes durante o período dos contratos, que terminam em 1 de Junho de 2019. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ocorreu a resolução do litígio pendente em tribunal arbitral, relativamente a estes contratos tendo a Empresa recebido todos os créditos judicialmente declarados acrescidos de juros moratórios no montante de mEuros 10.760 (Nota 9.).

No decorrer do exercício de 2006 e em consequência da resolução do litígio anulou-se a provisão, constituída em 2004, no montante de mEuros 5.835 relativo a juros reconhecidos em proveitos em anos anteriores, face à probabilidade de cessação antecipada do actual contrato em vigor (Nota 26.). O saldo dos proveitos diferidos, em 31 de Dezembro de 2006, por reconhecer em exercícios futuros é de mEuros 62.917 (Nota 25.).

O empréstimo à Sonangol, no montante de mEuros 4.531, corresponde ao acordo contratual estabelecido entre todas as entidades que compõem a *Joint Venture* do Bloco 14. Este empréstimo encontra-se a ser amortizado através da apropriação pela Galp Exploração de parte da produção petrolífera no Bloco 14 correspondente à Sonangol.

O montante de mEuros 2.062 registado na rubrica de subsídios a receber refere-se a recebimentos de subsídios referentes a programas de incentivo à expansão da rede de gás natural (Nota 14.).

A rubrica de outros devedores – fundo de pensões – recuperação de desembolso no montante de mEuros 8.676 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados em Dezembro e ainda não reembolsados.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte.

O montante de mEuros 7.833 registado na rubrica de acréscimos de proveitos - juros a receber inclui mEuros 7.285 correspondente a juros de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas a debitar a E3G - Telecomunicações, S.A..

A rubrica de acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 3.775, diz respeito a consumos efectuados no exercício de 2006 através do cartão Galp Frota e apenas facturados em 2007.

Os montantes indicados em acréscimos de proveitos e em acréscimos de custos referentes aos *swaps* sobre *commodities* destinam-se a cobrir transacções realizadas no mês de Dezembro de 2006, mas cujo fluxo monetário apenas se realiza no mês de Janeiro de 2007. Estas operações foram realizadas com a intenção de fazer um “alisamento” do preço do *Brent*, para as transacções de venda do bloco 14 durante o exercício económico de 2006, e uma vez que se trata de *swaps* indexados ao preço mensal do *Brent*, gera fluxos financeiros reais mensais, existindo a necessidade do reconhecimento do custo/proveito, no mês a que a operação de cobertura respeita.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

16. CLIENTES

A rubrica de clientes, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2006	2005
Clientes conta corrente	939.331	877.160
Clientes de cobrança duvidosa	73.503	65.297
Clientes - títulos a receber	7.410	6.085
	1.020.244	948.542
Imparidades de contas a receber	(59.965)	(50.179)
	960.279	898.363

No quadro seguinte apresenta-se o movimento ocorrido durante o ano de 2006 na rubrica de imparidades de contas a receber de clientes:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	UTILIZAÇÃO	AJUSTES PERÍMETRO	SALDO FINAL
Imparidade de contas a receber	50.179	35.528	(18.958)	(6.418)	(366)	59.965
	50.179	35.528	(18.958)	(6.418)	(366)	59.965

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes, no montante líquido de mEuros 16.570, foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 7.).

17. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

RUBRICAS	2006	2005
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	194.568	149.691
Outras matérias-primas e materiais diversos	32.913	37.793
Matérias-primas em trânsito	83.662	84.329
	311.143	271.813
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(5.372)	(5.018)
	305.771	266.795
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	345.982	426.311
Produtos intermédios	164.420	232.423
Produtos acabados em trânsito	55	16.527
	510.457	675.261
Ajustamento de produtos acabados e intermédios	(8)	(8)
	510.449	675.253
Produtos e trabalhos em curso	143	328
Mercadorias	249.677	253.476
Mercadorias em trânsito	497	-
	250.174	253.476
Ajustamentos de mercadorias	(1.398)	(1.323)
	248.776	252.153
Adiantamento por conta de compras	125	4.828
	1.065.264	1.199.357

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 250.174, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra no gasoduto, no montante de mEuros 72.165, e a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A., no montante de mEuros 160.672.

Em 31 de Dezembro de 2006, os valores relativos a existências à consignação nos postos de combustível (incluindo ISP), essencialmente do produto acabado, ascendiam a mEuros 17.466.

Em 31 de Dezembro de 2006, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 252.862 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 25.).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited, celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo

do previsto no Decreto-lei n.º 339-D/2001, de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da quantidade e qualidade respectivas.

De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados, quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de inventários consumidos e vendidos durante o exercício de 2006:

		MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	ISP - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS PETROLÍFEROS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL
Saldo inicial	+	250.106	256.260	675.261	18.923	328	1.200.878
Compras	+	2.091.255	5.605.679	-	2.355.696	-	10.052.630
Produção	+	-	-	139.784	-	-	139.784
Regularizações	+/-	100.214	(1.881)	(355)	-	-	97.978
Transferências para imobilizado	+	(15.936)	(3.239)	-	-	-	(19.175)
Saldo final	-	244.714	311.143	492.602	23.315	143	1.071.917
Custo da mercadoria vendida e da matéria consumida		2.180.840	5.545.213	138.079	2.351.304	-	10.215.436
Variação de produção		-	-	184.009	-	185	184.194
Ajustamentos de inventários		85	463	-	-	-	548
Inventários consumidos e vendidos (nota 7.)		2.180.925	5.545.676	322.088	2.351.304	185	10.400.178

O saldo inicial de ISP - Imposto sobre produtos petrolíferos, no montante de mEuros 18.923, foram reclassificados dos saldos iniciais da rubrica mercadorias, no montante de mEuros 3.370, e da rubrica de matérias-primas subsidiárias e de consumo, no montante de mEuros 15.553.

O montante de mEuros 2.355.696, que se encontra na rubrica de compras de ISP - Imposto sobre produtos petrolíferos, mEuros 1.783.219 referem-se ISP relativo a introdução de consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos aquele imposto e mEuros 572.477 referem-se ao ISP de mercadorias adquiridas.

O movimento ocorrido nas rubricas de imparidades de inventários no período findo a 31 de Dezembro de 2006 foi o seguinte:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	UTILIZAÇÕES	VARIAÇÃO NO PERÍMETRO	SALDO FINAL
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.018	687	(224)	-	(109)	5.372
Ajustamentos de produtos acabados e intermédios	8	7	(7)	-	-	8
Ajustamentos de mercadorias	1.323	139	(54)	(1)	(9)	1.398
	6.349	833	(285)	(1)	(118)	6.778

O montante de aumento de imparidades líquido de diminuições, no montante de mEuros 548, foi registado por contrapartida da rubrica de gastos operacionais - inventários consumidos e vendidos da demonstração de resultados (Nota 7.).

18. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica outros investimentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2006	2005
<i>Commodities</i>	6.874	2.145
Financeiros	269	32
Instrumentos financeiros (Nota 28.)	7.143	2.177
Acções em empresas participadas	11	12
Outros títulos negociáveis	904	1.223
Depósitos a prazo	1.793	6.779
Outras aplicações de tesouraria	4.172	-
Outros investimentos correntes (Nota 19.)	6.880	8.014
	14.023	10.191

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os instrumentos financeiros encontram-se registados pelo seu justo valor respectivo reportado aquelas datas (Nota 28.).

As outras aplicações de tesouraria no montante mEuros 4.172 dizem respeito a aplicações de curto prazo de excedentes de tesouraria, da subsidiária Galp Serviexpress, S.L.U..

19. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

RUBRICAS	2006	2005
Numerário	6.435	7.167
Depósitos à ordem	83.537	122.158
Depósitos a prazo	11.133	28.310
Outras aplicações de tesouraria	111.363	-
Caixa e seus equivalentes no balanço	212.468	157.635
Outros investimentos correntes (Nota 18.)	6.880	8.014
Descobertos bancários (Nota 23.)	(218.526)	(72.015)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	822	93.634

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria das seguintes empresas do Grupo:

Galp Energia, SGPS, S.A.	90.000
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	8.000
Petrogal Brasil, Lda.	5.751
Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	3.000
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.	2.956
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	900
Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda.	756
	111.363

20. CAPITAL SOCIAL

» ESTRUTURA DO CAPITAL

A estrutura do capital social não sofreu alterações durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 acções (Nota 11.) de valor nominal de 1 Euro^(a), e está subdividido nas seguintes categorias de acções:

TIPO DE ACÇÕES	DEZEMBRO 2006	DEZEMBRO 2005
Acções tipo A	40.000.000	8.000.000
Acções tipo B	789.250.635	157.850.127
Número total de acções	829.250.635	165.850.127
Valor nominal acções	829.251	829.251

(a) Em Assembleia Geral de 31 de Maio de 2006 foi aprovada a alteração do valor nominal das acções representativas do capital social da Empresa, de Euros 5 para Euros 1, mediante a substituição de cada uma das actuais acções por cinco novas acções, mantendo-se inalterado o valor do capital social da sociedade (Nota 11.).

Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais, nomeadamente:

- A eleição do Presidente do Conselho de Administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;
- Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do País de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.

» ESTRUTURA ACCIONISTA

Ano de 1999

O capital inicial da Galp, no montante de 411.383.565 Euros, foi integralmente realizado em espécie, pela entrega das participações financeiras detidas pelo Estado na Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás, S.A., nas empresas acima mencionadas. Em Setembro de 1999 foi efectuado pelo Estado

outro aumento de capital social passando este para 502.164.785 Euros. Através do Decreto-lei n.º 261-A/99, de 7 de Julho, é dado início ao processo de privatização da Galp, com a abertura do capital da Empresa aos restantes accionistas da Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. e da Transgás, S.A.. Para tal foi efectuado novo aumento de capital a eles reservado, essencialmente, em espécie, através da entrega das suas participações nas referidas empresas.

Assim, em 31 de Dezembro de 1999, foi concretizado um aumento do capital social no montante de 327.085.850 Euros, subscrito pela Petrocontrol, SGPS, S.A. (Petrocontrol), EDP – Electricidade de Portugal, S.A. (actualmente denominada EDP – Energias de Portugal, S.A. (“EDP”)), Caixa Geral de Depósitos, S.A., Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., passando este para 829.250.635 Euros.

Ano de 2000 a 2002

Em 13 de Julho de 2000, na sequência dos acordos celebrados em 17 de Janeiro do mesmo ano, as empresas definidas como parceiros estratégicos – ENI Portugal Investment, S.p.A. (“ENI”) e Iberdrola, S.A. (“Iberdrola”) – assinaram com o Estado Português os Contratos de Compra e Venda de Acções e Acordos de Parceria Estratégica, adquirindo 11% e 4%, respectivamente, do capital da Galp. Simultaneamente, a Petrocontrol alienou a totalidade da sua participação na Galp Energia, tendo o grupo ENI adquirido 22,34% e a EDP 11%.

Ano de 2003 a 2005

Através do Decreto-lei n.º 124/2003 de 20 de Junho, foi aprovada a terceira fase do processo de privatização da Galp Energia. Na sequência deste Decreto, a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (“REN”) adquiriu 18,3% do capital social da Galp, dos quais 13,5% foram adquiridos à Caixa Geral de Depósitos e os restantes 4,8% ao Estado Português. Adicionalmente a Parública – Participações Públicas, SGPS, S.A. adquiriu 0,75%, 3,48% em 2004, e, no decurso do exercício de 2005, adquiriu uma participação adicional de 8,06% do capital social da Galp, ao Estado Português.

Ano de 2006

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Amorim Energia, B.V. celebrou um contrato para compra de acções da Galp Energia, SGPS, S.A., detidas pela EDP – Energias de Portugal, S.A., representativas de 14,27% do capital, assegurando na mesma operação uma opção de compra de 18,3% do capital detido pela REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. O registo da venda das acções entre as entidades supra referidas ocorreu no final do mês de Janeiro de 2006.

Adicionalmente, em Janeiro de 2006, a Amorim Energia, B.V., adquiriu à Portgás – Sociedade de Produção de Gás, S.A. a sua participação no capital social da Empresa, representativa de 0,04%.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 o Estado Português transferiu para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. acções representativas de 12,72% do Capital Social da Empresa.

Em 24 de Outubro de 2006, a Empresa colocou o seu capital em Bolsa, tendo o Estado Português e a Parpública – Participações Públicas, (SGPS), S.A. alienado 173.388.769 acções ordinárias, estatutais e nominativas, da categoria B, das quais 82.925.000 através da Oferta Pública de Venda e 90.463.769 através da venda directa de acções. Adicionalmente, foi alienado um lote suplementar de 17.338.877 acções. Toda esta operação representa uma alienação de aproximadamente 23% do capital social da Empresa, encontrando-se desta forma a Empresa cotada na *Euronext Lisbon*.

O capital da Empresa, em 31 de Dezembro de 2006, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	N.º DE ACÇÕES	VALOR NOMINAL	% CAPITAL
ENI, S.p.A	276.472.160	1 Euro	33,34%
Amorim Energia, B.V.	276.472.161	1 Euro	33,34%
Estado Português	41.494.501	1 Euro	5,00%
Iberdrola, S.A.	33.170.025	1 Euro	4,00%
Banco BPI, S.A.	17.150.010	1 Euro	2,07%
CXG Corporación Caixa Galicia, S.A.U.	16.585.013	1 Euro	2,00%
Parpública – Participações Públicas, (SGPS), S.A.	16.585.012	1 Euro	2,00%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	8.292.510	1 Euro	1,00%
Restantes accionistas	143.029.243	1 Euro	17,25%
	829.250.635		100,00%

21. OUTRAS RESERVAS

De acordo com a legislação nacional, Código das Sociedades Comerciais, o Grupo é obrigado a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica outras reservas, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 2006 esta rubrica teve uma variação positiva no montante de mEuros 22.098, decorrente da aplicação de resultados do ano de 2005. Salientamos o facto deste montante ser inferior a 5% do resultado do exercício, do ano de 2005, apurado de acordo com as IFRS/IAS. Tal situação decorre do facto de se tratar de uma imposição legal Portuguesa, devendo consequentemente a reserva legal ser apurada com base no resultado líquido do exercício de 2005 de acordo com o normativo nacional (Plano Oficial de Contabilidade), que no referido ano foi mEuros 441.959.

Esta rubrica pode ser detalhada da seguinte forma, para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

	2006	2005
Reservas legais	79.047	56.949
Reservas livres	27.977	27.977
	107.024	84.926

22. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe dos interesses minoritários incluídos no Capital Próprio refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	2006	2005
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	9.125	7.602
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	4.846	4.135
Sopor - Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	3.068	3.030
Saaga - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	1.699	1.611
Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	976	289
Probigalp - Ligantes Betuminosos, S.A.	951	914
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	507	405
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	233	45
Petromar - Soc. Abastecimentos Petrolíferos, Lda.	164	112
Gite - Galp International Trading Establishment	40	44
Combustíveis Líquidos, Lda.	2	(48)
Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A. ^(b)	-	966
Gasoduto Braga - Tuy, S.A. ^(c)	-	3.357
Gasoduto de Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. ^(c)	-	4.565
Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	-	(160)
Agran - Agroquímica de Angola, SARL ^(d)	-	(8)
Fast Access - Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A.	(51)	165
Petrogás - Guiné-Bissau Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.	(260)	(207)
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. ^(a)	(2.763)	(2.172)
	18.537	24.645

(a) Em 31 de Dezembro de 2006 esta subsidiária apresenta capitais próprios negativos. O Conselho de Administração desta subsidiária efectuou uma proposta de realização de prestações suplementares, acompanhada do reembolso de suprimentos, no montante de mEuros 7.267, a ser efectuado pela totalidade dos accionistas na proporção do capital detido. Deste modo, o Grupo apenas reconheceu as perdas acumuladas na proporção do capital detido naquela subsidiária, motivo pelo qual os interesses minoritários apresentam um saldo devedor.

(b) A subsidiária GDP Distribuição, SGPS, S.A. adquiriu, em Dezembro de 2006, os restantes 25% do capital da Duriensegás - Sociedade Distribuidora de Gás natural do Douro, S.A. passando a deter 100% do capital desta subsidiária (Nota 3.).

(c) No âmbito da venda de parte dos activos e passivos da Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., através do destaque das actividades de transporte e armazenagem, as participações no capital do Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. e Gasoduto Braga - Tuy, S.A. foram transferidos para a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. (Nota 3. e 31.).

(d) Esta participação foi alienada no decurso de 2006.

23. EMPRÉSTIMOS

» DETALHE DOS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	2006		2005	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	284.574	90.064	99.045	119.178
Empréstimos externos	59.682	195.721	84.776	644.988
Descobertos bancários (Nota 19.)	218.526	-	72.015	-
Desconto de letras	1.716	-	-	-
Linhas de crédito renováveis	-	-	250	16.000
	564.498	285.785	256.086	780.166
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	1.583	2.149	1.304	2.816
	566.081	287.934	257.390	782.982
<i>Project Finance Fees</i>	-	(845)	-	(986)
	566.081	287.089	257.390	781.996
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1997 - GDP, SGPS, S.A.	20.435	-	-	49.880
Emissão de 1998 - Lisboagás, S.A.	-	15.772	-	49.880
Emissão de 2003 - Galp Investment Fund	-	210.000	-	210.000
	20.435	225.772	-	309.760
	586.516	512.861	257.390	1.091.756

Os empréstimos não correntes, em 31 de Dezembro de 2006, apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2008	245.216
2009	37.950
2010	37.299
2011	25.576
2012 e seguintes	167.665
	513.706

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a totalidade dos empréstimos obtidos encontram-se titulados em Euros, em Dólares dos Estados Unidos da América, em Meticais e em Francos de Cabo Verde.

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela Empresa, incluindo comissões e outros encargos no ano de 2006 e 2005, foram 3,40% e 4,35% respectivamente.

» CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS EMPRÉSTIMOS

Seguidamente apresenta-se uma descrição sucinta dos principais empréstimos considerados nas rubricas apresentadas nos quadros anteriores:

Empréstimos bancários

Os principais empréstimos bancários a 31 de Dezembro de 2006 podem ser caracterizados como segue:

EMPRESA	MONTANTE GLOBAL	DIVISA	INÍCIO	TERMO	MONTANTE EM DÍVIDA
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	27.000	EUR	27.12.2005	15.12.2020	21.155
Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	20.000	EUR	03.04.2003	20.09.2012	13.606
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	5.175	EUR	22.11.2004	20.11.2013	4.502
Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	80.000	EUR	20.06.2000	15.06.2020	80.000
Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.	54.868	EUR	28.10.1995	15.03.2020	42.805
Galp Energia, SGPS, S.A.	92.909	USD	13.02.2002	06.12.2007	23.515
Galp Energia, SGPS, S.A.	39.000	EUR	21.12.2006	15.09.2021	39.000
Galp Energia, SGPS, S.A.	275.000	EUR	28.12.2006	29.01.2007	275.000
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	230.000	USD	21.12.1992	15.12.2007	5.083
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	10.323	USD	13.12.2002	06.12.2007	2.613
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	89.783	EUR	02.12.1996	15.09.2008	14.343
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	64.101	EUR	20.03.1997	15.03.2007	668
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	10.000	EUR	15.12.2006	15.06.2014	3.049
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	58.000	EUR	20.07.2005	15.12.2023	56.508
Moçacor - Distribuição de Combustíveis, S.A.	2.320	USD	31.10.2003	31.10.2013	1.529
Petrogal Angola, Lda.	700	USD	31.12.2006	31.12.2011	493
Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A.	80.983	EUR	15.12.1994	15.03.2011	42.873
Probigal - Ligantes Betuminosos, S.A.	150	EUR	2006	2007	150
Petrogal Moçambique, Lda.	96.485	MZM	2006	2007	2.799
Petromar - Soc. Abastecimentos Petrolíferos, Lda.	229.585	CFA	2006	2007	350
					630.041

Em Setembro de 2006, a Empresa subscreveu quatro Programas de Papel Comercial a um ano e renováveis por igual período, no montante total de mEuros 275.000, distribuindo-se da seguinte forma:

BANCO AGENTE	BANCO PAGADOR	MONTANTE
Caixa Banco de Investimento	Caixa Geral de Depósitos	100.000
Banco Santander Negócios	Banco Santander Totta	100.000
Banco Millennium BCP Investimento	Banco Comercial Português	50.000
Banco Popular Portugal	Banco Popular Portugal	25.000
		275.000

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de *spreads* variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pela Empresa. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém-se inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

No decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa contraiu um empréstimo no montante de mEuros 39.000, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento que é garantido pela Petrogal, S.A. destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines. O empréstimo é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread* variável.

Devido a operação denominada “*Unbundling*” ocorreu uma diminuição nos empréstimos bancários no montante de mEuros 469.630 (Nota 31.) dos quais mEuros 431.255 são referentes ao pagamento do empréstimo ao Banco Central de Investimentos (B.E.I.).

Os financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 185.105, são garantidos por Sindicatos Bancários.

A Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do Grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo no montante total de mEuros 639.101.

» EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

i) Emissão de 1997 – GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.

Em 25 de Junho de 1997, a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. procedeu à emissão de Obrigações, no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao valor nominal e de uma só vez, no final do prazo de emissão que é de dez anos.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado do empréstimo por iniciativa do emitente (“*Call Option*”), total ou parcialmente. No caso do reembolso parcial este será feito por redução ao valor nominal, em qualquer data de pagamento de juros a partir do 6º cupão. Neste caso, haverá lugar a um prémio de reembolso sobre o valor nominal reembolsado antecipadamente.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP e/ou no caso da GDP deixar de deter, directa ou indirectamente, alguma participação de domínio que, à data de emissão do empréstimo, detenha no capital social das empresas do seu Grupo que tenham por objecto social a distribuição de gás canalizado, os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado das obrigações.

Como o Estado deixou de ser accionista maioritário da Galp Energia, SGPS, S.A., a Empresa procedeu à publicação respectivo anúncio em 22 de Setembro de 2006 e recebeu pedidos para o reembolso antecipado destas obrigações, no montante de mEuros 29.445, pelo que actualmente o montante total da emissão obrigacionista é de mEuros 20.435.

Este empréstimo vence juros semestral e postecipadamente, a uma taxa indexada à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 0,075%, arredondada para o 1/16 de ponto percentual igual ou imediatamente superior.

Esta Emissão foi liderada pelo Banco Millennium BCP Investimento (ex-CISF) e Banco Português de Investimento, tendo a sua colocação sido garantida por um Sindicato Bancário constituído pelas seguintes Instituições Bancárias:

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	MONTANTE	%
Millennium BCP Investimento (ex-CISF)	13.592	27,25
Banco Português de Investimento	13.592	27,25
Caixa Banco de Investimento (ex-Banco <i>Chemical Finance</i>)	4.988	10,00
Caixa Geral de Depósitos	4.988	10,00
Banco Finantia	3.492	7,00
Deutsche Bank de Investimento	3.492	7,00
Millennium BCP (ex-Mello)	1.995	4,00
Caixa Geral de Depósitos (ex-BNU)	1.247	2,50
Banco Santander de Negócios	1.247	2,50
Banco Bilbao Vizcaya y Argentaria	1.247	2,50
	49.880	100,00

ii) Emissão de 1998 – Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

Em 12 de Agosto de 1998, a Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. procedeu à emissão de Obrigações, no montante de mEuros 49.880, ao par, destinadas a subscrição privada, as quais foram integralmente subscritas e realizadas.

O reembolso do empréstimo será efectuado ao par, em cinco prestações anuais de igual montante, à data de vencimentos do 22º, 24º, 26º, 28º e 30º cupões.

Poderá, no entanto, ser efectuado o reembolso antecipado, ao par, de parte ou da totalidade do capital em dívida, por opção do emitente (“*Call Option*”), a partir da data de vencimento do 10º cupão, inclusivé, e nas respectivas datas de pagamento de juros.

Os obrigacionistas poderão também exigir o reembolso antecipado do empréstimo ou do valor remanescente do capital em dívida, ao par, nas datas de vencimentos do 20º, 22º, 24º, 26º e 28º cupões.

Deixando o Estado Português de deter, directa ou indirectamente, a maioria do capital social da GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. ou deixando a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. de deter uma posição maioritária directa no capital da Lisboagás GDL –

Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., os obrigacionistas poderão exigir o reembolso antecipado do presente empréstimo.

Como o Estado deixou de ser accionista maioritário da Galp Energia, SGPS, S.A., a Empresa procedeu à publicação do respectivo anúncio em 22 de Setembro de 2006 e recebeu pedidos para o reembolso antecipado destas obrigações, no montante de mEuros 34.107, pelo que actualmente o montante total da emissão Obrigacionista é de mEuros 15.772.

O pagamento de juros será feito semestral e postecipadamente, com base numa taxa correspondente à taxa Euribor a 6 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem, acrescida de 0,08%.

A tomada firme da emissão foi assegurada por um Sindicato Bancário composto pelas seguintes Instituições Financeiras:

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	MONTANTE	%
Banco Espírito Santo Investimento	13.517	27,10
Banco Português de Investimento	13.567	27,20
Millennium BCP (ex-CISF)	13.567	27,20
Caixa Geral de Depósitos (ex-BNU)	7.482	15,00
BMI	1.247	2,50
Banco Bilbao Vizcaya y Argentaria	500	1,00
	49.880	100,00

iii) Emissão 2003 - Galp Investment Fund

No decurso de 2003, a Petrogal celebrou uma operação de titularização de contas a receber com o Galp *Investment Fund, PLC* no montante de mEuros 210.000, a qual tem um prazo de maturidade esperada de 5 anos e um prazo de maturidade legal de 7 anos. Para fazer face a este montante, o Fundo emitiu mEuros 199.500 de obrigações *Notes A* e mEuros 10.500 de obrigações *Notes B*, as quais são remuneradas à Euribor acrescida de 0,5% e 0,95%, respectivamente. Com esta operação, e relativamente ao presente exercício, a Petrogal incorreu em custos financeiros no montante de mEuros 8.020 (Nota 9.).

24. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Conforme referido na Nota 2.10. a Petrogal, Sacor Marítima e algumas empresas do grupo GDP (GDP Distribuição, SGPS, S.A.; Lisboagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e Driftal – Plásticos de Portugal, S.A.) transferiram para fundos de pensões autónomos (Fundo de Pensões Petrogal, Fundo de Pensões Sacor Marítima e Fundo de Pensões GDP) as suas responsabilidades pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Adicionalmente, por decisão da Petrogal, a partir de 1997, inclusivé, o Fundo de Pensões Petrogal passou a cobrir

as responsabilidades pelo pagamento dos complementos de reforma para os reformados antecipadamente.

O Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades da Petrogal com o pagamento de pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados, com o pagamento do seguro social voluntário aos reformados antecipadamente, do prémio de reforma e outros benefícios de reforma, tais como cuidados de saúde e seguros de vida. Estas responsabilidades estão cobertas por provisões especificamente criadas para o efeito, incluídas no balanço na rubrica de responsabilidades com benefícios de reforma. Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas no balanço na rubrica de responsabilidades com benefícios de reforma.

Durante o exercício de 2006, em virtude do Grupo contabilizar as suas responsabilidades de benefícios pós-emprego de acordo com a IAS 19, a qual prevê que a taxa usada para descontar as obrigações de benefícios pós-emprego deva ser determinada com referência aos rendimentos do mercado à data do balanço em obrigações de alta qualidade de sociedades, actualizou-se a taxa de desconto de 4,25% para 4,60%. A alteração deste pressuposto actuarial implicou uma diminuição nas responsabilidades por serviços passados com o Plano de Pensões da Petrogal e no Plano de Pensões do grupo GDP. Adicionalmente, foram também actualizadas as tábuas de mortalidade passando a ser utilizada agora para os reformados a tábua TV 88/90, à semelhança do que já era aplicado aos activos e aos pré-reformados.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a Petrogal e as empresas do grupo GDP efectuaram dotações para os Fundos de Pensões respectivos, nos montantes de mEuros 21.834 e mEuros 2.132, respectivamente, para cobertura parcial das suas responsabilidades. O valor mínimo das responsabilidades do grupo Petrogal e do grupo GDP, em 31 de Dezembro de 2006, calculado de acordo com o método e pressupostos exigidos pelo Instituto de Seguros de Portugal, ascende a mEuros 320.194 e mEuros 26.325, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006, os patrimónios do Fundo de Pensões Petrogal, do Fundo de Pensões Sacor Marítima e Fundo de Pensões GDP apresentavam a seguinte composição de acordo com o relatório apresentado pela sociedade gestora respectiva:

	PETROGAL	SACOR MARÍTIMA	GDP
Obrigações:			
Obrigações taxa fixa euro	166.437	3.340	9.002
Obrigações taxa variável euro	38.981	966	1.421
Outras obrigações não euro	5.039	-	1.689
Acções:			
Europeias	46.732	1.350	4.556
Outras acções	20.291	891	3.559
Hedge funds	11.303	353	-
Derivados	-	2	-
Imobiliário indirecto	4.290	177	497
Edifício Galp (parte)	23.300	-	-
Numerário	23.185	36	2.736
Total	339.558	7.115	23.460

A evolução do património dos Fundos de Pensões durante o exercício de 2006 foi a seguinte:

	PETROGAL	SACOR MARÍTIMA	GDP
Saldo inicial	327.557	6.951	21.353
Dotações para o fundo	21.834	-	2.132
Retorno real dos activos	(501)	341	883
Ganhos/(perdas) actuariais	13.439	-	146
Pensões pagas no exercício	(22.771)	(177)	(1.056)
Saldo final	339.558	7.115	23.460

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Grupo tinha as seguintes provisões registadas relativas a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	2006	2005
Benefícios de reforma		
Grupo Petrogal		
Pré-reformas	27.793	18.506
Reformas antecipadas	22.516	20.201
Prémio de reforma	5.622	5.479
Seguro social voluntário	-	126
Flexibilização da idade da reforma	9.623	9.623
	65.554	53.935
Grupo Sacor Marítima	94	-
Grupo GDP		
Activos	219	-
Pré-reformas	1.955	-
Reformados	5.322	6.004
Flexibilização da idade da reforma	283	309
Afectas ao fundo de pensões	5.840	5.701
	13.619	12.015
Grupo Outras empresas		
Benefícios de reforma	323	277
Outros benefícios		
Grupo Petrogal		
Cuidados de saúde	148.662	135.075
Seguro de vida	1.840	1.439
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	966	909
	151.468	137.423
Grupo GDP		
Cuidados de saúde	9.596	9.296
Seguro de vida	190	191
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	220	203
	10.006	9.690
Grupo Outras empresas		
Cuidados de saúde	370	313
Seguro de vida	105	71
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	641	508
	1.116	892
Total em balanço	242.180	214.232

Os pressupostos utilizados para cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelos grupos Petrogal e GDP e pela entidade especializada em estudos actuariais, como

aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões, e são os seguintes:

GRUPO PETROGAL	2006	2005
Taxa de rendimento dos activos	5,20%	4,25%
Taxa técnica de juro	4,60%	4,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Tábua de mortalidade activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Responsabilidades afectas ao fundo de pensões:		
Activos	52.637	49.758
Pré-reformados	11.164	10.456
Reformados antecipadamente	20.796	19.172
Reformados e pensionistas	279.260	264.469
	363.857	343.855
Coberturas afectas ao fundo de pensões:		
Pelo património do fundo de pensões	346.673	327.557
Por acréscimos e diferimentos (Nota 15.)	(28.658)	(9.711)
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.10.)	45.842	26.009
	363.857	343.855
ii) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:		
Com pré-reformas	31.335	21.162
Com reformas antecipadas	20.267	18.235
Com prémio de reforma	6.364	6.491
Com seguro social voluntário	440	269
Com flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	10.779	10.778
Total	69.185	56.935

	2006	2005
Coberturas por provisões:		
Pré-reformas	27.793	18.506
Reformas antecipadas	22.516	20.201
Prémio de reforma	5.622	5.479
Seguro social voluntário (Nota 15.)	(151)	126
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	9.623	9.623
Sub-total	65.403	53.935
(Ganhos) e perdas não reconhecidos:		
Pré-reformas	3.541	2.655
Reformas antecipadas	(2.248)	(1.967)
Prémio de reforma	742	1.012
Seguro social voluntário	591	144
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	1.156	1.156
Sub-total	3.782	3.000
Total	69.185	56.935

O grupo Sacor Marítima apresenta responsabilidades por pré-reformas no montante de mEuros 94, as quais não foram sujeitas a avaliação actuarial, no entanto, as mesmas encontram-se

incluídas no passivo na rubrica de responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios.

GRUPO GDP	2006	2005
Taxa de rendimento dos activos	5,00%	4,25%
Taxa técnica de juro	4,60%	4,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade – activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade – reformados	TV 88/90	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Responsabilidades afectas ao fundo de pensões:		
Activos	20.635	22.192
Pré-reformados	1.962	804
Reformados e pensionistas	10.528	9.751
	33.125	32.747
Coberturas afectas ao fundo de pensões:		
Pelo património do fundo de pensões	23.048	21.353
Responsabilidades com benefícios de reforma	5.840	5.924
Por acréscimos e diferimentos (Nota 15.)	(189)	(223)
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.10.)	4.426	5.693
	33.125	32.747
ii) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:		
Com activos	335	312
Com pré-reformados	2.027	-
Com reformados	7.159	6.776
Com flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	296	322
Total	9.817	7.410
Responsabilidades com benefícios de reforma:		
Com activos	219	-
Com pré-reformados	1.955	-
Com reformados	5.322	6.004
Com flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	283	309
Sub-total	7.779	6.313

GRUPO GDP	2006	2005
(Ganhos) e perdas não reconhecidos:		
Com activos	116	-
Com pré-reformados	72	-
Com reformados	1.837	1.084
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	13	13
Sub-total	2.038	1.097
Total	9.817	7.410

GRUPO OUTROS	2006	2005
Taxa técnica de juro	4,60%	4,25%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade – activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade – reformados	TV 88/90	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80-50%	EVK 80-50%
Idade normal de reforma	65	65
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada

Responsabilidades e respectivas coberturas:

i) Responsabilidades não afectas ao fundo de pensões:

Responsabilidades totais:	263	302
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma	323	277
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.10.)	(60)	25
	263	302

O Grupo tem taxas de rendimento de activos distintas, 5,20% para o grupo Petrolgal e 5% no grupo GDP. A diferença deve-se ao perfil de aplicação do património dos respectivos Fundos, sendo que um tem uma posição mais conservadora que o outro, originando taxas de rendimento distintas.

A evolução nas responsabilidades dos grupos Petrogal, GDP e Outros, com pensões no exercício de 2006, foi como segue:

GRUPO PETROGAL			
	AFECTAS AO FUNDO DE PENSÕES	NÃO AFECTAS AO FUNDO DE PENSÕES	TOTAL
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	343.855	56.935	400.790
Custo dos serviços correntes	2.863	252	3.115
Custos dos juros	14.462	1.750	16.212
Benefícios pagos no exercício	(22.948)	(12.478)	(35.426)
Pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no ano	-	21.740	21.740
(Ganhos)/perdas actuariais do exercício	19.295	986	20.281
Responsabilidades iniciais da Sacor Marítima	6.331	-	6.331
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2006	363.858	69.185	433.043
CUSTOS DO ANO 2006			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	17.325	2.002	19.327
Reformas antecipadas iniciadas no ano	-	5.637	5.637
Pré-reformas iniciadas no ano	-	11.652	11.652
Retorno esperado dos activos	(13.817)	-	(13.817)
Amortização do excesso de "corredor"	-	205	205
Responsabilidades iniciais da Sacor Marítima	(620)	-	(620)
	2.888	19.496	22.384

GRUPO GDP

	AFFECTAS AO FUNDO DE PENSÕES	NÃO AFFECTAS AO FUNDO DE PENSÕES	TOTAL
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	32.747	7.410	40.157
Custo dos serviços correntes	1.104	44	1.148
Custos dos juros	1.345	321	1.666
Benefícios pagos no exercício	(1.056)	(1.156)	(2.212)
Pré-reformas e reformas antecipadas iniciadas no ano	-	2.224	2.224
(Ganhos)/perdas actuariais do exercício	(465)	1.000	535
Alterações no perímetro	(550)	(26)	(576)
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2006	33.125	9.817	42.942
CUSTOS DO ANO 2006			
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	2.449	365	2.814
Pré-reformas iniciadas no ano	-	1.338	1.338
Retorno esperado dos activos	(867)	-	(867)
Amortização do excesso de “corredor”	457	59	516
Alterações no perímetro	83	-	83
	2.122	1.762	3.884

GRUPO OUTROS

	NÃO AFFECTAS AO FUNDO DE PENSÕES
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	302
Custo dos serviços correntes	34
Custos dos juros	13
(Ganhos)/perdas actuariais do exercício	(86)
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2006	263
CUSTOS DO ANO 2006	
Custo dos juros e custo dos serviços correntes	47
Amortização do excesso de “corredor”	1
	48

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, líquido do retorno esperado dos activos, no montante total de mEuros 7.504, foi registado na rubrica de custos com o pessoal (Nota 7.).

Na Petrogal, o acréscimo das responsabilidades com pré-reformas e reformas antecipadas, iniciadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, no montante de mEuros 21.740, teve como contrapartida: (i) a transferência do montante de mEuros 4.545 da provisão para reestruturação já reconhecida como custo em exercícios anteriores (Nota 26.); e (ii) a rubrica de custos com o pessoal no montante de mEuros 17.195.

Derivado do excesso de “corredor” apurado a 31 de Dezembro de 2005, foi registado o montante de mEuros 722 a acrescer à rubrica de gastos com o pessoal, correspondente à amortização do exercício de 2006 (Nota 7.).

Em 31 de Dezembro de 2002, foi autorizada pelo ISP a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. Durante o exercício de 2003, a Galp Energia, SGPS, S.A. criou um Fundo de Pensões de contribuição definida para

os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo de empregados de outras empresas do Grupo. A Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., a LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e a Galp eNova, S.A. (em 17 de Dezembro de 2003, a Galp Energia, S.A. incorporou esta empresa por fusão), como associadas deste Fundo, deram a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. Foi assim reconhecido, durante o exercício de 2006, um custo na rubrica de custos com o pessoal, no montante de mEuros 747, relativo às contribuições do ano das empresas associadas do Fundo de Pensões de contribuição definida da Galp Energia, a favor dos seus empregados, em contrapartida de entrega à sociedade gestora deste fundo.

Como mencionado na Nota 2.10., os ganhos e perdas actuariais são registados nas demonstrações financeiras só na parte em que ultrapassam os limites definidos no corredor de 10% e são amortizados, a partir do exercício subsequente em que apurados, conforme a seguir descrito.

De seguida apresenta-se, por plano de benefícios, um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do “corredor” e o intervalo máximo (10%) do mesmo.

BENEFÍCIOS	GANHOS E PERDAS NÃO RECONHECIDOS	INTERVALO DE CORREDOR (10%)	EXCESSO PARA O INTERVALO DE CORREDOR	VALOR A RECONHECER EM 2007
Grupo Petrogal				
Complemento de reforma (Fundo)	45.842	36.403	9.439	2.495
Pré-reformas	3.541	3.133	408	102
Reformas antecipadas	(2.248)	2.027	(221)	(56)
Prémio de reforma	742	636	106	27
Seguro social voluntário	591	44	547	137
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	1.156	1.078	77	-
	49.624	43.321	10.356	2.705
Grupo GDP				
Complemento de reforma (Fundo)	4.426	3.312	1.114	241
Activos	116	34	82	8
Reformados da EDP	1.837	716	1.121	231
Pré-reformas	72	203	(131)	-
Flexibilização da idade da reforma (DL 9/99)	13	32	(19)	-
	6.464	4.297	2.167	480
Grupo Outros				
Complemento de reforma (Fundo)	(60)	26	(34)	(2)

No grupo Petrogal, as responsabilidades com todos os benefícios de reforma atribuídos excedem o intervalo máximo do “corredor” de 10%, no montante líquido de mEuros 10.356. Estes montantes serão reconhecidos como custos e/ou proveitos em exercícios futuros, em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos que, à data de 31 de Dezembro de 2006, é de 3,99 anos. Desta forma e no exercício de 2007 serão reconhecidos como gastos, líquidos de proveitos, o montante de mEuros 2.705 resultante da amortização do excesso de “corredor”.

No grupo GDP, as responsabilidades com complementos de reforma (cobertas e não cobertas pelo fundo) excedem o intervalo máximo do “corredor” de 10%, no montante líquido de mEuros

2.167. Estes montantes serão reconhecidos como custos em exercícios futuros, em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos neste planos, que é de 4,84 anos para a Lisboaagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e 10,81 anos para a GDP Distribuição, SGPS, S.A.. Desta forma, no exercício de 2007 serão registados como gastos, líquidos de proveitos, o montante de mEuros 480, resultante da amortização do excesso de “corredor”.

Nas restantes empresas as responsabilidades com complementos de reforma (cobertas e não cobertas pelo fundo) excedem o intervalo máximo do “corredor” de 10%, no montante líquido de mEuros 34. Estes montantes serão reconhecidos como proveitos em exercícios futuros, em função do tempo de serviço futuro

médio esperado dos empregados abrangidos por estes planos, que é de 15,09 anos para a Galp Energia, S.A.. Desta forma, no exercício de 2007 serão registados como proveitos, o montante de mEuros 2, resultante da amortização do excesso de “corredor”.

» OUTROS BENEFÍCIOS DE REFORMA – CUIDADOS DE SAÚDE, SEGURO DE VIDA E BENEFÍCIO MÍNIMO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (INVALIDEZ E SOBREVIVÊNCIA)

Durante o exercício de 2003, a Galp Energia, SGPS, S.A. constituiu um Fundo de Pensões de contribuição definida para os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo a empregados de outras empresas do Grupo. O grupo GDP deu a possibilidade aos seus colaboradores de solicitarem a transferência das suas responsabilidades para o plano de pensões de contribuição definida da Galp Energia. Foi assim contabilizado, durante o exercício de 2006, um custo na rubrica de gastos com o pessoal, no montante de mEuros 129, relativo às contribuições do ano, em contrapartida de entrega à Sociedade Gestora deste Fundo.

Conforme referido na Nota 2.11., as empresas do Grupo têm registado em 31 de Dezembro de 2006 uma obrigação destinada à cobertura das suas responsabilidades relacionadas com os encargos a suportar pelo Grupo, com a prestação de cuidados de saúde, seguros de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidéz e sobrevivência), são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respectivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades reflectidas no balanço na rubrica de provisões para seguros de vida, cuidados de saúde e benefício mínimo de contribuição definida. Os pagamentos efectuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta provisão.

Conforme mencionado na Nota 2.11., o grupo Petrogal apresenta, nas rubricas de provisões para outros benefícios de reforma, o valor actual das suas responsabilidades por serviços passados com o pagamento de pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados, com o pagamento do seguro social voluntário aos reformados

antecipadamente e do prémio de reforma não cobertas pelo Fundo de Pensões Petrogal. Adicionalmente, as empresas do grupo GDP apresentam, nas rubricas de provisões para outros benefícios de reforma, as responsabilidades assumidas pela LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afectos à Empresa, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo, os quais não se encontram cobertos pelo Fundo de Pensões GDP.

No final de cada período contabilístico, o Grupo obtém os estudos actuariais e compara o montante das suas responsabilidades com o saldo das provisões constituídas, de forma a determinar o montante das provisões adicionais a registar.

Conforme referido na Nota 2.11., o Grupo tem registado, em 31 de Dezembro de 2006, uma provisão destinada à cobertura das suas responsabilidades com cuidados de saúde, seguro de vida por serviços passados dos activos e responsabilidades totais da restante população e com o benefício mínimo do plano de contribuição definida. O valor actual das responsabilidades por serviços passados e pressupostos actuariais utilizados no seu cálculo são os seguintes:

GRUPO PETROGAL

	CUIDADOS DE SAÚDE		SEGURO DE VIDA		BENEFÍCIO MÍNIMO PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Taxa técnica de juro	4,60%	4,25%	4,60%	4,25%	4,60%	4,25%
Taxa de crescimento dos custos	4,00%	4,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade de activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%
Idade normal de reforma	65	65	70	70	65	65

GRUPO PETROGAL	2006	2005
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Cuidados de saúde		
Responsabilidades totais:	195.098	198.378
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	148.662	135.075
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11.)	46.436	63.302
	195.098	198.377
ii) Seguro de vida		
Responsabilidades totais:	2.552	2.283
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	1.840	1.440
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11.)	712	843
	2.552	2.283
iii) Benefício mínimo do plano contribuição definida		
Responsabilidades totais:	756	680
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	966	855
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11.)	(210)	(175)
	756	680

GRUPO GDP

	CUIDADOS DE SAÚDE		SEGURO DE VIDA		BENEFÍCIO MÍNIMO PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Taxa técnica de juro	4,60%	4,25%	4,60%	4,25%	4,60%	4,25%
Taxa de crescimento dos custos	4,00%	4,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade de activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%
Idade normal de reforma	65	65	70	70	65	65

GRUPO GDP
2006
2005
Método
Unidade de Crédito Projectada
Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:

i) Cuidados de saúde		
Responsabilidades totais:	12.365	12.073
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	9.596	9.296
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11.)	2.769	2.776
	12.365	12.073
ii) Seguro de vida		
Responsabilidades totais:	257	320
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	190	191
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11.)	67	129
	257	320
iii) Benefício mínimo do plano contribuição definida		
Responsabilidades totais:	144	152
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	220	203
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11.)	(76)	(51)
	144	152

GRUPO OUTROS

	CUIDADOS DE SAÚDE		SEGURO DE VIDA		BENEFÍCIO MÍNIMO PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Taxa técnica de juro	4,60%	4,25%	4,60%	4,25%	4,60%	4,25%
Taxa de crescimento dos custos	4,00%	4,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade de activos e pré-reformados	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de mortalidade reformados	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90	TV 73/77	TV 88/90	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%	EVK80-50%
Idade normal de reforma	65	65	70	70	65	65

OUTROS	2006	2005
Método	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada
Responsabilidades e respectivas coberturas:		
i) Cuidados de saúde		
Responsabilidades totais:	401	357
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	370	313
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11.)	31	44
	401	357
ii) Seguro de vida		
Responsabilidades totais:	155	120
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	105	68
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11.)	50	52
	155	120
iii) Benefício mínimo do plano contribuição definida		
Responsabilidades totais:	605	450
Coberturas:		
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	641	508
(Ganhos) e perdas não reconhecidos (Nota 2.11.)	(36)	(58)
	605	450

A evolução nas responsabilidades da Petrogal, das empresas do grupo GDP e outras empresas do Grupo, com os cuidados de saúde e seguro de vida e benefício do plano de contribuição

definida e custos destes contabilizados no exercício de 2006 foi como segue:

GRUPO PETROGAL				
	CUIDADOS DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	BENEFÍCIO MÍNIMO PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	TOTAL
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	198.377	2.283	680	201.340
Custos dos serviços correntes	3.058	81	87	3.226
Custos dos juros	8.289	101	29	8.419
Benefícios pagos no exercício	(9.395)	(94)	-	(9.489)
(Ganhos)/perdas actuariais do exercício	(6.710)	13	(39)	(6.736)
Responsabilidades iniciais da Sacor Marítima	1.478	168	-	1.646
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2006	195.097	2.552	757	198.406
CUSTOS DO ANO 2006				
Custos dos juros e custos dos serviços correntes	11.347	182	116	11.645
Amortização do excesso do “corredor”	10.155	144	(5)	10.294
Responsabilidades iniciais da Sacor Marítima	1.478	168	-	1.646
	22.980	494	111	23.585

GRUPO GDP

	CUIDADOS DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	BENEFÍCIO MÍNIMO PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	TOTAL
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	12.073	320	152	12.545
Custos dos serviços correntes	246	26	13	285
Custos dos juros	489	13	6	508
Benefícios pagos no exercício	(533)	(5)	-	(538)
(Ganhos)/perdas actuariais do exercício	313	(33)	(28)	252
Alterações no perímetro	(222)	(6)	-	(228)
Liquidações, cortes e transferências	-	(58)	-	(58)
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2006	12.366	257	143	12.766
CUSTOS DO ANO 2006				
Custos dos juros e custos dos serviços correntes	735	39	20	793
Amortização do excesso do “corredor”	227	13	(2)	238
Amortização da alteração de pressupostos	-	1	-	1
Alterações no perímetro	41	2	-	43
Liquidações, cortes e transferências	-	(40)	-	(40)
	1.003	14	18	1.035

GRUPO OUTROS

	CUIDADOS DE SAÚDE	SEGURO DE VIDA	BENEFÍCIO MÍNIMO PLANO CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	TOTAL
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2005	357	120	450	927
Custos dos serviços correntes	41	28	112	181
Custos dos juros	15	5	21	41
(Ganhos)/perdas actuariais do exercício	(12)	1	22	11
Responsabilidades totais em 31 de Dezembro de 2006	401	154	605	1.160
CUSTOS DO ANO 2006				
Custos dos juros e custos dos serviços correntes	56	33	133	222
Amortização do excesso do “corredor”	-	1	(1)	-
	56	34	132	222

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros, no montante total de mEuros 12.660, foram registados pelas empresas acima mencionadas na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de gastos com o pessoal.

Derivado do excesso de “corredor”, apurado em 31 de Dezembro de 2005, foi contabilizado, durante o ano de 2006, pela amortização desse excesso em função do tempo de serviço futuro médio esperado de cada uma das empresas o montante de mEuros 10.532, como custo na rubrica de gastos com o pessoal.

Como mencionado na Nota 2.11., os ganhos e perdas actuariais são registados nas demonstrações financeiras só na parte que ultrapassa os limites definidos no “corredor”, os quais são amortizados a partir do exercício subsequente em que são apurados conforme abaixo descrito.

De seguida apresenta-se, por plano de benefícios, um quadro discriminativo das responsabilidades incluídas no mecanismo do “corredor” e o intervalo do mesmo.

BENEFÍCIOS	GANHOS E PERDAS NÃO RECONHECIDOS	INTERVALO DE “CORREDOR” (10%)	EXCESSO PARA O INTERVALO DE “CORREDOR”	VALOR A RECONHECER EM 2007
Grupo Petrogal				
Cuidados de saúde	46.436	19.510	27.117	6.796
Seguro de vida	712	254	478	119
Benefício mínimo do plano contribuição definida	(210)	76	(133)	(6)
	46.938	19.840	27.462	6.909
Grupo GDP				
Cuidados de saúde	2.769	1.237	1.532	318
Seguro de vida	67	26	41	7
Benefício mínimo do plano contribuição definida	(76)	14	(62)	(4)
	2.760	1.277	1.511	321
Grupo Outros				
Cuidados de saúde	31	40	-	-
Seguro de vida	50	15	35	1
Benefício mínimo do plano contribuição definida	(36)	61	-	-
	45	116	35	1
	49.743	21.233	29.008	7.231

Os excessos de “corredor” apurados, no montante total de mEuros 29.008, relativo às responsabilidades com os cuidados de saúde, seguro de vida e o benefício mínimo do plano de contribuição definida, serão reconhecidos como custos nos exercícios futuros, em função do tempo de serviço futuro médio esperado dos empregados abrangidos nestes planos (Petrogal 3,99; Lisboaagás 4,84; Beiragás 26,76; Galp Energia, S.A. 28,01 para o seguro de vida, 16,62 para o seguro de saúde; Galp Power 31,50; GDP Distribuição 16,84; Lusitaniagás 26,68; Petrogal

Exploração 28,06; Transgás 23,97 e Sacor Marítima 5,38). Deste modo, será reconhecido no decurso do exercício de 2007 como custo, líquido de proveitos na rubrica de gastos com pessoal, o montante de mEuros 7.231, resultante da amortização do excesso de “corredor”.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica outras contas a pagar não correntes e correntes pode ser detalhada como segue:

RUBRICAS	2006		2005	
	CORRENTES	NÃO CORRENTES	CORRENTES	NÃO CORRENTES
Estado e outros entes públicos:				
ISP - Imposto sobre produtos petrolíferos	177.205	-	172.272	-
IVA a pagar	140.393	-	136.001	-
Outras tributações	6.316	-	455	-
Segurança social	4.089	-	4.137	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	4.055	-	6.666	-
Outros	-	12	-	21
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 17.)	252.862	-	330.595	-
Fornecedores de imobilizado	69.129	684	86.469	371
<i>Overlifting</i> - parceiros dos Blocos 1 e 14	26.602	-	-	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	14.460	-	13.777	699
Adiantamentos de clientes	8.390	-	6.002	-
Credores contas de transição	8.181	-	10.372	-
Credores contas de ligação	5.394	-	6.074	-
Saldos credores de clientes	1.631	-	1.403	-
Pessoal	1.177	-	1.518	-
Outros credores - empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 29.)	35	-	411	-
Empréstimos - empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 29.)	84	7.259	36.355	14.779
Outros credores	12.973	4.295	11.023	3.918
	732.976	12.250	823.530	19.788
Acréscimos de custos:				
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	25.996	-	25.173	-
Fornecimentos e serviços externos	17.818	-	9.289	-
Prémios de produtividade	15.099	-	11.354	-
Descontos, bónus e <i>rappel</i> relacionados com vendas	6.819	-	5.747	-
Brindes Fast Galp	6.799	-	5.675	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	3.070	-	210	-
Custos e perdas financeiros	2.152	-	2.247	-
Juros a liquidar	1.296	-	2.973	-
Prémios de seguro a liquidar	-	-	6.550	-
Outros acréscimos de custos	14.148	-	8.974	-

RUBRICAS	2006		2005	
	CORRENTES	NÃO CORRENTES	CORRENTES	NÃO CORRENTES
Proveitos diferidos:				
Direitos de passagem - fibra óptica (Nota 15.)	4.751	58.166	4.341	67.651
Prestação de serviços	358	-	5.702	-
Outros	12.172	182	4.617	9.004
	110.478	58.348	92.853	76.655
	843.454	70.598	916.382	96.443

O montante de mEuros 26.602, registado na rubrica de outras contas a pagar – *overlifting* – parceiros dos blocos 1 e 14, corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizada ao preço de mercado (Nota 2.7. e)).

O montante de mEuros 14.460, registado na rubrica de depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 13.643 referente à responsabilidade da Petrogal, em 31 de Dezembro de 2006, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, foram registadas ao valor de aquisição, o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

A rubrica de credores – contas de transição inclui o montante de mEuros 3.500, relativo à indemnização acordada em 1988/89 entre a EDP e a PGP - Petroquímica e Gás de Portugal (antecessora da GDP), caso se viesse a concretizar em momento posterior a alienação dos terrenos de Cabo Ruivo, entretanto cedidos pela EDP à PGP. Estes terrenos, alienados em exercícios anteriores, integravam o património da Cabo Ruivo – Sociedade de Gestão de Instalação de Equipamentos, S.A., tendo a Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. assumido esta responsabilidade, devido à fusão por incorporação com a empresa Cabo Ruivo ocorrida no exercício de 2003 com efeitos a 1 de Janeiro de 2003.

A rubrica de outros credores inclui mEuros 2.419 relativo ao valor de venda das fracções do Bairro da Bobadela, cujas escrituras ainda não foram celebradas.

Os montantes registados em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, em acréscimos de custos, na rubrica de fornecimentos e serviços

externos, correspondem à especialização naqueles exercícios de diversos custos, para os quais, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo não dispunha ainda das respectivas facturas.

O montante de mEuros 6.799, registado na rubrica de acréscimos de custos - Brindes “Fast Galp”, refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos a não rebatidos até 31 de Dezembro de 2006, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos exercícios seguintes.

O montante de mEuros 12.172, na rubrica de proveitos diferidos, inclui o montante de mEuros 8.237 que corresponde às participações de clientes recebidas pelo Grupo para a construção de ramais dedicados de gás natural e encontram-se a ser reconhecidos em proveitos durante o período de concessão.

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica proveitos diferidos e são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 31 de Dezembro de 2006, por reconhecer em exercícios futuros, ascende a mEuros 62.917.

26. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica de provisões durante o período findo em 31 de Dezembro de 2006 foi o seguinte:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	UTILIZAÇÃO	TRANSE./ REGULARIZ.	SALDO FINAL
Processos judiciais	20.799	3.596	(2.820)	(516)	530	21.589
Investimentos financeiros	5.330	1.246	(1.526)	-	282	5.332
Impostos	2.948	3.718	-	(33)	3	6.636
Provisão para reestruturação	13.353	-	(328)	(3.776)	(9.249)	-
Outros riscos e encargos	30.281	23.823	(9.545)	(6.469)	10.996	49.086
	72.711	32.383	(14.219)	(10.794)	2.562	82.643

Os aumentos de provisões, líquidos de diminuições, foram registados por contrapartida das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados:

Provisões e reversões (Nota 7.)	18.700
Outros custos com pessoal	554
Resultados relativos a participações financeiras	(280)
Outros	(810)
	18.164

» PROCESSOS JUDICIAIS

O montante de mEuros 21.589 Euros registado em 31 de Dezembro de 2006, na rubrica de processos judiciais em curso, inclui essencialmente o montante de mEuros 9.870 (Nota 32.) relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo. O aumento verificado na rubrica de provisões para processos judiciais inclui o montante de mEuros 306 referentes a juros moratórios de 2006, de processos judiciais relacionados com taxas de ocupação de subsolo.

» INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A provisão para investimentos financeiros, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos, detalha-se conforme segue (Nota 4.):

Central E, S.A.	2.632
Sonangalp - Soc. Distrib. e Com. Combustíveis, Lda.	2.700
	5.332

» IMPOSTOS

A rubrica provisão para impostos, no montante de mEuros 6.636, inclui essencialmente: (i) mEuros 3.239 referente a Contribuição Autárquica, actual Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), dos exercícios de 1998 a 2005 e reforço de 2006, no montante de mEuros 324, relativo à actividade de transporte de gás natural entretanto transferida para a REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. no decurso de 2006, mas cujas responsabilidades pelo seu pagamento ainda cabem à Transgás, S.A.. Não foi ainda fixado, pelas autoridades competentes, o montante a pagar de IMI; (ii) mEuros 3.377 para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, S.A.

A redução de mEuros 33 nesta provisão é relativa à utilização pelo método directo relativo a pagamentos do IMI.

» PROVISÕES PARA RESTRUTURAÇÃO

O montante de mEuros 9.249 inclui uma transferência da provisão para reestruturação para a rubrica de responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios, no montante de mEuros 5.430, correspondente às responsabilidades com o pagamento de

pré-reformas para os empregados no activo abrangidos no processo de reorganização do grupo Galp Energia e ao redimensionamento do pessoal (Nota 24.). O montante remanescente de mEuros 3.819 foi transferido para a rubrica de outras provisões representando o montante pré-reformas de 2006 já negociadas a liquidar em 2007.

O montante de mEuros 3.776 de utilizações directas da provisão para reestruturação inclui os montantes de mEuros 8 e mEuros 3.768 referentes a pagamentos de indemnizações por rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo efectuadas no grupo GDP e no grupo Petrogal, respectivamente.

» OUTROS RISCOS E ENCARGOS

O total de aumentos de outras provisões, no montante de mEuros 23.823, refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 5.768 pela constituição de provisão para fazer face a liquidações adicionais de Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP) relativos aos anos de 2002 a 2005, derivado das operações de pesquisa de produção petrolífera em Angola (Nota 10. vii));
- ii) mEuros 4.375 para constituição de provisão para fazer face a coimas no âmbito do direito da concorrência na UE;
- iii) mEuros 2.612 para constituição de provisão para fazer um processo de reclamação de serviços de *flushing* da linha do terminal Oceânico de Leixões;
- iv) mEuros 2.241 referentes ao reforço da provisão para custos de abandono do Bloco 14, que é estimada através da aplicação à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas no final desse período, adicionadas da produção do período;
- v) mEuros 1.600 pela constituição de provisão para seguros de transporte de crude e produtos acabados;
- vi) mEuros 1.150 relativos a juros compensatórios relativos à não aceitação dos custos fiscais de 2002 pelo abate do terminal oceânico de Leixões;
- vii) mEuros 1.150 para reforço da provisão para custos de abandono

das instalações de exploração no Bloco 1. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Empresa no final da vida útil de produção daquela área petrolífera;

- viii) mEuros 899 pela constituição de provisão para a descontaminação de solos do Parque de Sacavém;
- ix) mEuros 180 pela constituição de provisão para a descontaminação de solos da Fábrica de Lubrificantes.

A redução, no montante de mEuros 9.545, na rubrica outros riscos e encargos inclui o montante de mEuros 5.835 relativo à anulação da provisão relativa a juros reconhecidos em proveitos até o ano de 2003, no âmbito do contrato de cessão do direito de utilização de infra-estruturas de telecomunicações, pelo facto do processo judicial que se encontrava no Tribunal Arbitral ter sido resolvido de forma favorável ao Grupo, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 (Nota 15.).

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo da rubrica provisões – outras provisões por riscos e encargos diversos no montante de mEuros 49.086 refere-se essencialmente a:

- i) mEuros 10.539 para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pela Empresa onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal;
- ii) mEuros 7.394 para fazer face a correcções à matéria colectável em sede de IRC (Nota 10.);
- iii) mEuros 7.185 para fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Galp Exploração no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas. A provisão para custos de abandono do Bloco 14 é estimada através da aplicação à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção, verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas no final desse período adicionadas da produção do período;
- iv) mEuros 5.768 para fazer face a liquidações adicionais de IRP em Angola (Nota 10.);
- v) mEuros 4.375 para fazer face a coimas no âmbito do direito da concorrência na UE;

- vi) mEuros 3.819 para fazer face a pré-reformas já negociadas e a ocorrer em 2007;
- vii) mEuros 2.612 para fazer um processo de reclamação de serviços de *flushing* da linha do terminal Oceânico de Leixões;
- viii) mEuros 1.600 para fazer face a divergências relativas a prémios de seguro para transporte de crude e produtos acabados;
- ix) mEuros 1.150 relativos a juros compensatórios relativos à não aceitação dos custos fiscais de 2002, pelo abate do terminal oceânico de Leixões;
- x) mEuros 495 para fazer face a custos com descargas de efluentes da refinaria de Sines.

27. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

	2006	2005
Fornecedores c/c	414.935	475.520
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	277.444	228.850
Fornecedores - títulos a pagar	-	2.006
	692.379	706.376

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – facturas em recepção e conferência correspondem essencialmente às compras de matérias-primas de petróleo bruto e de mercadorias em trânsito àquelas datas.

28. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

Conforme referido na nota 2.17. alínea f), é política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro e riscos de flutuação da margem de refinação, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos *cash flows* futuros esperados da sua actividade.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto a riscos de flutuação de mercado, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos *cash flows* futuros esperados da sua actividade.

A diminuição verificada no justo valor reflectido no Activo e Passivo, consequentemente da variação do justo valor no Capital Próprio no exercício de findo em 31 de Dezembro de 2006, no montante de mEuros 4.797, refere-se essencialmente a derivados financeiros de taxa de juro de cobertura de fluxos de caixa. Como tal, o justo valor da parte eficiente de cobertura desses derivados é reflectida na rubrica reservas de cobertura, no capital próprio atribuível aos accionistas, no montante de mEuros 4.805, deduzido dos respectivos Interesses minoritários, no montante de mEuros 317, e adicionado de mEuros 325 referente a variação de justo valor de empresas associadas.

Os instrumentos financeiros derivados em carteira, em 31 de Dezembro, apresentam as seguintes características:

	ACTIVO		PASSIVO	
	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE
Justo valor em 1 de Janeiro de 2005	95	3.532	(9.633)	(824)
Aquisições durante o ano	-	2.234	-	-
Alienações durante o ano	-	1.588	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(1.588)	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	(95)	(3.589)	2.759	(1.040)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	52	-	1.417	-
Justo valor em 31 de Dezembro de 2005	52	2.177	(5.457)	(1.864)
Aquisições durante o ano	-	8.237	-	-
Alienações durante o ano	-	(5.439)	-	5.474
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	5.629	-	(5.474)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	(3.364)	1.340	(1.023)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	1.069	(97)	3.865	(40)
Justo valor em 31 de Dezembro de 2006	1.121	7.143	(252)	(2.927)

TIPO DE DERIVADO DE TAXA DE JURO	TAXA DE JURO	VALOR NOMINAL	MATURIDADE	JUSTO VALOR DE DERIVADOS EM MEUROS
Activo				
Cobertura de fluxo de caixa				
<i>Caps e Collar</i>	Paga entre <i>Cap</i> de 3,25% e 4% e <i>Floor</i> de 1,75% Recebe entre Euribor 3m e Euribor 6m	mEUR 50.000	2008 e 2010	451
<i>Swaps com cap com knock out</i>	Paga Euribor 12m com <i>Cap</i> 3,49% com <i>knock-out</i> 5,25% Recebe Euribor 3m	mEUR 6.906	2010	83
<i>Swaps de taxa de juro</i>	Paga entre 3,17% e 3,89% Recebe entre Euribor 3m e 6m	mEUR 49.125	2008 a 2011	586
Outros derivados financeiros				
<i>Swaps de taxa de juro</i>	Paga entre 3,37% e 3,94% Recebe Euribor 3m	mEUR 40.000	2008 e 2009	269
				1.389
Passivo				
Cobertura de fluxo de caixa				
<i>Swaps de taxa de juro</i>	Paga entre 4,07% e 6,24% Recebe entre Euribor 3m e 6m	mEUR 29.140	2008 a 2013	(166)
<i>Caps e Collar</i>	Paga entre 3,85% e 4% Recebe entre Euribor 3m e 6m	mEUR 35.000	2007 e 2008	(126)
Outros derivados financeiros				
<i>Caps</i>	Paga 4% Recebe Euribor 3m	mEUR 80.000	2008	(627)
				(919)

TIPO DE DERIVADO SOBRE <i>COMMODITIES</i>	CARACTERÍSTICAS	MATURIDADE	JUSTO VALOR DE DERIVADOS EM mEUROS
Activo			
Opções	Margem de refinação	2007	6.410
Swaps	Margem de refinação	2007	464
			6.874
Passivo			
Opções	Margem de refinação	2007	(2.028)
Swaps	Margem de refinação	2007	(232)
			(2.260)
Total de Activos			8.264
Não correntes			1.121
Correntes (Nota 18.)			7.143
Total de Passivos			(3.179)
Não correntes			(252)
Correntes			(2.927)

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

29. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas, verificados no exercício de 2006 e 2005, respectivamente, podem ser resumidos como se segue:

» SALDOS ACTIVOS

ANO 2006			
EMPRESAS	TOTAL DAS ENTIDADES RELACIONADAS	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO (NOTA 15.)	OUTROS DEVEDORES A MÉDIO E LONGO PRAZO (NOTA 15.)
Empresas associadas:			
Central E, S.A.	1	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	13.295	9.296	-
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	2	-	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	15.535	13.007	-
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	2.112	666	807
CLC Petrogal Guiné-Bissau, Lda.	29	-	-
Brisa Access, S.A.	10	-	-
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda.	186	-	-
Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	2.111	168	-
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A.	5.579	2.598	-
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	218	-	-
Metragaz, S.A.	62	-	-
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	3.456	-	-
Gasoducto Al Andaluz, S.A.	18.841	17.700	-
Gasoducto Extremadura, S.A.	14.001	12.349	-
	75.438	55.784	807
Empresas participadas:			
Agene - Agência para a Energia, S.A.	90	90	-
Cooperativa de Habitação da Petrogal, CRL	53	53	-
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	2	-	-
	145	143	-
Empresas relacionadas:			
ENI Portugal Investment, S.p.A.	16.455	-	-
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	4	-	-
Italgás	8	-	-
	16.467	-	-
	92.050	55.927	807

ATIVO				
CLIENTES, CONTA CORRENTE	OPERAÇÕES DE EMPRESAS ASSOCIADAS, PARTICIPADAS E RELACIONADAS (NOTA 15.)	OUTROS DEVEDORES (NOTA 15.)	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	CUSTOS DIFERIDOS
-	-	1	-	-
1.633	-	197	2.169	-
-	-	-	2	-
2.519	-	-	9	-
634	-	5	-	-
-	-	29	-	-
9	-	1	-	-
162	11	10	3	-
670	1.230	35	8	-
932	-	1.333	716	-
165	-	41	12	-
-	2	-	32	28
-	-	280	3.176	-
-	-	-	1.141	-
-	-	-	1.652	-
6.724	1.243	1.932	8.920	28
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
2	-	-	-	-
2	-	-	-	-
16.455	-	-	-	-
4	-	-	-	-
-	-	8	-	-
16.459	-	8	-	-
23.185	1.243	1.940	8.920	28

ANO 2005

EMPRESAS	TOTAL DAS ENTIDADES RELACIONADAS	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO (NOTA 15.)	OUTROS DEVEDORES A MÉDIO E LONGO PRAZO (NOTA 15.)
Empresas associadas:			
Brisa Access, S.A.	12	-	-
Central E, S.A.	2	-	-
Cooperativa de Habitação da Petrogal, CRL	-	-	-
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	151	149	-
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	7.462	-	-
Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	1.156	337	-
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	14.517	12.830	-
Galp Serviexpress, S.L.U.	51	-	-
Gásfomento Energia, S.A.	62	-	-
Gasfomento Sur Andalucía, S.A.	34	-	-
Gasoducto Al Andaluz, S.A.	21.281	20.006	-
Gasoducto Extremadura, S.A.	15.951	14.424	-
Metragaz, S.A.	76	-	-
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda. ⁽⁶⁾	132	-	-
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A.	1	-	-
Qualiwork - Ser. De Gestão Form. Empr., Lda.	6	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	12.891	9.085	-
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	696	744	-
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	4.886	2.475	-
	79.367	60.050	-
Empresas relacionadas:			
Ambélis - Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.	90	90	-
Cooperativa de Habitação da Petrogal, CRL	53	53	-
Enagás, S.A.	(1.017)	-	-
ENI Portugal Investment, S.p.A.	54	-	-
	(820)	143	-
	78.547	60.193	-

Os empréstimos a empresas associadas de médio e longo prazo respeitam, essencialmente, a empréstimos de financiamento concedidos pelas subsidiárias:

- Transgás, S.A., aos Gasodutos Al Andaluz e Extremadura, nos montantes de mEuros 17.700 e mEuros 12.349, respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no exercício de 2006, os quais ascenderam a mEuros 1.300, sendo mEuros 755 relativos ao Gasoduto Extremadura e mEuros 545 relativos

ao Gasoduto Al Andaluz, foram capitalizados na rubrica de empréstimos empresas associadas, como investimentos financeiros;

- GDP Distribuição, SGPS, S.A., a Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e a Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A., nos montantes de mEuros 7.166 e mEuros 2.655, respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos, no exercício de 2006, ascenderam a mEuros 505, dos quais mEuros 324 relativos à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e mEuros

ACTIVO				
CLIENTES, CONTA CORRENTE	OPERAÇÕES DE EMPRESAS ASSOCIADAS, PARTICIPADAS E RELACIONADAS (NOTA 15.)	OUTROS DEVEDORES (NOTA 15.)	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	CUSTOS DIFERIDOS
11	-	1	-	-
1	-	1	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	2	-
(3)	314	3.567	3.619	(35)
488	87	229	15	-
1.678	-	-	9	-
-	-	51	-	-
55	-	7	-	-
1	-	33	-	-
-	-	-	1.275	-
-	-	-	1.527	-
-	-	-	48	28
104	11	10	7	-
1	-	-	-	-
6	-	-	-	-
2.241	-	17	1.559	(11)
(48)	-	-	-	-
1.353	235	373	450	-
5.888	647	4.289	8.511	(18)
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
290	-	-	(1.307)	-
51	-	-	3	-
341	-	-	(1.304)	-
6.229	647	4.289	7.207	(18)

181 relativos ao Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A., e foram capitalizados na rubrica de empréstimos a empresas associadas, como investimentos financeiros;

- Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., no montante de mEuros 2.446. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no exercício de 2006, ascenderam a mEuros 140;

- Galp Power, SGPS, S.A., à Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A. no montante de mEuros 13.007. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no exercício de 2006, ascenderam a mEuros 542.

Estes empréstimos vencem juros à taxa normal de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

» SALDOS PASSIVOS

ANO 2006			
EMPRESAS	TOTAL DAS ENTIDADES RELACIONADAS	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO (NOTA 25.)	FORNECEDORES CONTA CORRENTE
Empresas associadas:			
Central E, S.A.	16	-	16
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	458	-	29
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	36	-	1
Brisa Access, S.A.	241	-	241
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda.	12	-	12
Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	177	-	163
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A.	2.276	-	1.581
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	418	-	30
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	12.723	-	4.438
Gasoducto Al Andaluz, S.A.	875	-	-
Gasoducto Extremadura, S.A.	889	-	-
	18.121	-	6.511
Empresas relacionadas:			
E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.	835	835	-
ENI, S.p.A.	4.370	2.902	186
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	444	443	-
Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.	1.827	1.827	-
AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A.	417	417	-
Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda.	835	835	-
Outros Accionistas - Grupo Sacor Marítima	65	-	-
	8.793	7.259	186
	26.914	7.259	6.697

PASSIVO					
FORNECEDORES FACTURAS EM RECEPÇÃO E CONFERÊNCIA	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	OUTRAS OPERAÇÕES A EMPRESAS ASSOCIADAS, PARTICIPADAS E RELACIONADAS (NOTA 25.)	OUTROS CREDORES (NOTA 25.)	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	PROVEITOS DIFERIDOS
-	-	-	-	-	-
5	-	-	-	29	395
-	-	-	35	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	14	-	-	-
-	-	-	-	137	558
27	354	5	-	2	-
8.285	-	-	-	-	-
875	-	-	-	-	-
889	-	-	-	-	-
10.081	354	19	35	168	953
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	1.282	-
-	-	-	-	1	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	65	-	-	-
-	-	65	-	1.283	-
10.081	354	84	35	1.451	953

ANO 2005			
EMPRESAS	TOTAL DAS ENTIDADES RELACIONADAS	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO (NOTA 25.)	FORNECEDORES CONTA CORRENTE
Empresas associadas:			
Brisa Access, S.A.	51	-	36
Central E, S.A.	172	-	72
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	1	-	1
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	48.795	-	-
Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	715	-	360
Gasoducto Al Andaluz, S.A.	915	-	-
Gasoducto Extremadura, S.A.	922	-	-
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda.	12	-	12
Qualiwork - Ser. De Gestão Form. Empr., Lda.	14	-	14
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	626	-	171
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	1	-	1
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	2.186	-	112
Tigs - Sociedade de Manutenção	8	-	6
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	522	441	-
	54.940	441	785
Empresas relacionadas:			
Enagás, S.A.	8.464	6.760	-
ENI, S.p.A.	8.423	3.457	178
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	420	420	-
AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A.	396	396	-
E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.	792	792	-
Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.	1.721	1.721	-
Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda.	792	792	-
	21.008	14.338	178
	75.948	14.779	963

O montante de mEuros 2.902, registado a médio e longo prazo a pagar à Eni, S.p.A., respeita a suprimentos obtidos pela subsidiária Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 835, mEuros 835 e mEuros 417, registado a médio e longo prazo, a pagar à E.E.M. - Empresa de Electricidade

da Madeira, S.A., à Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda. e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A., diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Galp Madeira - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

PASSIVO					
FORNECEDORES FACTURAS EM RECEPÇÃO E CONFERÊNCIA	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO (NOTA 25.)	FORNECEDORES DE IMOBILIZADO	OUTROS CREDORES (NOTA 25.)	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	PROVEITOS DIFERIDOS
15	-	-	-	-	-
100	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
13.956	34.839	-	-	-	-
341	-	-	14	-	-
915	-	-	-	-	-
922	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	23	432
-	-	-	-	-	-
26	-	502	397	215	934
2	-	-	-	-	-
-	81	-	-	-	-
16.277	34.920	502	411	238	1.366
631	1.435	23	-	(385)	-
1.303	-	-	-	3.485	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
1.934	1.435	23	-	3.100	-
18.211	36.355	525	411	3.338	1.366

O montante de mEuros 1.827 registado a médio e longo prazo a pagar à Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 443, registado a médio e longo prazo, a pagar à Companhia Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A., diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido.

» TRANSACÇÕES

ANO 2006			
EMPRESAS	TOTAL DAS ENTIDADES RELACIONADAS	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Empresas associadas:			
Central E, S.A.	(200)	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	16.666	14.236	1.966
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	21	1	2
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	25.890	25.342	6
Sonangal - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	1.131	1.126	-
Brisa Access, S.A.	(414)	-	-
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda.	785	388	8
Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	2.143	1.216	10
Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A.	7.209	6.633	313
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	3	-	-
Metragaz, S.A.	390	161	223
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	3.805	-	3.318
Gasoducto Al Andaluz, S.A.	1.298	-	543
Gasoducto Extremadura, S.A.	1.338	-	794
	60.065	49.103	7.183
Empresas relacionadas:			
E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.	(48)	-	-
ENI, S.p.A.	44.998	49.963	-
Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A.	(26)	-	-
Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.	(105)	-	-
AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A.	(24)	-	-
Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda.	(48)	-	-
Enagás, S.A.	3.777	-	4.307
	48.524	49.963	4.307
	108.589	99.066	11.490

TRANSACÇÕES

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	CUSTOS COM O PESSOAL	OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	JUROS SUPORTADOS (NOTA 9.)	JUROS OBTIDOS (NOTA 9.)
-	(200)	-	-	-	-
49	(89)	40	-	-	464
3	(5)	-	-	-	20
-	-	-	-	-	542
5	-	-	-	-	-
-	(414)	-	-	-	-
400	(11)	-	-	-	-
909	(1)	-	-	-	9
65	(128)	145	-	-	181
3	-	-	-	-	-
6	-	-	-	-	-
-	-	-	-	(744)	-
-	-	-	-	-	755
-	-	-	-	-	544
1.440	(848)	185	-	(744)	2.515
-	-	-	-	(48)	-
-	(4.771)	-	-	(194)	-
-	-	-	-	(26)	-
-	-	-	-	(105)	-
-	-	-	-	(24)	-
-	-	-	-	(48)	-
-	(351)	-	-	(179)	-
-	(5.122)	-	-	(624)	-
1.440	(5.970)	185	-	(1.368)	2.515

ANO 2005			
EMPRESAS	TOTAL DAS ENTIDADES RELACIONADAS	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Empresas do Grupo:			
Brisa Access, S.A.	(232)	-	-
Central E, S.A.	(230)	-	-
Ecogen - Serviços de Energia Descentralizada, S.A.	13	11	3
EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Ltd.	4.927	-	4.256
Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	6.665	851	12
Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	20.128	20.217	6
Galp Serviexpress, S.L.U.	1.191	-	-
Gásfomento Energia, S.A.	35	-	34
Gasfomento Sur Andalucia, S.A.	1	-	-
Gasoducto Al Andaluz, S.A.	1.269	-	598
Gasoducto Extremadura, S.A.	1.372	-	858
Italgás - Societa Italiana per il Gas, SPA	(37)	-	-
Metragaz, S.A.	362	173	179
Número Um - Reparação de Automóveis, Lda.	666	246	2
Qualiwork - Ser. De Gestão Form. Empr., Lda.	(69)	-	-
Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	14.256	11.708	2.084
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	(2)	-	-
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	5.269	4.602	319
Tripul - Soc. de Gestão de Navios, Lda.	58	-	-
	55.642	37.808	8.351
Empresas relacionadas:			
Enagás, S.A.	5.992	-	6.816
ENI, S.p.A.	549	3.104	4
	6.541	3.104	6.820
	62.183	40.912	15.171

TRANSAÇÕES					
OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	CUSTOS COM O PESSOAL	OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	JUROS SUPORTADOS (NOTA 9.)	JUROS OBTIDOS (NOTA 9.)
-	(232)	-	-	-	-
-	(230)	-	-	-	-
3	(9)	-	-	-	5
-	-	-	-	(718)	1.389
5.789	(5)	-	-	-	18
-	-	-	-	(691)	596
1.191	-	-	-	-	-
8	(7)	-	-	-	-
1	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	671
-	-	-	-	-	514
-	-	-	-	(37)	-
10	-	-	-	-	-
440	(22)	-	-	-	-
5	(74)	-	-	-	-
309	(217)	(163)	-	-	535
-	-	-	(2)	-	-
556	(191)	(50)	-	(76)	109
58	-	-	-	-	-
8.370	(987)	(213)	(2)	(1.522)	3.837
-	(467)	-	-	(357)	-
2	(2.381)	-	-	(180)	-
2	(2.848)	-	-	(537)	-
8.372	(3.835)	(213)	(2)	(2.059)	3.837

» REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos administradores da Galp Energia para os anos de 2005 e 2006 foi de mEuros 3.886 e mEuros 5.597 respectivamente, da qual mEuros 3.004 e mEuros 3.962 corresponde a remuneração base, mEuros 411 e mEuros 915 a gratificações/prémios, mEuros 296 e mEuros 440 a pagamentos para os fundos de pensões no âmbito de um plano de contribuições definidas e mEuros 175 e mEuros 280 a outros benefícios, respectivamente (Nota 7.).

A remuneração dos administradores da Galp Energia designados pela ENI e pagos a este accionista estão incluídas em fornecimentos e serviços externos e correspondem, nos anos de 2005 e 2006, a mEuros 770 e mEuros 1.448, respectivamente.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do grupo Galp Energia.

30. DIVIDENDOS

Os dividendos por conta do resultado líquido de 2005 atribuídos aos accionistas do Grupo ascenderam a mEuros 222.239, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, datada de 30 Junho de 2006, tendo os mesmos sido pagos em 2006.

Adicionalmente, por deliberação da Assembleia Geral, datada de 31 de Agosto de 2006, foram distribuídas reservas distribuíveis e resultados transitados no montante de mEuros 870.713.

No decurso do exercício de 2006, as ex-subsidiárias do Grupo, Gasoduto Braga - Tuy, S.A. e Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A., liquidaram dividendos à Enagás, S.A. no montante de mEuros 1.703. Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram liquidados mEuros 476 na esfera das subsidiárias do grupo Petrogal.

Como consequência do anteriormente referido, no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo pagou dividendos, reservas distribuíveis e resultados transitados no total de mEuros 1.095.131.

31. OPERAÇÃO DE VENDA DA ACTIVIDADE DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL (UNBUNDLING)

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, veio aprovar a estratégia nacional para a energia, tendo por fim, entre outros, a autonomização dos activos regulados do sector do gás natural (recepção, transporte e armazenamento), bem como a operacionalização da sua junção à empresa operadora da rede de transporte de electricidade (REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.). Esta resolução impôs a separação dos operadores dos activos regulados dos sistemas de Electricidade e Gás Natural. As principais medidas no âmbito desta estratégia contemplam a revisão do contrato de concessão com a Transgás, S.A., a integração, numa empresa, das redes de transporte de electricidade e de gás natural e a separação da actividade de comercialização da de distribuição, tanto no caso da electricidade, como no do gás natural.

A Transgás, S.A. celebrou com o Estado Português, em 14 de Outubro de 1993, o contrato de concessão de serviço público de importação, transporte e fornecimento de gás natural, o qual foi modificado em 26 de Setembro de 2006 no âmbito do enquadramento estrutural da concorrência nos sectores da electricidade e do gás, definido em resolução do Conselho de Ministros.

Na estratégia nacional para a energia, aprovada em 24 de Outubro de 2005, o Conselho de Ministros preconizou como medidas a adoptar, no âmbito do enquadramento estrutural da concorrência nos sectores da electricidade e do gás, entre outras, (i) a revisão do contrato de concessão com a Transgás e a cisão desta empresa, com o destaque das actividades de transporte, armazenamento e operação do terminal do gás liquefeito; (ii) a integração, numa empresa, das redes de transporte de electricidade e de gás natural, das actuais instalações de armazenamento e do terminal de gás liquefeito, garantindo a separação jurídica entre as actividades destas duas fileiras de energia; (iii) a separação da actividade de comercialização da de distribuição, tanto no caso da electricidade, como no do gás natural.

O Decreto-lei n.º 30/2006 de 15 de Fevereiro de 2006, concretizando no plano normativo a linha estratégica da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, define para o sector do gás natural um quadro legislativo coerente e articulado com a legislação comunitária e os principais objectivos estratégicos aprovados na referida resolução. Neste quadro, são estabelecidos os princípios de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, bem

como as regras gerais aplicáveis ao exercício das actividades de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, armazenamento subterrâneo, transporte, distribuição e comercialização, transpondo-se, desta forma, os princípios da Directiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, tendo por finalidade o incremento de um mercado livre e concorrencial.

Os actuais regimes jurídicos aplicáveis às actividades reguladas de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL em terminais oceânicos, de armazenamento subterrâneo, transporte e distribuição de gás natural, incluindo as respectivas bases das concessões, bem como os regimes jurídicos da comercialização de gás natural, incluindo a de último recurso, encontram-se estabelecidos no Decreto-lei n.º 140/2006 de 26 de Julho de 2006. É também estabelecida, neste diploma legal e regulatório, a organização dos respectivos mercados e prevista a criação do operador logístico de mudança de comercializador. Neste Decreto-lei procede-se ainda, igualmente, à definição do tipo de procedimentos aplicáveis à atribuição das concessões e licenças, das regras relativas à gestão técnica global do Sistema Nacional de Gás Natural (“SNGN”) e ao planeamento da rede nacional de transporte, infra-estruturas de armazenamento e terminais de GNL, a cargo da entidade concessionária da rede nacional de transporte de gás natural.

Pela importância que assumem no SNGN, este Decreto-lei estabelece as regras relativas à segurança do abastecimento e sua monitorização, bem como à constituição e manutenção de reservas de segurança de gás natural.

No artigo 65.º do Decreto-lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, definem-se os termos em que foi modificado o actual contrato de concessão do serviço público de importação de gás natural e do seu transporte e fornecimento através da rede de alta pressão, celebrado entre o Estado e a Transgás, S.A., em 14 de Outubro de 1993, mantendo-se numa sociedade em regime de domínio total pela Transgás, S.A., a concessão de armazenamento subterrâneo de gás natural, ainda que alterada em conformidade com este Decreto-lei.

De forma a concretizar a separação das actividades de transporte de gás natural, armazenamento subterrâneo de gás natural e de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, prevista no Decreto-lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, em 26 de Setembro foi assinado um contrato entre a Transgás, S.A., REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A e a Transgás – Armazenagem, S.A., relativo à transmissão dos activos regulados e cujo processo foi

denominado de *Unbundling* (destacamento ou alienação dos activos).

Os preços base de venda dos activos no âmbito do processo de *Unbundling* serão ajustados para o respectivo justo valor, em função das avaliações a efectuar no futuro, por entidades independentes de acordo com o estabelecido no Contrato Promessa relativo à Transmissão dos Activos Regulados. Os eventuais ajustamentos aos preços base de venda acima referidos poderão ser positivos ou negativos com excepção do ajustamento relativo ao preço base da venda dos activos de transporte, o qual apenas poderá reflectir um ajustamento positivo para Transgás, S.A..

Espera-se que, no decurso do exercício de 2007, os gasodutos de média pressão (MP) afectos à actual concessão, bem como as Unidades Autónomas de Gás (UAG) que ainda se mantêm sua propriedade, sejam alienados a cada concessionária de distribuição regional ou licenciada de distribuição local da respectiva área.

A Transgás, S.A., durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, para além da sua actividade de aquisição e transporte de gás natural, continuou o desenvolvimento das actividades de investimento relacionadas com a construção de Unidades Autónomas de Gás e Ramais Industriais.

A Transgás, S.A. continua a exercer, nos termos definidos no novo contrato celebrado com o Estado Português, as seguintes actividades que lhe foram concessionadas nos termos do contrato de concessão:

- a) Aprovisionamento de gás natural;
- b) Venda de gás natural, no âmbito de contratos de fornecimento celebrados com os produtores de electricidade em regime ordinário;
- c) Venda de gás natural a título transitório, no âmbito dos contratos de fornecimento em vigor celebrados com as actuais concessionárias de distribuição regional de gás natural, com os actuais titulares de licenças de distribuição local e com os grandes clientes;
- d) Exercício, a título transitório, da actividade de distribuição de gás natural através dos gasodutos de média pressão e das Unidades Autónomas de Gaseificação (UAG) que ainda detém.

A operação de *Unbundling*, ocorrida em Setembro de 2006, teve os seguintes impactos ao nível do balanço consolidado do Grupo em 31 de Dezembro de 2006:

OPERAÇÃO UNBUNDLING

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

ACTIVO	NOTAS	AUMENTO / (DIMINUIÇÃO)
Activo não corrente:		
Activos fixos tangíveis	31.1	(738.135)
Goodwill (Nota 12.)	31.1	(5.063)
Outros activos fixos intangíveis	31.1	(9.308)
Activos por impostos diferidos		(2.912)
Total de activos não correntes:		(755.418)
Activo corrente:		
Inventários		(2.063)
Clientes		(5.472)
Outras contas a receber	31.2	(3.740)
Caixa e seus equivalentes	31.3	506.019
Total de activos correntes:		494.744
Total do activo:		(260.674)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	AUMENTO / (DIMINUIÇÃO)
Capital próprio:		
Resultado líquido do período	31.7	219.987
Total do capital próprio atribuível aos accionistas:		219.987
Interesses minoritários		(7.922)
Total do capital próprio:		212.065
Passivo:		
Passivo não corrente:		
Empréstimos e descobertos bancários	31.4	(434.714)
Outras contas a pagar	31.5	(6.760)
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios		(7)
Passivos por impostos diferidos		2.050
Total do passivo não corrente:		(439.431)
Passivo corrente:		
Empréstimos e descobertos bancários	31.4	(34.916)
Fornecedores		(839)
Outras contas a pagar	31.5	(5.510)
Imposto corrente sobre rendimento a pagar	31.6	7.957
Total do passivo corrente:		(33.308)
Total do passivo:		(472.739)
Total do capital próprio e do passivo:		(260.674)

Como se mostra em cima, deu-se a saída de activos e passivos, que foram principalmente:

Nota 31. 1 – Activos fixos tangíveis e intangíveis

	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
Activos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	47.118	(4.511)	42.607
Edifícios e outras construções	37.018	(9.997)	27.021
Equipamento básico	762.280	(94.945)	667.335
Equipamento de transporte	607	(569)	38
Ferramentas e utensílios	1.330	(1.157)	173
Equipamento administrativo	4.160	(3.537)	623
Taras e vasilhame	2.084	(1.802)	282
Outras imobilizações corpóreas	71	(22)	49
Imobilizações em curso	7	-	7
	854.675	(116.540)	738.135
Outros activos fixos intangíveis			
Despesas de instalação	1.686	(1.581)	105
Despesas de investigação e de desenvolvimento	48	(8)	40
Propriedade industrial e outros direitos	13.083	(3.920)	9.163
	14.817	(5.509)	9.308
Goodwill			
Goodwill - empresas do Grupo	6.076	(1.013)	5.063
	6.076	(1.013)	5.063

O montante de mEuros 738.135, na rubrica de activos fixos tangíveis, é referente às actividades de transporte de gás natural, armazenamento subterrâneo de gás natural, de recepção e armazenamento.

Nota 31. 2 – Outras contas a receber

	CORRENTE
Outros devedores	1.158
Acréscimos de proveitos	2.471
Estado e outros entes públicos	109
Custos diferidos	2
	3.740

Nota 31. 3 – Caixa e seus equivalentes

Valor de alienação dos activos da Transgás, S.A.	788.888
Valor de alienação das participações no Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. e no Gasoduto Braga - Tuy, S.A. (Nota 3.)	16.648
Valor de alienação da participação financeira na Trangás Atlântico – Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A. (Nota 3.)	29.974
Pagamento do empréstimo da Trangás Atlântico – Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A.	(20.300)
Pagamento do empréstimo ao Banco Europeu de Investimentos (B.E.I.)	(309.255)
Dividendos recebidos do Gasoduto Braga - Tuy, S.A.	646
Dividendos recebidos do Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A.	7.935
Transferência dos activos do Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. para a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	(6.686)
Transferência dos activos do Gasoduto Braga - Tuy, S.A. para a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	(1.253)
Alienação da Transgás Atlântico – Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A.	(578)
	506.019

Nota 31. 4 – Empréstimos e descobertos bancários

	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimo ao Banco Europeu de Investimentos (B.E.I.)	34.916	396.339	431.255
Empréstimo bancário	-	38.375	38.375
	34.916	434.714	469.630

Nota 31. 5 – Outras contas a pagar

	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Fornecedores de imobilizado	279	-	279
Acréscimo de custos	2.594	-	2.594
Estado e outros entes públicos	1.202	-	1.202
Empréstimo da Enagás, S.A.	1.435	6.760	8.195
	5.510	6.760	12.270

Nota 31. 6 – Imposto corrente sobre rendimento a pagar

O impacto fiscal na Transgás, S.A. referente a mais valia gerada na operação do "UNBUNDLING"	8.546
Transferência dos activos do Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. para a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	(1.070)
Transferência dos activos do Gasoduto Braga - Tuy, S.A. para a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.	(70)
Alienação da Transgás Atlântico – Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A.	551
	7.957

Nota 31. 7 – Resultado líquido do período

Mais valia na alienação do imobilizado (Nota 6.)	237.282
Imposto sobre o rendimento	(10.636)
Menos valia na alienação da participação na empresa Transgás Atlântico – Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A. (Nota 4.)	(1.823)
Menos valia na alienação da participação nas empresas Gasoduto Braga - Tuy, S.A. e Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. (Nota 4.)	(18.210)
Equivalência patrimonial Transgás Atlântico – Sociedade Portuguesa de Gás Liquefeito, S.A. ^(a)	5.826
Equivalência patrimonial Gasoduto Braga - Tuy, S.A. ^(a)	475
Equivalência patrimonial Gasoduto Campo Maior - Leiria - Braga, S.A. ^(a)	5.994
Outros proveitos operacionais	1.079
	219.987

(a) Efeito da equivalência patrimonial até 31 de Agosto de 2006.

O valor de venda da totalidade dos activos (*Unbundling*) foi mEuros 835.510, provocando um impacto nos resultados da

Empresa no montante de mEuros 219.987 (Nota 1.).

32. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

» RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha uma responsabilidade contingente relacionada com um processo judicial em curso, relativamente ao processo de reprivatização da Drifal - Plásticos de Portugal, S.A. envolvendo um pedido de indemnização de mEuros 19.952. O Conselho de Administração da Empresa, suportado com parecer do gabinete de apoio jurídico, considera que decorrente deste processo não resultará qualquer encargo para a Empresa, pelo que não foi constituída qualquer provisão para o referido efeito, encontrando-se contudo prestada nesta data uma garantia bancária naquele montante;
- ii) A Câmara Municipal de Lisboa exige pagamentos à Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 1.891 de 1994/95, mEuros 1.016 de 1996, mEuros 1.044 de 1997, mEuros 1.069 de 1998, mEuros 1.093 de 1999, mEuros 1.145 de 2001, mEuros 1.189 de 2002, mEuros 1.238 de 2003, mEuros 1.288 de 2004, mEuros 1.319 de 2005 e mEuros 1.347 de 2006, respeitantes à “licença de ocupação de via pública” com tubagens de gás existentes no subsolo;
- iii) A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira exige pagamentos à Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 104 de 1994/95, mEuros 70 de 2002, mEuros 77 de 2003 e mEuros 216 de 2005, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos;
- iv) A Câmara Municipal de Oeiras exige pagamentos à Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 23 de 1998 e mEuros 26 de 2001, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos;
- v) A Câmara Municipal de Sintra exige pagamentos à Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 11 de 1998, mEuros 47 de 1999, mEuros 275 de 2000, mEuros 417 de 2001, mEuros 469 de 2002, mEuros 490 de 2003, mEuros 545 de 2004, mEuros 614 de 2005 e mEuros 665 de 2006, respeitantes às taxas de ocupação do subsolo dos respectivos anos;
- vi) A Câmara Municipal de Cascais exige o pagamento à Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. de mEuros 403, respeitante à taxa de ocupação do subsolo de 2001, e mEuros 524 referentes a taxas de ocupação do subsolo de 2006;
- vii) A Câmara Municipal da Covilhã exige à Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. o pagamento de mEuros 113 relacionado com um processo judicial em curso e que respeita à “licença de ocupação de via pública” com tubagens de gás existentes no subsolo;
- viii) A Câmara Municipal da Amadora exige pagamentos de mEuros 6.994 respeitantes às taxas de subsolo de 2006.

A Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., com base em pareceres jurídicos, decidiu impugnar judicialmente os pagamentos exigidos por estas Câmaras, junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir.

O Conselho de Administração da Lisboagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. considera que, decorrente destes processos, a GDL apenas poderá incorrer em encargos até ao montante máximo de mEuros 9.870, não por mérito da questão, mas por questões de índole processual, os quais se encontram provisionados (Nota 26.).

A Administração da Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A. entende que o processo acima referido não irá ocasionar a ocorrência de responsabilidades para a Empresa.

» ACTIVOS CONTINGENTES

Na sequência da venda, realizada no exercício contabilístico de 1999, de 40% do capital social da OPTOP, SGPS, S.A., representada por 440.000 acções com valor nominal por acção de 5 Euros, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de mEuros 189.544, tendo sido atribuído um valor de mEuros 74.818 ao segmento da 093X e um valor de mEuros 114.726 ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S.A. e Transgás, S.A. à EDP, S.A. foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTeP, SGPS, S.A., a 093X ou qualquer entidade directa ou indirectamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender, ou por qualquer modo alienar a terceiros, uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de Junho de 1999), a diferença entre o valor de mEuros 74.818 e o valor dessa alienação seria repartida

mEUROS POR CADA 220.000 ACÇÕES	EDP	GRUPO GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objecto de um aditamento em 28 de Setembro de 2000 entre as partes: GDP, SGPS, S.A., Transgás, SGPS, S.A., Transgás, S.A. e EDP, S.A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das acções da Optimus até 31 de Dezembro de 2003.

Em 22 de Março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTeP, SGPS, S.A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S.A. à Thorn Finance, S.A. O preço de venda foi estipulado em mEuros 315.000, o que significa que a *Thorn Finance* valorizou a Optimus em mEuros 1.235.779, portanto, acima do valor estipulado entre a EDP, S.A., GDP, SGPS, S.A. e Transgás, S.A., que foi de mEuros 748.197. Assim, haverá lugar a um *upside* para as empresas do grupo GDP, a pagar pela EDP, S.A. no montante de mEuros 30.253, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S.A. e a Transgás, SGPS, S.A..

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do grupo GDP, não foi efectuado o registo contabilístico desta conta a receber.

» OUTROS COMPROMISSOS FINANCEIROS

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo e não incluídos no balanço em 31 de Dezembro de 2006 são:

- mEuros 7.793 relacionados com encomendas não satisfeitas de activos fixos tangíveis;
- mEuros 1.716 relacionados com letras a receber descontadas no sistema bancário e não vencidas;
- mEuros 339.558, mEuros 7.115 e mEuros 23.048 de responsabilidades cobertas pelos fundos de pensões Petrogal, Sacor Marítima e grupo GDP, respectivamente (Nota 24.);
- mEuros 49.624 e mEuros 46.938 de responsabilidades do grupo Petrogal com o plano de pensões, cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo (Nota 24.), respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do “corredor” de 10% (Nota 2.10. e 2.11.) ou por corresponderem a excesso de “corredor” ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- mEuros 6.464 e mEuros 2.760 de responsabilidades do grupo GDP com o plano de pensões, cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo (Nota 24.), respectivamente, não registados nas demonstrações financeiras por estarem dentro dos limites do “corredor” de 10% (Nota 2.10. e 2.11.) ou por corresponderem a excesso de “corredor” ainda não reconhecido na demonstração de resultados;
- No âmbito da legislação comunitária, a Petrogal desenvolveu um Projecto de Reconfiguração Ambiental e Processual do Sistema de Refinação Nacional – Auto-Oil – com vista a cumprir, por um lado, as especificações de combustíveis, nomeadamente gasolinas e gasóleos, e por outro adequar o desempenho ambiental das Refinarias de acordo com a legislação prevista. Neste projecto foi despendido, aproximadamente, mEuros 146.000.

Consciente das suas responsabilidades para com o meio envolvente, a Petrogal decidiu em Setembro de 1998 comprometer-se publicamente na protecção ambiental, através da assinatura de um Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental com o Ministério da Economia e com o Ministério do Ambiente. No âmbito deste protocolo, que estabeleceu um vasto conjunto de acções de protecção ambiental – Programa de Acções Ambientais –, apenas estão por implementar as alterações processuais a executar no âmbito da adequação das refinarias às condições estabelecidas no âmbito de Diplomas Legais (PCIP, GIC’s), no período 2007/2008.

Acresce ainda referir que a Empresa, em 2006, deu continuidade ao programa de requalificação da sua rede de postos de abastecimento, garantindo a sua adequação aos requisitos legais e cumprindo o estabelecido no Protocolo de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental da Petrogal. Em 2006, este programa correspondeu a um montante de investimento total de mEuros 771, aplicados em projectos elegíveis como capitalizáveis em imobilizado.

Prevê-se, para 2007, intervenções no valor de mEuros 2.000.

Os compromissos financeiros assumidos pela Empresa e não incluídos no balanço em 31 de Dezembro de 2006, relativos à implementação da rede de transporte de gás natural, eram de mEuros 308, como se discrimina:

DESCRIÇÃO	VALOR DO CONTRATO	ATÉ 2006	2006
		REALIZADO	POR REALIZAR
Servidões/Expropriações	2.108	1.799	308

» GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2006, as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a mEuros 103.237 e mUsd 145.295, sendo constituídos essencialmente por:

- i) Garantias prestadas a Tribunais, no montante de mEuros 96, pela Caixa Geral de Depósitos, devido a acções litigiosas relacionadas com servidões;
- ii) Garantias, no montante de mEuros 7.751, constituídas a favor do Tribunal Administrativo Fiscal, anteriormente designado por Tributário de Primeira Instância de Lisboa - 5º juízo - 1ª secção, destinadas a servir de caução ao pagamento exigido pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação de subsolos;

- iii) Garantias, no montante de mEuros 15.020, prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação do subsolo;

- iv) Garantias, no montante de mEuros 13.573, prestadas ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de exploração das redes de distribuição regional de gás natural da Lisboaagás GDL - Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.;

- v) Garantias de fiança relativamente a 27,4% (participação financeira da Transgás, S.A.) dos seguintes créditos concedidos à EMPL - Europe Maghreb Pipeline, Limited:

	TIPO	TOTAIS DE CRÉDITOS mUSD	PARTE TRANSGÁS mUSD
BEI	Bancária	370.272	101.455
ICO	Bancária	160.000	43.840
		530.272	145.295

Em 31 de Dezembro de 2006, existiam garantias no montante de mEuros 46.845 a favor de terceiros por conta de empresas do Grupo e associadas.

- vi) Garantia, no montante de mEuros 19.952, constituída a favor do Tribunal da Comarca de Lisboa, 2ª vara - 1ª Secção, no âmbito do processo judicial em curso referente à reprivatização da Driftal.

33. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na actividade de Refinação, apresentam-se, como principais desafios, o cumprimento dos objectivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa, para o período compreendido entre 2008 e 2012, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

O Decreto-lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo 243-A/2004, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 230/2005, de 29 de Dezembro, estabelece o regime do comércio de emissões de gases com efeito de estufa (Diploma CELE), e aplica-se às emissões provenientes das actividades industriais constantes no seu anexo I, nas quais estão incluídas instalações do grupo Galp Energia.

As instalações abrangidas pelo Comércio de Emissões, no primeiro triénio 2005 a 2008, são a refinaria de Sines e a refinaria do Porto, ambas respeitantes à Petrogal, e as instalações de Cogeração, respeitantes às empresas Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A. e Powercer - Sociedade de Cogeração de Vialonga, S.A., do grupo Galp Power.

Pelo Despacho conjunto 686-E/2005, de 13 de Setembro de 2005, foi aprovada a lista de instalações existentes participantes no comércio de emissões e a respectiva atribuição inicial de licenças de emissão para o período 2005/2008.

Assim foram atribuídas às instalações das empresas, anualmente, as seguintes licenças:

EMPRESA	INSTALAÇÕES	LICENÇAS TON/CO ₂ ATRIBUÍDAS
Petrogal	Refinaria de Sines	2.313.908
	Refinaria do Porto	951.969
	Sub-total grupo Petrogal	3.265.877
Carriço Cogeração	Cogeração	139.284
Powercer	Cogeração	38.831
	Sub-total Galp Power	178.115
	Total grupo Galp Energia	3.443.992

Nos termos do Despacho n.º 19 649/2006, foi aprovada uma alteração à licença de emissão a atribuir para o período 2005-2007, do qual faz parte integrante a Powercer - Sociedade de Cogeração de Vialonga, S.A., do grupo Galp Power. Foram atribuídas adicionalmente 333 Ton/CO₂ por ano para o triénio 2005-2007.

No ano 2006, foram emitidas as seguintes quantidades de gases com efeito de estufa (Ton/CO₂) pelas instalações supra mencionadas:

EMPRESA	INSTALAÇÕES	GASES EMITIDOS DURANTE 2006 ^(a)	LICENÇAS ACUMULADAS TON/CO ₂ EM CARTEIRA PARA 2007
Petrogal	Refinaria de Sines	2.116.194	2.564.098
	Refinaria do Porto	902.187	958.619
	Sub-total grupo Petrogal	3.018.381	3.552.717
Carriço Cogeração	Cogeração	122.894	166.012
Powercer	Cogeração	42.556	38.520
	Sub-total grupo Galp Power	165.450	204.532
	Total grupo Galp Energia	3.183.831	3.727.249

(a) Estes valores foram verificados por uma entidade especializada no decurso da auditoria ambiental.

O grupo Galp Energia entendeu não reflectir nas suas demonstrações financeiras o reconhecimento de uma eventual valorização ou desvalorização das mesmas licenças, por se entender não existir ainda um mercado regulado que permita o registo apropriado de tais desvios.

Contudo, caso venha a ocorrer uma insuficiência de licenças serão constituídas as provisões adequadas, caso tal se revele o mais apropriado. Em 31 de Dezembro de 2006, apenas nas instalações da Powercer, as licenças atribuídas se revelaram inferiores ao volume de gases emitidos, por um montante considerado não significativo e que pudesse vir a ter efeito nas demonstrações financeiras àquela data. Em 31 de Dezembro de 2006, as licenças atribuídas ao Grupo revelaram-se superiores ao volume de gases emitidos, por conseguinte não foram constituídas provisões no exercício.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os principais eventos subsequentes ocorridos após 31 de Dezembro de 2006 são como segue:

» ESTRUTURA ACCIONISTA

No decurso de 2007, o Estado procedeu à alienação à Parpública, SGPS, S.A., de 40.000.000 de acções do tipo A e 1.494.501 acções de tipo B, representativas de 5,0% do capital social da Galp Energia, SGPS, S.A.. Após esta aquisição a Parpública passa a deter 58.079.514 acções da Galp Energia, SGPS, S.A., representativas de 7,0% dos direitos de voto, deixando o Estado Português, a partir dessa data, de ser accionista da Sociedade. As acções do tipo A garantem ainda os direitos especiais consagrados no art. 4.º dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A.

Em virtude da fusão da ENI Portugal Investment, S.p.A, na ENI, S.p.A, comunicada em 2 de Janeiro de 2007, o accionista da Galp Energia passou a ser a ENI, S.p.A.

Desta forma, os detentores do capital (Nota 20.) em 31 de Dezembro de 2006, não se encontram corrigidos pelos efeitos da operação acima referida.

» PLANO DE INVESTIMENTOS

O Conselho de Administração da Galp Energia aprovou um conjunto de investimentos para o seu aparelho refinador, no qual se destaca a unidade de conversão, que visa, em 2011, aumentar a produção de gasóleo em 2,5 milhões de toneladas, diminuindo a produção de fuelóleo.

» PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

No decurso do mês de Janeiro de 2007, o Grupo procedeu à alienação da participação financeira detida na associada Número Um – Reparação de Automóveis, Lda., correspondente a 49% do Capital Social, pelo valor global de mEuros 1.500, que se encontrava registada no activo da Empresa, em 31 de Dezembro de 2006, pelo montante de mEuros 555 (Nota 4.).

» SEGMENTO DE GÁS NATURAL

A licença de comercialização de gás natural de último recurso foi concedida à Transgás Indústria, S.A. em 1 de Janeiro de 2007, de acordo com o modelo aprovado pela Portaria n.º 930/2006, de 7 de Setembro, tendo sido nesta data, conforme previsto no Decreto-lei n.º 140/2006, de 26 de Julho, transmitidos para a esfera jurídica desta sociedade os contratos de fornecimento de gás natural celebrados com as distribuidoras regionais e locais e os grandes clientes.

No seguimento da alteração da actividade da Transgás Indústria, S.A., em cumprimento do novo quadro legal do sector do gás natural, e da alteração da denominação social da Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. para Galp Gás Natural, S.A. foi alterada, em 23 de Fevereiro de 2007, a sua denominação para Transgás, S.A..

» SEGMENTO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO PETROLÍFERA

Foi assinado, em 1 de Fevereiro, o contrato com o Governo Português para a exploração de hidrocarbonetos em três blocos *offshore* localizados em frente à Costa Alentejana. O operador destes blocos é a companhia australiana *Hardman Resources*,

com 80%, detendo a Galp Energia e a Partex 10% da participação cada uma, naquele consórcio.

As autoridades competentes em Angola, tendo em consideração que o período de pesquisa do Bloco 14 termina no final do mês de Fevereiro, concederam uma extensão de seis meses para a conclusão dos poços de pesquisa em curso e em fase de avaliação de resultados.

Foram anunciadas mais duas descobertas comerciais no Bloco 32, na sequência da realização dos poços de exploração Manjerição e Caril.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 24 de Abril de 2007, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O TÉCNICO DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Giancarlo Rossi

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Eng. Massimo Giuseppe Rivara

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura

Eng. Camillo Gloria

Eng. Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Dr. Angelo Mario Taraborrelli

Dr. Manuel Carlos Costa da Silva

Dr. Marco Alverà

Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto

Dr. Pedro António do Padre Castelino e Alvim

Eng. Alberto Maria Alberti

36. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA - CONTAS CONSOLIDADAS

» INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório Consolidado de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da Galp Energia, SGPS, S.A. ("Empresa") e subsidiárias ("Grupo"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 5.241.810.000 Euros e capitais próprios de 2.036.674.000 Euros, incluindo um resultado líquido de 754.774.000 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

» RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, dos seus fluxos de caixa e das alterações no seu capital próprio; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

» ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório Consolidado de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

» OPINIÃO

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato

Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

» ÊNFASE

6. Conforme divulgado na Nota 2.1. do Anexo, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005, apresentadas e aprovadas pela Assembleia Geral de Accionistas, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (“POC”). Contudo, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, apresentadas em anexo para efeitos comparativos, tinham sido já preparadas de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, para efeitos de inclusão no prospecto de Oferta Pública de Venda e de admissão à negociação de parte das acções da Empresa (“Prospecto de Oferta Publica de Venda”) realizado no exercício de 2006. Os ajustamentos de transição na preparação pela primeira vez das demonstrações financeiras em IFRS, foram reportados a 1 de Janeiro de 2004 (data de transição), tendo-se observado as disposições previstas na IFRS 1 – Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro, na quantificação dos mesmos e cujo detalhe encontra-se evidenciado naquelas demonstrações financeiras incluídas no Prospecto de Oferta Pública de Venda supra mencionado.

Lisboa, 24 de Abril de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

37. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Accionistas

O Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. em exercício de funções foi nomeado, pelos accionistas, por deliberação social unânime por escrito de 5 de Outubro de 2006.

O facto de a nomeação do Conselho Fiscal haver ocorrido no âmbito do processo de Oferta Pública de Venda de um lote de acções representativas de 23% do capital social da Galp Energia, SGPS, S.A., facilitou, em muito, a sua actividade.

Na verdade, o Prospecto de Oferta Pública de Venda e Admissão à Negociação das acções representativas do capital social da Galp Energia SGPS, S.A., constitui um documento inteiramente esclarecedor no que respeita:

- Aos riscos de toda a natureza que impendem sobre a actividade da sociedade e ao modo como podem afectar os seus resultados;
- Ao sistema de governo da sociedade, nomeadamente no que respeita ao modo como gere estes riscos e apura os seus resultados.

No exercício das suas atribuições, o Conselho Fiscal teve oportunidade de tomar conhecimento circunstanciado do funcionamento da sociedade em todas as matérias do seu âmbito de competências, tendo contado com a inteira colaboração de:

- Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva, nomeadamente no que se refere ao serviço de Auditoria Interna por que são, respectivamente, responsável e responsável pelo acompanhamento administrativo;
- Administrador, membro da Comissão Executiva responsável pelas áreas de Finanças Corporativas e de Contabilidade e Tesouraria;
- Responsáveis operacionais pelos serviços internos atrás referidos;
- Auditor Externo, função exercida em acumulação com a de Revisor Oficial de Contas tanto da Galp Energia, SGPS, S.A. como de todas as sociedades por aquela maioritariamente participadas;
- Consultor fiscal externo.

Todas estas entidades responderam cabalmente às questões que lhe foram sendo colocadas pelo Conselho Fiscal, nomeadamente no que se refere ao modo como exercem, concretamente, as suas funções de fiscalização e de controlo de riscos, e aos procedimentos associados.

Tomou-se conhecimento do elevado grau de profissionalismo com que são exercidas estas actividades, da elevada preocupação em adoptar as melhores práticas internacionais aplicáveis e da disponibilidade para, sempre que necessário, recorrer:

- À aquisição de serviços prestados por entidades externas particularmente qualificadas, caso do controlo dos riscos informáticos e outros relacionados com o funcionamento dos sistemas de informação;
- Aos serviços de outros departamentos internos melhor posicionados, caso dos riscos ambientais e de segurança, a cargo da Direcção de Ambiente, Qualidade e Segurança.

Apraz ao Conselho Fiscal registar a deliberação adoptada pela Comissão Executiva, já no decurso do ano de 2007, de reforço considerável dos meios humanos ao dispor da Direcção de Auditoria Interna, tanto em quantidade como em qualidade, de que deverá resultar um aumento da eficácia deste serviço e o seu maior reflexo na cultura da organização.

Já em final de exercício, o Conselho Fiscal debruçou-se particularmente sobre o modo como são tratadas, contabilisticamente, todas as situações de natureza patrimonial cuja avaliação poderá dar lugar a intervenções de índole mais discricionária ou menos objectiva. Confrontados, tanto os serviços internos responsáveis como o revisor oficial de contas e auditor externo, com um conjunto de questões expressas sobre o modo como foram avaliadas e tratadas estas situações, uma a uma, quer no balanço consolidado quer na demonstração consolidada dos resultados, as respostas obtidas foram inteiramente satisfatórias. Cabe realçar, a este respeito, como factor de conforto e segurança:

- O valor reduzidíssimo dos ajustamentos introduzidos nas contas em resultado do trabalho efectuado pelo auditor externo em final do ano, sem efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo Galp Energia em 31 de Dezembro de 2006;

- O grau de detalhe do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, cujas explicações foram, em todos os casos, consideradas satisfatórias.

Senhores Accionistas

Pela primeira vez, as demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia SGPS, S.A. são apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”).

Tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas e do Relatório de Auditoria das contas consolidadas emitidos, nos termos da legislação em vigor, pela sociedade de revisores oficiais de contas (auditor externo), com o qual concordamos, somos de Parecer que:

- Seja aprovado o Relatório de Gestão Consolidado relativo ao exercício de 2006 e bem assim o Relatório de Governo da Sociedade e o Relatório de Sustentabilidade que o acompanham;
- Sejam aprovadas as Contas Consolidadas (Balanço Consolidado, Demonstração dos Resultados Consolidados por naturezas, Demonstração dos fluxos de caixa consolidados, Demonstração Consolidada das alterações no capital próprio e correspondentes anexos) relativas ao exercício de 2006.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S.A., cuja colaboração sempre simplificou, em muito, o exercício das suas funções.

Lisboa, 8 de Maio de 2007

Presidente - Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal - José Gomes Honorato Ferreira

Vogal - José Maria Rego Ribeiro da Cunha

» EDIÇÃO

Galp Energia, SGPS, S.A.
Direcção de Relações com Investidores e Comunicação Externa
Rua Tomás da Fonseca, Torre C
1600-209 Lisboa
Telefone: 21 724 25 00
Fax: 21 724 29 65
www.galpenergia.com

» DESIGN E CONCEPÇÃO

STRATDESIGN ➤

» FOTOGRAFIAS

Manuel Aguiar e Banco de Imagem

» MODELOS FOTOGRÁFICOS

Colaboradores do grupo Galp Energia

